



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Sexta-feira, 16 de Fevereiro de 2007

Número 34

ÍNDICE

PARTE J

SUPLEMENTO

Companhia Gestora do Fundo Imobiliário Urbifundo, S. A.

Relatório n.º 1-E/2007:

Contas de 2005 4328-(2)

Culturval — Gestão de Equipamentos Culturais de Vila Real, E. M.

Relatório n.º 1-F/2007:

Contas de 2005 4328-(7)

IPI — Itáusa Portugal Investimentos, SGPS, L.^{da}

Relatório n.º 1-G/2007:

Contas de 2005 4328-(13)

Itáusa Europa Investimentos, SGPS, L.^{da}

Relatório n.º 1-H/2007:

Contas individuais de 2005 4328-(21)

Relatório n.º 1-I/2007:

Contas consolidadas de 2005 4328-(30)



PARTE J

COMPANHIA GESTORA DO FUNDO IMOBILIÁRIO URBIFUNDO, S. A.

Relatório n.º 1-E

Sede social: Edifício São José, Alameda Combatentes da Grande Guerra,
247, 2750-326 Cascais.
Capital social: 475 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 502135794.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o
n.º 8682.

Relatório e contas de 2005

Relatório do conselho de administração

1 — Introdução

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o conselho de administração submeter à vossa apreciação o relatório de gestão e as contas do exercício de 2005.

O relatório e as contas do Fundo de Investimento Imobiliário Urbifundo, apresentam-se, como nos anos anteriores, separadamente deste relatório.

2 — Aspectos relevantes da actividade do exercício

2.1 — Actividade de gestão

A administração do Urbifundo continua a ser a única actividade desta companhia gestora.

Perspectivamos para o ano 2006, um desenvolvimento moderado e progressivo do Fundo, nomeadamente mediante a afectação de outros imóveis à sua carteira actual.

Encontrando-se a companhia gestora em situação de insuficiência de cobertura dos fundos próprios, de acordo com o artigo 96.º do regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras, a administração pretende levar a cabo um aumento de capital social por

incorporação de suprimentos pela quantia de 275 000 euros, no máximo até final de Maio de 2006. Esta solução parcial será posteriormente complementada com nova operação, a realizar em devido tempo, para que assim se atinja a totalidade do valor em questão.

3 — Aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício foi negativo de 214 117,65 euros, que se propõe transite para o exercício seguinte (resultados transitados).

Ao fiscal único agradecemos toda a colaboração prestada neste exercício.

Lisboa, 10 de Março de 2006. — O Conselho de Administração:
Jorge Luís Seromenho Gomes de Abreu, presidente — *David Edward Reid* — *Pedro Manuel Martins Pinheiro Silveira*.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, à data de 31 de Dezembro de 2005:

O administrador Dr. Pedro Manuel Martins Pinheiro Silveira era accionista desta sociedade e detinha 94 998 acções.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, à data de 31 de Dezembro de 2005, os accionistas abaixo indicados eram detentores das seguintes acções desta sociedade

	Número de acções	Porcentagem
Pedro Manuel Martins Pinheiro Silveira	94 998	100

Lisboa, 10 de Março de 2006. — O Conselho de Administração:
Jorge Luís Seromenho Gomes de Abreu, presidente — *David Edward Reid* — *Pedro Manuel Martins Pinheiro Silveira*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

Código das contas		2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	(líquido)
10+11+130 12+13-130	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	99,52	—	99,52	531,64
	2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	277 314,20	—	277 314,20	12 483,38
20+21+280+281+ 2880+2881+2890+ 2891-29000-29001- 29010-29011-2951	3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	—	—	—	223 000,00
16+22+23+282+283+ 287+2882+2883+2887+ 2892+2893+2897- 29002-29003-29012- 29013-29017-2952	4 — Créditos sobre clientes	—	—	—	—
240+241+245+255+ 2480+250+251+2580+ 26+2840+2884+2894- 290140-2920-2921- 2925-2953	5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—	—	—
2400+2401+2410+ 2500+2501+2510+ 2600+2601+2610+ 2840+2884+2894- 290140 (1)-29200- 29210-2925-2953	a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos	—	—	—	—

(Em euros)

Código das contas		2005			2004 (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
2402+2411+2412+ 245+255+2480+2502+ 2511+2512+2580+ 2602+2611+2612+ 2840+2884+2894- 290140 (?) -29209- 29219-2958-2953	b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	-	-	-	-
2480-2580	(Dos quais: obrigações próprias)	-	-	-	-
243+244+245+255+ 2481-24810+2490- 2491+253+254+25- 25810+2841-290141- 291-2923-2924-2925- 2953+5624 (dev.)	6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
400-490	7 — Participações	-	-	-	-
401-491	8 — Partes de capital em empresas coligadas	-	-	-	-
41+460+4690-481	9 — Imobilizações incorpóreas	3 495,67	2 362,10	1 133,57	1 175,43
42+461+462+463+ 468+4691-482	10 — Imobilizações corpóreas	3 114,35	3 114,35	-	41 039,98
420+4280+461- 4820-48280	(Dos quais: imóveis)	-	-	-	-
27003	11 — Capital subscrito não realizado	-	-	-	-
24810+25810	12 — Acções próprias ou partes de capital próprio	-	-	-	-
14+15+19+27-27003- 29007-2959-299+ 402+409-499	13 — Outros activos	7 257,16	-	7 257,16	-
51+55+56 (dev.) ⁽³⁾ + 58 (dev.)+59 ⁽⁴⁾	15 — Contas de regularização	9 087,71	-	9 087,71	13 195,86
69 (dev.)	16 — Imobilizações incorpóreas	214 117,65	-	214 117,65	258 715,94
	<i>Total do activo</i>	<u>514 486,26</u>	<u>5 476,45</u>	<u>509 009,81</u>	<u>550 142,23</u>

PASSIVO

Código das contas		2005		2004	
30+31+35 (6)	1 — Débitos para com instituições de crédito	-	-	-	-
30020+30120+ 30220+31020+ 31220+31320+31920	a) À vista	-	-	-	-
[1-1a)]	b) A prazo ou com pré-aviso	-	-	-	-
32+33+35 (6)	2 — Débitos para com clientes	-	-	-	-
3213+3223	a) Depósitos de poupança	-	-	-	-
32-3213-3223+33+35	b) Outros débitos	-	-	-	-
3200+3210+3220+3230 [b)-ba)]	ba) À vista	-	-	-	-
	bb) A prazo	-	-	-	-
34	3 — Débitos representados por títulos	-	-	-	-
341	a) Obrigações em circulação	-	-	-	-
340+342+349	b) Outros	-	-	-	-
36+39	4 — Outros passivos	277 330,89		38 679,29	
52+54+56 (cred.)+ 58 (cred.)+59 (5)	5 — Contas de regularização	8 977,58		30 045,66	
610+611+612+613	6 — Provisões para riscos e encargos	-		-	
612	a) Provisões para pensões e encargos similares	-		-	
610+611+613	b) Outras provisões	-		-	
619	6-A — Fundo para riscos bancários gerais	-		-	
60	8 — Passivos subordinados	-		-	
62	9 — Capital social	475 000,00		475 000,00	

		(Em euros)	
Código das contas		2005	2004
632	10 — Prémios de emissão	—	—
630+631+635+639	11 — Reservas	76 405,55	76 405,55
633	12 — Reservas de reavaliação	—	—
66	13 — Resultados transitados	— 328 704,21	— 69 988,27
69 (cred.)	16 — Lucro do exercício	—	—
<i>Total do passivo</i>		509 009,81	550 142,23

Lisboa, 10 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: *Jorge Luís Seromenho Gomes de Abreu*, presidente — *David Edward Reid* — *Pedro Manuel Martins Pinheiro Silveira*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

DÉBITO

		(Em euros)	
		2005	2004
A) Custos		—	—
1 — Juros e custos equiparados		525,41	1 088,21
2 — Comissões		—	—
3 — Prejuízos em operações financeiras		—	—
4 — Gastos gerais administrativos		—	—
a) Custos com pessoal		158 602,93	193 605,18
Salários e vencimentos		156 544,17	156 921,87
Encargos sociais		2 058,76	36 683,31
b) Outros gastos administrativos		162 617,72	287 451,72
5 — Amortizações do exercício		21 784,64	36 495,03
6 — Outros custos de exploração		6 055,00	8 782,00
10 — (Resultado da actividade corrente)		349 585,70	527 422,14
11 — Perdas extraordinárias		259,10	0,11
13 — Imposto sobre lucros		3 991,84	2 468,08
14 — Outros impostos		9 805,81	29 023,04
15 — Lucro do exercício		—	—
<i>Totais</i>		363 642,45	558 913,37

CRÉDITO

		2005	2004
B) Proveitos		—	6 814,21
1 — Juros e custos equiparados		1 747,68	—
Dos quais:			
(De títulos de rendimento fixo)		—	—
3 — Comissões		147 777,12	293 285,89
9 — Ganhos extraordinários		—	97,33
11 — Prejuízo do exercício		214 117,65	258 715,94
<i>Totais</i>		363 642,45	558 913,37

Lisboa, 10 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: *Jorge Luís Seromenho Gomes de Abreu*, presidente — *David Edward Reid* — *Pedro Manuel Martins Pinheiro Silveira*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

(Valores expressos em euros)

Notas obrigatórias:

3 — O imobilizado está valorizado ao custo de aquisição. As taxas de amortização utilizadas para o imobilizado corpóreo e incorpóreo são as máximas definidas ao abrigo da legislação em vigor, em regime de duodécimos.

11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe-rências	Amorti-zações do exercício	Regula-rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2005
	Valor bruto	Amorti-zações acumuladas	Aqui-sições	Reava-liações					
Imobilizações incorpóreas ...	76 924,11	75 748,68	1 236,62	—	—	982,17	—	296,31	1 133,57
Imobilizações corpóreas:									
Equipamento	253 093,00	213 794,05	320,14	—	—	20 635,88	—	18 983,21	—
Outras imobilizações	120 185,72	118 444,69	—	—	—	166,59	—	1 574,44	—
Total	450 202,83	407 987,42	1 556,76	—	—	21 784,64	—	20 853,96	1 133,57

27 — Saldo das contas:

55) Despesas com custo diferido (refere-se essencialmente a prémios de seguros) — 6687,69;

52) Custos a pagar (referente essencialmente à especialização dos custos com remunerações e respectivos encargos sociais a liquidarem 2006) — 4985,74.

31 — Discriminação das principais componentes das rubricas:

Outros passivos — 277 330,89;

Fornecedores — 1034,90;

Accionistas (suprimentos) — 275 000;

Sector público administrativo — 1295,99.

32 — A instituição administra em nome próprio, mas por conta dos participantes, o Fundo de investimento Imobiliário Urbifundo.

34 — Para além dos membros do conselho de administração, o Companhia Gestora tem apenas dois trabalhadores (um tesoureiro e um vigilante) em 31 de Dezembro de 2005.

35 — Remuneração dos órgãos directivos:

Conselho de administração — 38 504,72.

36 — Fundo à qual esta sociedade presta serviços de gestão e de representação:

Fundo de Investimento Imobiliário Urbifundo, por conta dos participantes do Fundo.

38 — Os proveitos registados na demonstração de resultados na rubrica B1 — juros e proveitos equiparados, no montante de 1747,68 euros, bem como o proveito da rubrica B3 — comissões, no montante de 147 777,12 euros, foram originados e gerados em território nacional.

39 — Principais componentes das rubricas:

A — Custos:

6 — Outros custos de exploração (a) — 6055.

11 — Perdas extraordinárias (b) — 259,10.

(a) Ofertas a terceiros — 150.

Quotizações e donativos — 5905.

(b) Acerto euro — 0,07.

Abate de imobilizado corpóreo — 259,03.

41 — Observações sobre a carga fiscal:

IRC:

	2003	2004	2005
Estimativa	3 255,53	2 468,18	3 991,84
Entregas por conta no ano + retenções na fonte (efect. por terceiros)	7 198,00	—	—
Pagamentos no ano seguinte	—	—	—
Recebimentos no ano seguinte	3 942,47	2 468,18	3 991,84
Correcções no ano seguinte	47,45	—	—

42:

	Resultados correntes	Resultados extraordinários	Total
Resultados antes impostos	(209 866,71)	(259,10)	(210 125,81)
IRC	(3 991,84)	—	(3 991,84)
Resultados líquidos	(213 858,55)	(259,10)	(214 117,65)

Nota. — As restantes notas não são aplicáveis neste exercício.

Cascais, 10 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: *Jorge Luís Seromenho Gomes de Abreu*, presidente — *David Edward Reid* — *Pedro Manuel Martins Pinheiro Silveira*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da Companhia Gestora do Fundo Imobiliário Urbifundo, S. A. (adiante também designada por empresa), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um activo líquido de 509 010 euros e um total de capital próprio de 8584 euros que inclui um resultado líquido negativo de 214 118 euros), a demonstração de resultados e os correspondentes anexos, referentes ao exercício findo naquela data.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apre-

sentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directivas de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja pla-

neado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

- i) A verificação, por amostragem, do suporte de quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;
- ii) A apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- iii) A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- iv) A apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Companhia Gestora do Fundo Imobiliário Urbifundo, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector bancário em Portugal.

8 — *Ênfases.* — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior referimos que o capital próprio ascende em 31 de Dezembro de 2005 a 8584 euros, quando o capital social é de 475 000 euros, pelo que, estando perdida metade do capital social, será necessário proceder à recomposição dos capitais da empresa e divulgar o montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado, nos termos da nova redacção dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais, respectivamente.

Lisboa, 13 de Março de 2006. — Rui Ascensão & Esteves Afonso, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Rui Gonçalves de Ascensão*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

No cumprimento do mandato que VV. Ex.^{as}, nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2005, a actividade da, Companhia Gestora do Fundo Imobiliário Urbifundo, S. A., examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração de resultados, o anexo e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a certificação legal das contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, propomos:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração de resultados, e o anexo ao balanço e à demonstração de resultados, apresentados pelo conselho de administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005;

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração.

Lisboa, 13 de Março de 2006. — O Fiscal Único: Rui Ascensão & Esteves Afonso, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Rui Gonçalves de Ascensão*, revisor oficial de contas.

Relatório de auditoria

1 — *Introdução e responsabilidades.* — Examinámos as demonstrações financeiras da Companhia Gestora do Fundo Imobiliário Urbifundo, S. A., (adiante também designada por empresa), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um activo líquido de 509 010 euros e um total de capital próprio de

8584 euros que inclui um resultado líquido negativo de 214118 euros), a demonstração de resultados e os correspondentes anexos, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

2 — *Âmbito.* — O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directivas de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui: (i) a verificação, por amostragem, do suporte de quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Companhia Gestora do Fundo Imobiliário Urbifundo, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector bancário em Portugal.

4 — *Ênfases.* — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior referimos que o capital próprio ascende em 31 de Dezembro de 2005 a 8584 euros, quando o capital social é de 475 000 euros, pelo que, estando perdida metade do capital social, será necessário proceder à recomposição dos capitais da empresa e divulgar o montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado, nos termos da nova redacção dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais, respectivamente.

Lisboa, 13 de Março de 2006. — (*Assinaturas ilegíveis.*)

Relatório anual sobre a fiscalização efectuada

Dando cumprimento ao disposto no artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o relatório anual sobre a fiscalização efectuada durante o exercício de 2005.

Como é do conhecimento de VV. Ex.^{as}, efectuámos a revisão legal das contas da Companhia Gestora do Fundo Imobiliário Urbifundo, S. A., e procedemos ao exame das suas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), com a profundidade que considerámos necessária nas circunstâncias. Em consequência emitimos a certificação legal das contas datada de 13 de Março de 2006, cujo conteúdo aqui consideramos integralmente reproduzido.

O trabalho realizado pode resumir-se como segue:

Acompanhamento da actividade e dos negócios da empresa através da obtenção de informações junto do conselho de administração e dos vários serviços;

Análise, com a frequência e a extensão que considere necessária, dos procedimentos contabilísticos e das medidas de controlo interno em vigor na empresa, e realização dos respectivos testes substantivos e de conformidade;

Revisão analítica das principais contas do balanço e da demonstração dos resultados;

Contagem do fundo de caixa;

Análise das reconciliações bancárias;

Circularização directa dos saldos dos principais contas de terceiros, nomeadamente, clientes, fornecedores, devedores e credores, e bancos, incluindo a aplicação de procedimentos alternativos;

Obtenção de certidões junto de conservatórias;
 Obtenção de informações e de valores junto dos consultores jurídicos da empresa e de repartições fiscais;
 Análise dos saldos considerados de cobrança duvidosa;
 Verificação da adequacidade das provisões existentes face aos respectivos graus de cobrabilidade;
 Análise da evolução das imobilizações e realização de testes sobre adições, abates, transferências entre contas, reintegrações e amortizações, bem como verificação da consistência da aplicação dos critérios utilizados;
 Apreciação e análise dos movimentos ocorridos nas contas que integram o capital próprio;
 Testes sobre a especialização dos custos e proveitos;
 Verificação documental das principais transacções e operações;
 Análise de conformidade do relatório de gestão e das demonstrações financeiras, com a lei, os estatutos, os registos contabilísticos e verificação da concordância entre as informações divulgadas naquelas peças.

Como corolário do trabalho realizado, e no sentido de dar cumprimento ao disposto na Normas e Directrizes Técnicas da OROC, solicitámos a VV. Ex.^{as} que nos fosse enviada a denominada declaração de responsabilidade.

No decurso do ano, tivemos oportunidade de prestar alguns esclarecimentos de natureza fiscal e contabilística que nos foram solicitados. Relativamente aos custos debitados durante o exercício de 2005, pela Silverpress Marketing, Ltd., no montante de cerca de 19 822 euros, salientamos que atendendo ao CIRC, a companhia deverá estar habilitada a comprovar que estes custos são indispensáveis ao desenvolvimento da sua actividade e à obtenção dos proveitos.

Finalmente não queremos deixar de manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes e apresentar os melhores cumprimentos.

Lisboa, 13 de Março de 2006. — O Fiscal Único: Rui Ascensão & Esteves Afonso, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Rui Gonçalves de Ascensão*, revisor oficial de contas.
3000217856

CULTURVAL — GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE VILA REAL, E. M.

Relatório n.º 1-F

Relatório e contas de 2005

Relatório do conselho de administração

1 — Empresa

A Culturval — Gestão de Equipamentos Culturais de Vila Real, E. M., tem como objecto social principal a gestão de espaços e de equipamentos culturais que integram ou venham a integrar o património do município de Vila Real ou aqueles que, a qualquer título, lhe sejam confiados para o desenvolvimento de actividades socioculturais, bem como promover as acções necessárias à manutenção, reabilitação ou reequipamento desses espaços.

Para o desenvolvimento do seu objecto a empresa tem a seu cargo, desde a sua criação, a gestão do Teatro Municipal de Vila Real, local onde se encontra a sua sede social.

2 — Enquadramento da actividade da Culturval, E. M.

Por opção deste conselho de administração, e em plena sintonia com a Câmara Municipal, a actividade da Culturval no ano de 2005 continuou predominantemente orientada para a gestão do Teatro Municipal de Vila Real.

Até ao dia 19 de Março de 2005, o Plano de Actividades da Culturval combinou dois programas de trabalho distintos. Um destes planos é a programação que resultou da candidatura da Câmara Municipal de Vila Real ao Programa Operacional da Cultura (POC), oportunamente aprovada, tendo em vista o apoio ao primeiro ano de funcionamento do Teatro Municipal. Neste contexto, a Empresa continuou a assumir o papel de gestora do programa de actividades definido no âmbito daquela candidatura. Por outro lado, há que ter em conta a restante programação do Teatro Municipal e o período que sucedeu a 19 de Março. Aqui, a Empresa continuou a assumir as responsabilidades que lhe cabem enquanto entidade promotora das actividades culturais de modo a reforçar e diversificar mais ainda a oferta cultural.

Seguindo a estratégia iniciada no ano anterior, os espectáculos que se levaram a efeito em 2005 visaram, no seu conjunto, ir ao encontro dos mais diversos públicos, consolidando uma forte cadência no âmbito das mais variadas disciplinas e estéticas, procurando criar novos hábitos culturais e acolher um grande número de espectadores. Esta intenção eclética procurou ter, sempre, a qualidade como denominador comum.

Esta temporada registou a inscrição de uma nova iniciativa no calendário cultural da região e do País. Trata-se do Vinte e Sete — Festival Internacional de Teatro, evento cuja denominação invoca o Dia Mundial do Teatro, 27 de Março. Durante um mês, o Festival apresentou espectáculos em Vila Real e em Chaves, propondo uma estrutura de acolhimento descentralizada capaz de reforçar a estratégia de extensão a que a Culturval tinha dado início na temporada anterior.

O Douro Jazz — Festival Internacional teve este ano a sua segunda edição, reforçando o objectivo de estender as actividades as actividades do Teatro a outros locais. Esta edição manteve a colaboração com o Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto e contou com dois novos parceiros (o centro comercial Dolce Vita Douro e a associação Chaves Viva).

A exemplo do que aconteceu no Verão de 2004, foi apresentada no período estival de 2005 uma bem sucedida programação de ar livre. As sextas-feiras foram dedicadas à animação de rua que, este ano, se entenderam também ao centro histórico da cidade, integrando um projecto designado Largo do Pelourinho — Valorização do Património e Captação de Públicos (que foi alvo de uma candidatura ao Programa Operacional da Cultura, oportunamente aprovada). Os sábados foram dedicados aos concertos de Verão que movimentaram grande quantidade de público para espectáculos de diferentes gostos. Pôde-se assim promover a itinerância dos espectáculos entre o Largo do Pelourinho e a esplanada do teatro, procurando não só valorizar e dinamizar o centro histórico de Vila Real, como também estimular a captação e a circulação de públicos.

No âmbito de outra candidatura aprovada pelo Programa Operacional da Cultura, iniciou-se, com O Lago dos Cisnes o Ciclo Clássicos do Bailado Internacional. Este projecto, que durante um ano trará a Vila Real alguns dos mais importantes clássicos do bailado, é liderado pelo Teatro de Vila Real (Culturval, E. M.) e tem como co-organizadores a Casa das Artes de Famalicão, o Teatro Aveirense e o Teatro Municipal de Bragança.

Paralelamente, uma outra candidatura preconizada por estas mesmas casas de espectáculos fez decorrer com grande impacto, no final de Novembro e início de Dezembro, o Festival Sons em Trânsito, que permitiu a Vila Real acolher quatro importantes concertos de música do mundo reunindo artistas da Arménia, do Brasil, da Etiópia e do Paquistão.

A programação desenvolvida pela estrutura Sem Rede — Rede Nacional de Programação de Novo Circo, que o Teatro de Vila Real ajudou a fundar conjuntamente com 12 das principais casas de espectáculos do País, apresentou, também aqui, espectáculos de novo circo de grande qualidade.

Paralelamente, e tal como no ano anterior, as actividades da Culturval, e concretamente as actividades do Teatro de Vila Real, não se limitaram aos espectáculos inseridos na programação principal. Em articulação com a sua agenda, esta casa de espectáculos manteve o apoio aos agentes culturais da região (desde escolas a diversas associações) e a colaborar com diversas instituições (como, por exemplo, a Fundação da Casa de Mateus, a Delegação Regional da Cultura do Norte ou a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, neste caso designadamente no apoio logístico que se continua a prestar à nova Licenciatura em Teatro e Artes Performativas). O acolhimento de colóquios, simpósios ou congressos promovidos por diferentes instituições verificou-se de forma constante ao longo do ano.

No âmbito do serviço educativo, a programação de 2005 dedicou vários espectáculos ao público escolar, nos domínios do teatro, da dança e da música, enquadrados por iniciativas paralelas, procurando dar resposta às crescentes solicitações de escolas de toda a região.

Neste período, o Teatro de Vila Real apresentou também vários espectáculos em regime de co-produção.

Em 2005, o Teatro de Vila Real iniciou a publicação de inéditos de poesia portuguesa contemporânea. Durante o Vinte e Sete, foi lançado o primeiro volume da colecção, Jukebox, de Manuel de Freitas, e em Dezembro saiu Que Comboio É Este, livro de poesia de A. M. Pires Cabral. As obras desta colecção contam com o apoio da Delegação Regional da Cultura do Norte e têm distribuição nacional. Através desta iniciativa tem-se reforçado a visibilidade nacional do teatro.

Como complemento da sala de exposições, foi criado no teatro um novo espaço, a galeria-bar, dedicado a mostra de artes plásticas. Do mesmo modo, a sala multiusos acolheu várias exposições, sobre-

tudo dedicadas à fotografia. O conjunto dos três espaços permitiu uma forte cadência, também neste domínio, ao longo do ano.

No Café-Concerto, espaço essencial para a circulação e fixação de público, mantiveram-se os espectáculos de segunda a quinta-feira.

3 — A actividade desenvolvida

Durante o ano de 2005 visitaram o Teatro de Vila Real, aproximadamente, 261 815 pessoas, sendo que 68 866 assistiram aos espectáculos realizados.

No que se refere ao número de espectadores que assistiram aos eventos promovidos pelo Teatro em 2005 e, se comparamos com o ano anterior, verificamos que houve um aumento de 19% (no ano de 2004 houve 57 851 espectadores e este ano houve 68 866).

Relativamente aos visitantes também se verificou um aumento relativamente ao ano anterior (na ordem dos 36%), uma vez que em 2004 visitaram o Teatro 192 194 pessoas e este ano o número passou para os 261 815 pessoas.

A taxa de ocupação média das salas durante o ano foi de 89%, tendo-se verificado um aumento de 3,1% relativamente a 2004.

Relativamente à actividade desenvolvida durante o ano de 2005, podemos dizer que foram cinco as áreas em que assentou o conjunto de eventos levados a cabo: teatro, dança, música, exposições e serviço educativo.

Em qualquer uma destas áreas não foi esquecido o apoio a artistas e agentes culturais da região que desenvolvem trabalho nestes sectores.

4 — Perspectivas para o ano de 2006

Por opção deste conselho de administração, e em sintonia com a Câmara Municipal, a actividade da Cultural no ano de 2006 continuará predominantemente orientada para a gestão do Teatro Municipal de Vila Real. A semelhança do ano anterior, torna-se ainda possível estabelecer uma colaboração estreita com a Câmara Municipal que tenha por objecto o reforço (ao nível da programação e da produção) de um programa cultural autónomo para o mês de Junho, durante as festas da cidade, bem como a animação cultural do centro histórico entre os meses de Junho e Outubro, também com o objec-

tivo de captar e consolidar novos públicos através de acções complementares a realizar no teatro.

No quadro seguinte, apresenta-se uma projecção das actividades a realizar no Teatro Municipal:

Programação Estruturante	270 espectáculos.
Vinte e Sete — Festival Internacional de Teatro	20 espectáculos.
Animação de rua (Esplanada)	24 espectáculos.
Concertos de Verão	12 espectáculos.
Douro Jazz — Festival Internacional	50 espectáculos.
Serviço Educativo	50 espectáculos.
Exposições	36 exposições.
Edições	4 livros.
Publicidade	Execução de campanhas publicitárias.

No quadro seguinte, apresenta-se uma projecção das actividades a realizar no Centro Histórico:

Animação de rua	24 espectáculos.
Exposições de rua	3 x 8 acções.
Concertos de rua	4 espectáculos.

5 — Custos suportados, proveitos obtidos e situação financeira

O ano de 2005 foi um ano de consolidação da empresa, no que concerne à gestão do Teatro Municipal, pois reflecte o primeiro ano de actividade anual regular.

No que se refere ao desempenho económico-financeiro da Cultural no exercício de 2005, raciocinando numa base comparativa com o sucedido em 2004, de imediato ressalta o facto de a empresa ter obtido um lucro líquido de 7528,17 euros, por oposição ao prejuízo significativo incorrido em 2004. Porém, o lucro obtido em 2005 deverá ser entendido em termos hábeis, sob pena de se extraírem conclusões precipitadas.

A esse respeito, observe-se o quadro de valores que se segue, o qual tem por fim sintetizar as principais rubricas de proveitos obtidos, custos suportados e resultados obtidos, constantes da tabela que se segue:

	2004	Porcentagem	2005	Porcentagem
Fornecimentos e serviços externos	265 737,76	125,7	531 867,92	247,7
Custos com o pessoal	176 565,40	83,5	257 398,47	119,9
Amortizações do exercício	10 456,32	4,9	21 447,07	10,0
Custos financeiros	857,85	0,4	1 172,86	0,5
Prestações de serviços + proveitos suplementares	211 483,03	100,0	214 692,09	100,0
Subsídios à exploração	—	—	563 250,87	262,4
Proveitos extraordinários	43 047,10	20,4	49 443,76	23,0
Resultados operacionais	— 241 350,30	— 114,1	— 41 549,08	— 19,4
Resultados correntes	— 241 890,12	— 114,4	— 41 639,27	— 19,4
Resultados extraordinários	42 721,39	20,2	49 167,44	22,9
Resultados líquidos	— 199 168,73	— 94,2	7 528,17	3,5
Prestações de serviços + proveitos suplementares (A)	211 483,03		214 692,09	
Resultados operacionais/(A)	— 1,1412		— 0,1935	
Resultados extraordinários/(A)	0,2020		0,2290	
Resultados líquidos/(A)	— 0,9418		0,0351	

Nota. — Os valores percentuais foram calculados com referência ao valor das prestações de serviços.

Na verdade, o que se verifica é que os custos suportados pela Cultural no exercício de 2005 subiram extraordinariamente, comparativamente ao que se verificou em 2004, tanto em termos de valores absolutos como de valores relativos. E se, em termos absolutos, a subida dos custos não deva surpreender, visto que em 2005 a empresa laborou os 12 meses completos do ano, ao passo que em 2004 tal laboração só se verificou a partir de meados de Março, já a mesma subida em termos relativos deve merecer reflexão, principalmente porque tal subida assumiu valores expressivos — veja-se o caso, por exemplo, dos fornecimentos e serviços externos, cujo peso percentual relativamente ao valor das prestações de serviços e proveitos suplementares subiu de 125,7% para 247,7%.

Entretanto, no contexto da reflexão a empreender supra referida, haverá que ter em atenção o facto de no ano de 2004 a actividade da Cultural ter combinado dois planos de trabalho distintos (programa-

ção estruturante e programação complementar). Um destes planos foi a programação estruturante que resultou da candidatura da CMVR ao Programa Operacional da Cultura (POC). Neste plano de trabalho, a empresa assumiu o papel de gestora de programa das actividades definidas para aquela programação estruturante. Nestas condições, os custos directos da realização dos espectáculos enquadrados naquela candidatura foram suportados pela autarquia, tendo esta decidido não imputar os mesmos à empresa.

No caso do exercício de 2005, a actividade da empresa combinou aqueles dois planos de trabalho somente até ao dia 19 de Março de 2005 (a candidatura aprovada pelo POC tinha em vista o apoio ao primeiro ano de funcionamento do Teatro). Assim sendo, a partir desta data a actividade da Cultural já não esteve enquadrada por tal plano, o que levou a empresa a suportar (e pagar) a totalidade dos custos em que incorreu.

Portanto, chega-se à conclusão que, na prática, a magnitude dos custos suportados em 2005 não é directamente comparável com o que se verificou em 2004, tendo-se agora, no entanto, uma visão realista dos custos decorrentes da gestão de uma estrutura como é o Teatro Municipal.

Já no que toca à evolução verificada no valor das prestações de serviços e proveitos suplementares, assistiu-se a uma surpreendente estabilidade, facto que assinala a circunstância de se estar a conseguir segurar o público, sem esquecer o efeito novidade associado à entrada em funcionamento do Teatro Municipal em 2004.

Do anteriormente exposto, facilmente se chega à conclusão que o lucro líquido obtido pela Culturval no exercício ora relatado resulta, primordialmente, das transferências pecuniárias efectuadas pelo município de Vila Real, as quais atingiram a verba de 563 250,87 euros, na modalidade de subsídios à exploração.

Estamos conscientes de que também em exercícios futuros a ausência de rentabilidade da empresa, sem a consideração dos valores proporcionados pelos contratos programa, é incontornável, circunstância que tem a sua origem no facto de ser impossível harmonizar os preços dos ingressos nos espectáculos com os custos da sua realização.

Conscientes desta situação, é objectivo deste conselho de administração, continuar a candidatar a empresa às medidas de financiamento, que entretanto surjam, do Ministério da Cultura, continuar a tentar obter mais apoios ao nível do mecenato, para desta forma se tentar minimizar as perdas.

6 — Proposta de aplicação dos resultados

Nos termos da alínea g) do artigo 34.º da Lei 58/98, de 18 de Agosto, vem, neste ponto, o conselho de administração apresentar a sua proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2005.

Assim, propõe o conselho de administração que o resultado líquido do exercício, no valor de 7528,17 euros, seja transferido para resultados transitados, por forma a que os prejuízos transitados de exercícios anteriores sejam parcialmente coberto.

7 — Outras informações

Dando cumprimento ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, declara-se que não existem dívidas em mora para com a segurança social.

Do mesmo modo, não existem quaisquer dívidas em mora decorrentes de impostos ou taxas.

Declara-se também que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b) do artigo 66.º do CSC, não ocorreram quaisquer factos que mereçam especial referência.

Vila Real, 13 de Março de 2006. — O Conselho de Administração:
Manuel do Nascimento Martins — Eduardo Luís Varela Rodrigues —
Albertino Augusto da Silva Correia.

Balanço analítico em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

Código das contas			2005		2004	
CEE	POC		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
I		Imobilizado:				
		Imobilizações incorpóreas:				
1	431	Despesas de instalação	2 184,70	1 274,28	910,42	1 638,58
1	432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	—	—	—	—
2	433	Propriedade industrial e outros direitos	558,50	273,49	285,01	—
3	439	Outros	—	—	—	—
4	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
4	449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	—	—	—	—
			<u>2 743,20</u>	<u>1 547,77</u>	<u>1 195,43</u>	<u>1 638,58</u>
II		Imobilizações corpóreas:				
1	421	Terrenos e recursos naturais	—	—	—	—
1	422	Edifícios e outras construções	18 119,32	2 233,66	15 885,66	11 834,27
2	423	Equipamento básico	110 512,65	19 589,36	90 923,29	74 798 48
2	424	Equipamento de transporte	—	—	—	—
3	425	Ferramentas e utensílios	6 972,51	1 381,33	5 591,18	568,27
3	426	Equipamento administrativo	17 171,38	5 386,65	11 784,73	12 799,06
3	427	Taras e vasilhame	—	—	—	—
3	429	Outras imobilizações corpóreas	10 851,45	1 689,62	9 161,83	—
4	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
4	448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	—	—	—	—
			<u>163 627,31</u>	<u>30 280,62</u>	<u>133 346,69</u>	<u>100 000,08</u>
III		Investimentos financeiros:				
1	4111	Partes de capital em empresas do grupo	—	—	—	—
2	4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—
3	4112	Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—
4	4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—
5	4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	—	—	—	—
6	4123+4133	Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
6	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
6	447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	—	—	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

Código das contas			2005		2004
CEE	POC		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido
Circulante:					
Existências:					
I					
1	36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	659,17	—	659,17
2	35	Produtos e trabalhos em curso	—	—	—
3	33	Produtos acabados e intermédios	—	—	—
3	32	Mercadorias	—	—	—
4	37	Adiantamentos por conta de compras	—	—	—
			<u>659,17</u>	<u>—</u>	<u>659,17</u>
II		Dívidas de terceiros:			
II		Médio e a longo prazos	—	—	—
		Curto prazo:			
1	211	Clientes, c/c	34 881,03	—	34 881,03
1	212	Clientes — títulos a receber	—	—	—
1	218	Clientes cobrança duvidosa	—	—	—
2	252	Empresas do grupo	—	—	—
3	253+254	Empresas participadas e participantes	—	—	—
4	251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—	—
4	229	Adiantamentos a fornecedores	—	—	—
4	2019	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	—	—	—
4	24	Estado e outros entes públicos	90 722,63	—	90 722,63
4	262/6/7/8+221	Outros devedores	2 294,45	—	2 294,45
5	264	Subscritores de capital	—	—	—
			<u>127 898,11</u>	<u>—</u>	<u>127 898,11</u>
III		Títulos negociáveis:			
1	1511	Acções em empresas do grupo	—	—	—
3	1521	Obrigações e títulos de participações em empresas do grupo	—	—	—
3	1512	Acções em empresas associadas	—	—	—
3	1522	Obrigações e títulos de participações em empresas associadas	—	—	—
3	1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	—	—	—
3	18	Outras aplicações de tesouraria	—	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
IV		Depósitos bancários e caixa:			
	12+13+14	Depósitos bancários	2 249,60	—	2 249,60
	11	Caixa	1 596,80	—	1 596,80
			<u>3 846,40</u>	<u>—</u>	<u>3 846,40</u>
		Acréscimos e diferimentos:			
	271	Acréscimos e proveitos	—	—	—
	272	Custos diferidos	1 613,35	—	1 613,35
			<u>1 613,35</u>	<u>—</u>	<u>1 613,35</u>
		Total de amortizações		<u>31 828,39</u>	
		Total de ajustamentos		<u>—</u>	
		Total do activo	300 387,54	31 828,39	268 559,15

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas			2005	2004
CEE	POC			
Capital próprio:				
I	51	Capital	250 000,00	250 000,00
	521	Acções (quotas) próprias — valor nominal	—	—
	522	Acções (quotas) próprias — descontos e prémios	—	—
	53	Prestações suplementares	—	—
II	54	Prémios de emissão de acções (quotas)	—	—

Código das contas			2005	2004
CEE	POC			
III	55	Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	—	—
	56	Reservas de reavaliação	—	—
IV		Reservas:		
1/2	571	Reservas legais	—	—
3	572	Reservas estatutárias	—	—
4	573	Reservas contratuais	—	—
4	574 a 579	Outras reservas	—	—
V	59	Resultados transitados	— 199 168,73	—
		<i>Subtotal</i>	<u>50 831,27</u>	<u>250 000,00</u>
VI	88	Resultado líquido do exercício	7 528,17	— 199 168,73
	89	Dividendos antecipados	—	—
		<i>Total do capital próprio</i>	<u>58 359,44</u>	<u>50 831,27</u>
		Passivo:		
		Provisões para riscos e encargos:		
1	291	Provisões para pensões	—	—
2	292	Provisões para impostos	—	—
3	293/8	Outras provisões	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>
		Dívidas a terceiros:		
		Médio e longo prazos:		
1	232	Empréstimos por obrigações	—	—
1	233	Empréstimos por títulos de participação	—	—
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito	—	—
3	269	Adiantamentos por conta de vendas	—	—
4	221	Fornecedores, c/c	45 153,66	6 612,66
4	228	Fornecedores — facturas em recepção e conferência	—	—
5	222	Fornecedores — títulos a pagar	—	—
5	2612	Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar	—	—
6	252	Empresas do grupo	—	—
7	253+254	Empresas participadas e participantes	—	—
8	251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—
8	219	Adiantamentos de clientes	—	—
8	239	Outros empréstimos obtidos	—	—
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	—	—
8	24	Estado e outros entes públicos	150,00	7 455,15
8	262/3/4/5/7/8+211	Outros credores	—	—
			<u>45 303,66</u>	<u>14 067,81</u>
		Curto prazo:		
1	232	Empréstimos por obrigações	—	—
1	233	Empréstimos por títulos de participação	—	—
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito	—	—
3	269	Adiantamentos por conta de vendas	—	—
4	221	Fornecedores, c/c	—	—
4	228	Fornecedores — facturas em recepção e conferência	—	—
5	222	Fornecedores — títulos a pagar	—	—
5	2612	Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar	—	—
6	252	Empresas do grupo	—	—
7	253+254	Empresas participadas e participantes	—	—
8	251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—
	215	Títulos descontados	—	—
8	219	Adiantamentos de clientes	—	—
8	239	Outros empréstimos obtidos	—	—
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	—	—
8	24	Estado e outros entes públicos	—	—
8	262/3/4/5/7/8+211	Outros credores	1 573,00	—
			<u>1 573,00</u>	<u>—</u>
		Acréscimos e diferimentos:		
	273	Acréscimos de custos	36 798,53	26 143,81
	274	Proveitos diferidos	126 524,52	90 480,73
			<u>163 323,05</u>	<u>116 624,54</u>
		<i>Total do passivo</i>	<u>210 199,71</u>	<u>130 692,35</u>
		<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	<u>268 559,15</u>	<u>181 523,62</u>

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005 (a)

CUSTOS E PERDAS

Código das contas			2005		2004	
CEE (1)	POC					
2.a)	61	Custo das mercadorias vendidas das matérias consumidas:				
		Mercadorias	—	—	—	—
		Matérias	6 196,81	6 196,81	—	—
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos	531 867,92	531 867,92	265 737,76	265 737,76
3		Custos com o pessoal:				
3.a)	641+642	Remunerações	222 555,48		146 816,82	
3.b)	643 a 648	Encargos sociais	34 842,99	257 398,47	29 748,58	176 565,40
4.a)	662+663	Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo	21 447,07		10 456,32	
	666+667	Ajustamentos	—	—	—	—
4.b)	67	Provisões	—	21 447,07	—	10 456,32
5	63	Impostos	2 581,77		73,85	
5	65	Outros custos e perdas operacionais	—	2 581,77	—	73,85
		(A)		819,492,04		452 833,33
6	683+684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros	—	—	—	—
7	(2)	Juros e custos similares	1 172,86	1 172,86	857,85	857,85
		(C)		820 664,90		453 691,18
10	69	Custos e perdas extraordinárias	276,32	276,32	325,71	325,71
		(E)		820 941,22		454 016,89
8+11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício	—	—	—	—
		(G)		820 941,22		454 016,89
13	88	Resultado líquido do exercício		7 528,17		— 199 168,73

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas			2005		2004	
CEE (1)	POC					
1	71	Vendas:				
		Mercadorias	—	—	—	—
		Produtos	—	—	—	—
	72	Prestações de serviços	200 007,22	200 007,22	166 362,60	166 362,60
2	(3)	Variação de produção	—	—	—	—
3	75	Trabalhos para a própria empresa	—	—	—	—
4	73	Proveitos suplementares	14,684,87		45 120,43	
4	74	Subsídios à exploração	563 250,87		—	—
	76	Outros proveitos e ganhos operacionais	—	—	—	—
4	77	Reversões de amortizações e ajustamentos	—	577 935,74	—	45 120,43
		(B)		777 942,96		211 483,03
5	784	Rendimentos de participações de capital	—	—	—	—
6	(4)	Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras	—	—	—	—
7	(5)	Outros juros e proveitos similares	1 082,67	1 082,67	318,03	318,03
		(D)		779 025,63		211 801,06
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários	49 443,76	49 443,76	43 047,10	43 047,10
		(F)		828 469,39		254 848,16

Resumo:

Resultados operacionais: (B) – (A) =	— 41 549,08	— 241 350,30
Resultados financeiros: (D – B) – (C – A) =	— 90,19	— 539,82
Resultados correntes: (D – C) =	— 41 639,27	— 241 890,12
Resultados antes de impostos: (F) – (E) =	7 528,17	— 199 168,73
Resultados líquidos do exercício: (F) – (G) =	7 528,17	— 199 168,73

(1) Em conformidade com o artigo 24.º da 4.ª Directiva da CEE.

(2) 681+685+686+687+688.

(3) Diferença algébrica entre as existências finais e iniciais de produtos acabados e intermédios (C/33), subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos (C/34) e produtos e trabalhos em curso.

(4) 7812+7815+7816+783.

(5) 7811+7813+7814+7818+785+786+787+788.

(a) Redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — O presente relatório é emitido nos termos da alínea *i*) do n.º 1 do artigo 26.º dos estatutos da empresa, da alínea *g*) do artigo 14.º da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto e da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, tendo em vista o disposto na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 16.º dos referidos estatutos.

2 — Procedemos à revisão legal das contas da Culturval, EM relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas com data de 31 de Março de 2005.

3 — Como consequência do trabalho empreendido, cumpre assinar os seguintes aspectos:

3.1 — De acordo com a alínea *d*) do artigo 26.º dos estatutos da empresa, a demonstração dos resultados por funções é uma peça integrante dos documentos de prestação de contas da Culturval, E. M. Porém, a referida peça não foi preparada com referência a 31 de Dezembro de 2005, pelo que, na realidade, não integra o conjunto daqueles documentos.

Porém, como a Culturval, EM exerce uma actividade bastante uniforme, portanto, não segmentada, encontrando-se a quase totalidade do seu pessoal e equipamentos afectos à sua (única) actividade operacional, não nos parece relevante a preparação da demonstração em falta.

3.2 — Importa aqui realçar a importância da celebração de contratos-programa entre a Culturval e o Município de Vila Real, na medida em que os mesmos se mostram de extrema importância para a sustentação financeira da empresa.

Na realidade, como vem demonstrado nas contas relativas ao exercício ora objecto de relato, a actividade da empresa, por si só, está longe de atingir o ponto de equilíbrio em termos de rentabilidade, pelo que os meios financeiros decorrentes da celebração dos mencionados contratos-programa revelam-se indispensáveis à manutenção da sua actividade.

Nas condições expostas, deverá o executivo do Município de Vila Real assumir a celebração de contratos programa com a Culturval como uma realidade recorrente, numa perspectiva anual.

4 — Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do conselho de administração, o qual satisfaz os requisitos legais, tendo verificado a conformidade da informação nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

5 — Apreciamos também a gestão da empresa e a observância das leis e dos estatutos desta, não tendo sido detectada qualquer irregularidade.

6 — De tudo o que fica dito, achamos que devem ser aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2005.

Vila Real, 31 de Março de 2006. — António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Fernando Ledo de Matos, revisor oficial de contas.
1000306463

IPI — ITAÚSA PORTUGAL INVESTIMENTOS, SGPS, L.ª**Relatório n.º 1-G**

Sede social: Rua Dr. Brito Câmara, 20, 1.º, 9000-039 Funchal, Madeira.
Capital social: 229 843 502,76 euros.
Pessoa colectiva n.º 511148763.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Zona Franca da Madeira sob o n.º 4876.

Relatório e contas de 2005**Relatório de gestão**

A IPI — Itáusa Portugal Investimentos, SGPS, L.ª, constituída em Fevereiro de 2000, com vista a concentrar a totalidade da participação do conglomerado Itáusa no grupo BPI, um dos maiores grupos financeiros privados português, apresentava no final do exercício de 2005, resultados líquidos consolidados de 40,4 milhões de euros (12,3 milhões de euros nas contas individuais) representando um crescimento de 64,2% face a 2004. O activo líquido consolidado atingiu 199,5 milhões de euros (321,6 milhões de euros nas contas individuais). Esta evolução fica exclusivamente a dever-se à actividade, resultados e crescimento do Grupo BPI, representado em termos consolidados pelo Banco BPI, S. A., *holding* do grupo, que constitui ainda o único investimento da sociedade. A IPI é totalmente financiada por capitais próprios pelo que à data do balanço de 2005 não apresentava qualquer endividamento.

Finalmente importa comentar a actividade e resultados do Grupo BPI em 2005. Esta nossa associada implementou durante 2005 as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS). Na sequência desta alteração foram elaboradas demonstrações financeiras segundo as novas regras para o final do presente exercício com um respectivo comparativo pró-forma para 2004. O lucro líquido consolidado do grupo BPI cresceu 57,5% em 2005, alcançando 250,8 milhões de euros, contra 159,3 milhões de euros conforme os números pró-forma de 2004. Tal resultado foi sustentado pela expansão do produto bancário (superior em 10,9% a 2004), conjugado por uma eficiente política de gestão de custos estruturais que se traduziu numa melhora do *ratio* de eficiência dos 61,3% em 2004 para 57,7% em 2005.

Os recursos totais dos clientes aumentaram 13,4%, enquanto a carteira de crédito sobre clientes aumentou 9,9%. O *ratio* do crédito vencido a 90 dias em relação à totalidade da carteira activa era apenas de 1,0% (1,3% em 2004).

A rentabilidade média dos capitais próprios, que atingiam 1181,4 milhões de euros no final do ano, foi de 23,5% e o *ratio* de solvabilidade era, em 31 de Dezembro de 2005, de 11,5%, bem acima dos 8% exigidos pelo Banco de Portugal.

No início do mês de Janeiro de 2006, a IPI adquiriu 2 300 000 acções reforçando a sua participação, enquanto maior accionista do grupo BPI, para 16,4%.

Em Fevereiro de 2006, a sociedade realizou um aumento de capital no valor de 60 milhões de euros, integralmente realizado em dinheiro, efectuado pelos dois sócios (Banco Itaú Europa, S. A. e Afincó Américas Madeira, SGPS, L.ª) na proporção das suas respectivas quotas no capital da sociedade.

A 13 de Março de 2006 a IPI tomou conhecimento de uma oferta pública de aquisição sobre as acções do BPI, por parte do Millennium BCP. Esta oferta pública de aquisição foi considerada hostil no dia 15 de Março de 2006 pelo conselho de administração do BPI que integra dois representantes do Grupo Itaú.

Proposta de aplicação dos resultados

Nos termos da lei e dos estatutos, para o lucro do exercício apurado nas contas individuais da sociedade, no montante de 12 262 525,30 euros, propomos a seguinte aplicação:

Para reserva legal	1 226 252,53
Para reservas livres	11 036 272,77

Funchal, 21 de Abril de 2005. — A Gerência, (*Assinaturas ilegíveis.*)

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2005**ACTIVO****(Em milhares de euros)**

	2005		2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	703	—	703
Outros créditos sobre instituições de crédito	8 500	—	8 500
Perles de capital em empresas associadas	312 274	—	312 274
Imobilizações incorpóreas	40	(40)	—
Contas de regularização	129	—	129
<i>Total</i>	321 646	(40)	321 606
			314 437

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Passivo:		
Débitos para com instituições de crédito	—	5 000
A prazo ou com pré-aviso	—	5 000
Contas de regularização	4	99
Capitais próprios:		
Capital subscrito	169 844	169 844
Prémios de emissão	100 143	100 146
Reservas	39 348	29 369
Lucro do exercício	12 264	9 979
<i>Total</i>	321 606	314 437

Rubricas extrapatrimoniais

	2005	2004
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	—	—
Compromissos	—	—

A Gerência, (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração individual dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

CUSTOS

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Juros e custos equiparados	46	976
Comissões	15	13
Gastos gerais administrativos	39	22
Outros gastos administrativos	39	22
Amortizações do exercício	—	—
Resultado da actividade corrente	(12 266)	(10 002)
Outros impostos	2	22
Lucro do exercício	12 264	9 980
<i>Total</i>	12 366	11 013

PROVEITOS

	2005	2004
Juros e proveitos equiparados	134	4
Rendimento de títulos	12 232	11 009
Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	12 232	11 009
Ganhos extraordinários	—	—
<i>Total</i>	12 366	11 013

A Gerência, (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração individual de origem e aplicação de fundos em 31 de Dezembro de 2005

ORIGENS DE FUNDOS

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Geradas pelas operações:		
Lucro/(prejuízo) do exercício	12 264	9 979
Amortizações do exercício	—	—
	12 264	9 979

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Diminuição do activo:		
Partes de capital em empresas associadas	—	—
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	1 456	—
	<u>1 456</u>	<u>—</u>
Aumentos do passivo:		
Débitos para com instituições de crédito	—	—
Contas de regularização	—	—
Outros passivos	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>
Aumentos (diminuições) dos capitais próprios:		
Capital social	—	30 000
Prémios de emissão	—	—
Reservas livres	—	—
	<u>—</u>	<u>30 000</u>
<i>Total de origens de fundos</i>	<i>13 720</i>	<i>39 979</i>

APLICAÇÕES DE FUNDOS

	2005	2004
Aumentos do activo:		
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	—	2 021
Partes de capital em empresas associadas	—	—
Imobilizações incorpóreas	—	—
Outros créditos sobre instituições de crédito	8 500	—
Contas de regularização	125	1
	<u>8 625</u>	<u>2 022</u>
Diminuições do passivo:		
Débitos para com instituições de crédito	5 000	37 250
Outros passivos	—	—
Contas de regularização	95	707
	<u>5 095</u>	<u>37 957</u>
<i>Total de aplicações de fundos</i>	<i>13 720</i>	<i>39 979</i>

A Gerência, (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)**Demonstração individual dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2005**

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Juros e proveitos equiparados	134	4
Juros e custos equiparados	(46)	(976)
Margem financeira	88	(872)
Provisões para riscos de crédito (específicas, gerais, incluindo risco-país)	—	—
Margem financeira líquida	88	(972)
Comissões líquidas	(15)	(13)
Outros resultados de exploração líquidos	—	—
Margem de serviços	(15)	(13)
Rendimentos de títulos	12 232	11 009
Resultados de operações financeiras	—	—
Provisões para depreciação de títulos	—	—
Resultado operacional antes dos custos de transformação	12 305	10 024
Custos com pessoal	—	—

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Outros custos administrativos	(39)	(22)
Amortizações	—	—
Custos da transformação	(39)	(22)
Resultado operacional	12 288	10 002
Outros resultados extraordinários	—	—
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	12 266	10 002
Impostos	(2)	(22)
Resultado líquido do exercício	12 284	9 980

A Gerência, (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo às demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2005

1 — Actividade e estrutura:

A IPI — Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, L.^{da} (IPI ou sociedade), sediada na Zona Franca da Madeira, foi constituída em 22 de Fevereiro de 2000 e tem por objecto a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividades economi-

cas, em conformidade com os Decretos-Lei n.º 495/88 e n.º 318/94, de 30 de Dezembro e 24 de Dezembro, respectivamente. Na data da sua constituição, o seu capital social, no valor de 108 655 milhares de euros, foi subscrito em 60% pela Itaúsa Portugal — SGPS, S. A. (Itaúsa Portugal), e em 40% pela Afincos Américas Madeira, SGPS, L.^{da} (Afincos) (Grupo Itaúsa Brasil), tendo sido integralmente realizado em espécie, pela entrega de 70 625 000 de acções do agora denominado Banco BPI, S. A. (Banco BPI), (representativas de 12,5% do seu capital), então detidas pelas duas entidades, conforme segue:

	Número de acções dadas	Valor das quotas correspondentes (1)	Prémio de emissão das quotas (2)	Valor total das acções dadas (a) (3) = (1) + (2)
Itaúsa Portugal	42 375 335	65 194	—	65 134
Afincos	28 249 665	43 461	69 791	113 252
<i>Total</i>	70 625 000	108 655	69 791	178 446

(a) Respeita ao valor das acções detidas por cada entidade na data da realização em espécie do capital da IPI, correspondente ao respectivo custo de aquisição das mesmas.

Em 27 de Novembro de 2000, o capital social da IPI foi aumentado para 127 831 milhares de euros, por subscrição integral pela Afincos, após renúncia da Itaúsa Portugal ao seu direito de preferência, tendo sido realizado pela entrega de 49 531 milhares de euros, dos quais 19 176 milhares de euros respeitam ao reforço da quota da Afincos e 30 355 milhares de euros a prémio de emissão de quotas. Desta operação resultou o aumento do interesse económico no Banco BPI para 15%.

Conforme deliberado em assembleia geral de 15 de Fevereiro de 2001, o capital social da IPI foi aumentado para 139 844 milhares de euros em Março de 2001. Este aumento no valor de 12 013 milhares de euros, foi subscrito e realizado pelos sócios, mantendo-se inalterada a respectiva proporção da participação. Assim, nessa data, o capital social da IPI estava subscrito em 51% pela Itaúsa Portugal e em 49% pela Afincos, sendo o valor das quotas nesta data de 71 320 milhares de euros e 68 524 milhares de euros, respectivamente.

No ano de 2003, a sócia Itaúsa Portugal entregou a sua participação de 51% no capital da sociedade ao Banco Itaú Europa, S. A. (BIE) para realização do aumento de capital em espécie desta última entidade, tendo-lhe sido atribuído um valor de 137 924 milhares de euros.

Com esta operação, a Itaúsa Portugal realizou uma mais-valia nas suas contas individuais de 66 604 milhares de euros.

No dia 6 do mês de Dezembro de 2004 a sociedade procedeu a um aumento do capital social, na valor de 30 milhões de euros, realizado integralmente em dinheiro pelos sócios BIE e Afincos na proporção dos capitais detidos, nos montantes de 15,3 milhões de euros e 14,7 milhões de euros, respectivamente. Assim, no final de 2005, o capital social da sociedade é detido em 51% pelo BIE e em 49% pela Afincos.

À data do presente balanço, a sociedade detém uma participação de 16,095% no Banco BPI, o qual é considerado uma empresa associada. São consideradas empresas associadas aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% com carácter de estabilidade ou aquelas em que a sociedade, embora detenha percentagem de participação inferior a 20%, exerça influência significativa.

A actividade e os accionistas da associada da IPI são como segue:

Banco BPI, S. A.:

No final de 2002, concluiu um processo de reorganização interna que alterou de forma substancial a sua estrutura societária, através da incorporação do Banco BPI na BPI, SGPS, S. A. que, simultaneamente, assumiu o objecto social de um banco comercial, adoptando a designação Banco BPI, S. A.

O Banco BPI é a entidade principal de um Grupo Financeiro, centrado na actividade bancária, multi-especializado, que oferece um extenso conjunto de serviços e produtos financeiros para empresas, investidores institucionais e particulares. O Banco BPI está cotado em Bolsa desde 1986.

Em 2002, o Banco BPI aumentou o seu capital social para 760 000 milhares de euros por emissão de 114 375 000 novas acções, escriturais e nominativas com o valor nominal de um euro, por subscrição reservada aos actuais accionistas, ao preço de 1,75 euros por acção. A IPI acompanhou este aumento de capital na proporção da correspondente participação detida, adquirindo 17 156 250 acções pelo custo de aquisição de 30 023 milhares de euros. Adicionalmente, adquiriu 619 877 acções no mercado de capitais, pelo custo de aquisição de 1085 milhares de euros, aumentando o interesse económico da sociedade no Banco BPI para 15,08%.

No decorrer do 1.º semestre de 2003, a sociedade reforçou a sua participação no capital social do Banco BPI em 1,013%, através da aquisição de 7 704 067 novas acções pelo custo de aquisição de 16 936 milhares de euros, data a partir da qual o seu interesse económico no Banco BPI passou a representar 16,095% do capital daquela instituição financeira.

Em 31 de Dezembro de 2005, os principais accionistas individuais do Banco BPI eram o Grupo Itaú (através da IPI) com 16,1%, o Grupo catalão La Caixa com 16,0%, o Grupo segurador alemão Allianz com 8,8%, o Grupo Totta com 5,8% e o Grupo BCP com 3,1%, encontrando-se o remanescente disperso por diversas entidades financeiras nacionais e estrangeiras, empresas portuguesas e público em geral.

Dado que o Grupo Itáua — Brasil exerce comprovada influência significativa na gestão do Banco BPI e na definição da sua política financeira, a gerência da IPI deliberou incorporar esta participação nas suas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas em separado, na rubrica de investimentos em associadas, utilizando, para tal, o método da equivalência patrimonial.

2 — Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas:

2.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras individuais da IPI foram preparadas com base nos respectivos registos contabilísticos estatutários, processados em conformidade com os princípios contabilísticos e preceitos legais estabelecidos no Plano de Contas e outras disposições e práticas em vigor em Portugal para o Sector Bancário.

As demonstrações financeiras da IPI em 31 de Dezembro de 2005, estão ainda pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais.

2.2 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras individuais da sociedade.

a) *Especialização de exercícios.* — A sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas, que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança. O rendimento das acções em carteira só é contabilizado na altura do recebimento dos dividendos atribuídos.

b) *Partes de capital em empresas associadas.* — Na rubrica de partes de capital em empresas associadas das demonstrações financeiras individuais IPI em 31 de Dezembro de 2005, encontra-se registada a participação da sociedade no Banco BPI, pelo respectivo custo de aquisição (v. nota n.º 5).

A contabilização de provisões para menos-valias potenciais é efectuada de acordo com o definido nos avisos n.ºs 4/02 e 3/95, de 25 de Junho e 30 de Junho, respectivamente, ambos do Banco de Portugal.

c) *Imobilizações incorpóreas.* — Os custos incorridos com encargos referentes a aumentos de capital da sociedade e com a constituição da IPI são amortizados, num período de três anos a partir do exercício em que são incorridos, inclusive, segundo o método das quotas constantes.

5 — Partes de capital em empresas associadas:

	(Em milhares de euros)			
	Participação directa no capital (percentagem)	Custos da participação	Participação directa no capital (percentagem)	Custos da participação
Partes de capital em empresas associadas:				
Banco BPI, S. A.	16,095	312 274	16,095	312 274

Os dados financeiros mais significativos, expressos em milhares de euros, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas do Banco BPI são como segue:

	(Em milhares de euros)		
	IFRS 2005	IFRS pró-forma 2004	PCSB 2004
Activo líquido	30 158 708	25 783 185	24 010 267
Passivo	28 671 042	24 527 099	22 519 162
Capitais próprios atribuíveis aos accionistas do BPI	1 181 414	1 021 106	1 231 535
Interesses minoritários	306 252	234 980	259 570
Total de capitais próprios	1 487 666	1 256 086	1 491 105
Lucro do exercício	250 816	159 298	192 718

d) *Imposto sobre lucros.* — A IPI está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), beneficiando de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo do artigo 33.º do estatuto dos benefícios fiscais, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 84/93, de 19 de Março, em todas as operações realizadas com entidades não residentes no território português.

São ajustados, para efeitos do apuramento da estimativa do encargo com o IRC, 95% dos lucros gerados em exercícios anteriores, e 100% para os anos de 2002 e seguintes, distribuídos no exercício pela associada Banco BPI, nos termos previstos pelo Código do IRC.

Nas situações em que existam diferenças temporárias significativas entre as quantias consideradas para efeitos fiscais resultantes das operações realizadas com entidades residentes no território português e as constantes das demonstrações financeiras, são registados os respectivos impostos diferidos, excepto no que se refere aos impostos diferidos activos, designadamente os resultantes de prejuízos fiscais reportáveis, os quais não são contabilizados.

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:		
Depósitos à ordem	703	2 159

Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui depósitos junto do BIE no montante de 353 milhares de euros (2004: 1548 milhares de euros).

4 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

A rubrica de outros créditos sobre instituições de crédito refere-se a uma aplicação junto do BIE no valor de 8500 milhares de euros, remunerada à taxa de juro de mercado.

No que concerne à sua duração residual, esta rubrica decompõe-se como segue:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Até três meses	—	—
De três meses a seis meses	8 500	—
De um ano a cinco anos	—	—
	8 500	—

Em 31 de Dezembro de 2005, o valor de mercado da participação de 16,095% detida no Banco BPI ascendia a cerca de 472 milhões de euros (2004: 365 milhões de euros correspondente a 16,095% da participação).

A certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2005, foi emitido pelo revisor oficial de contas do Banco BPI em 10 de Março de 2006 e inclui um parágrafo de ênfase onde é referido que:

Conforme divulgado na nota n.º 2 do anexo às demonstrações financeiras, em 2005 o Banco adoptou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS) na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano de Contas para o Sistema Bancário) para as IAS/IFRS, o Banco seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS 1), tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004. Consequentemente, a informação financeira com referência a 31 de Dezembro de 2004 e ao exercício então findo, anteriormente apresentada de acordo com o PCSB, foi re-expressa para as IAS/IFRS para efeitos de comparabilidade, excepto quanto às IAS 32 — instrumentos financeiros — divulgação e apresentação, IAS 39 — instrumentos financeiros — reconhecimento e mensuração e IFRS 4 — contratos de seguro, que foram adoptadas pela primeira vez no exercício económico iniciado em 1 de Janeiro de 2005, tal como permitido pelo IFRS 1. Na nota n.º 3 do anexo às

demonstrações financeiras são apresentadas as divulgações exigidas relativamente ao processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

6 — Contas de regularização do activo:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Proveitos a receber	129	4

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de contas de regularização do activo refere-se, essencialmente, a proveitos a receber relativos à aplicação junto do Banco Itaú Europa, S. A.

7 — Contas de regularização do passivo:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Custos a pagar	4	99

8 — Capitais próprios:

	(Em milhares de euros)			
	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Aumentos	Transfe-rências	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Capital (v. nota n.º 1)	169 844	—	—	169 844
Prémios de emissão (v. nota n.º 1)	100 146	—	—	100 146
Reservas:				
Reserva legal	2 936	—	998	3 934
Reservas livres	26 433	—	8 981	35 414
	29 369	—	9 979	39 348
Resultados do exercício:				
Exercício de 2004	9 979	—	(9 979)	
Exercício de 2005	—	12 264	—	12 264
	9 979	12 264	(9 979)	12 264
	309 338	12 264	—	321 602

Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2005 o capital social da IPI era representado por duas quotas de 86 620 milhares de euros e 83 224 milhares de euros detidas pelo BIE e pela Afinco, respectivamente, integralmente subscritas e realizadas, correspondendo, respectivamente, a 51% e 49% do capital social da sociedade.

Prémios de emissão:

Na data de constituição, a sociedade apurou um prémio de emissão pago pela sócia Afinco no montante de 69 791 milhares de euros. Adicionalmente, em Novembro de 2000, por efeito de um aumento de capital social da IPI mediante a entrada de dinheiro como reforço da quota da Afinco, foi também apurado um prémio de emissão suportado pela Afinco no montante de 30 355 milhares de euros (v. nota n.º 1).

Reserva legal:

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital e, em conformidade com a legislação portuguesa aplicável às sociedades gestoras de participações sociais, complementada com as normas do Banco de Portugal para as referidas entidades sujeitas à sua supervisão, terá de ser reforçada anualmente por uma percentagem não inferior a 10% dos lucros da sociedade, até ao limite do valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

9 — Rendimento de títulos:

A IPI recebeu dividendos em Maio de 2005 da sua associada Banco BPI no montante de 12 232 milhares de euros (2004: 11 009 milhares de euros) referentes ao exercício de 2004.

10 — Carga fiscal:

O pagamento dos impostos sobre lucros apurado em entidades com sede em Portugal é efectuado com base em declarações de auto liquidação, que ficam sujeitas a inspecções e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do ano a que respeitam. No entanto, é convicção da gerência da sociedade que não ocorrerão quaisquer liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

A reconciliação entre o resultado contabilístico e o resultado individual tributável estimado analisa-se como se segue:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Resultado contabilístico antes de imposto	12 264	9 979
Deduções fiscais — dupla tributação	(12 232)	(11 009)
Resultado tributável estimado	32	(1 030)

11 — Relações com empresas do grupo:

(Em milhares de euros)

	2005				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Entidades associadas:					
Banco BPI	312 625	—	—	12 236	61
Entidades relacionadas:					
Banco Itaú Europa, S. A.	8 975	—	—	130	—
	2004				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Entidades associadas:					
Banco BPI	312 884	5 090	—	11 009	233
Entidades relacionadas:					
Banco Itaú Europa, S. A.	1 548	—	—	4	756

12 — Eventos subsequentes:

Os acontecimentos relevantes ocorridos após 31 de Dezembro de 2005 são descritos abaixo:

Aquisição de acções do Banco BPI:

Em 27 de Janeiro de 2006, a IPI aumentou a sua participação no Banco BPI para 16,40% através da aquisição de 2 300 000 acções ao preço médio unitário de cerca de 4,20 euros.

Aumento de capital:

A 6 de Fevereiro de 2006 e conforme deliberado em assembleia geral de 6 de Fevereiro de 2006, realizou-se um aumento de capital na IPI, no montante de 60 000 milhares de euros. Este aumento de capital foi integralmente subscrito e realizado pelos sócios, mantendo-se inalterada a respectiva proporção da participação.

Lançamento de uma OPA ao Banco BPI:

A 13 de Março de 2006 a IPI tomou conhecimento de uma oferta pública de aquisição sobre as acções do Banco BPI pelo valor de 5,70 euros cada, por parte do Banco Comercial Português.

A Gerência, (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo às contas em 31 de Dezembro de 2005

Elementos de informação complementares ao balanço e à demonstração de resultados Individual apresentadas em conformidade com o anexo à instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal:

As normas em vigor relativamente aos elementos de publicação oficial impõem a explicitação de alguma informação e indicações acerca das contas anuais mencionadas no balanço e na demonstração de resultados individuais da Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, L.^{da} (IPI ou sociedade). A sua menção é feita pela respectiva ordem e remetida, sempre que tal se justifique, para outros pontos do relatório de gestão ou das notas às demonstrações financeiras.

1 — Não foram efectuados quaisquer ajustamentos aos valores publicados no exercício anterior.

2 — A arrumação das rubricas do PCSB no balanço foi realizada de acordo com as normas em vigor do Banco de Portugal.

3 — As bases de apresentação das demonstrações financeiras e o resumo das principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos, são apresentados na nota n.º 2 às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas em vigor para o sector bancário.

5 — Os valores de mercado das principais rubricas do balanço não diferem, significativamente, do valor por que se encontram relevados, apresentando-se na nota n.º 5 às demonstrações financeiras, o valor de mercado dos títulos em carteira.

6 — Os elementos relevantes das participações, encontram-se discriminados na nota n.º 1 às demonstrações financeiras. As sedes das respectivas sociedades são as seguintes:

Banco BPI, S. A.:

Rua Tenente Valadim, 284, 4100-476 Porto, Portugal.

A sociedade não detém participações superiores a 20%.

7 — A sociedade não apresenta obrigações e outros títulos de rendimento fixo no seu balanço.

8 — Os créditos, representados ou não por um título, sobre empresas com as quais a sociedade tem uma ligação de participação e que estão incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo, constam na nota n.º 11 às demonstrações financeiras.

9 — Idem, sobre empresas coligadas, igualmente na nota n.º 11 às demonstrações financeiras.

10 — O inventário da carteira de títulos da sociedade apresenta-se conforme segue:

Natureza e espécie dos títulos	Participação directa (percentagem)	Direitos de voto (percentagem)	Quantidade de acções	Valor nominal	Valor actual médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Imobilizações financeiras:							
Partes de capital em empresas associadas:							
Em instituições de crédito no País:							
Banco BPI, S. A.	16,095	16,095	122 323 944	5	212 274 511	472 170 424	312 274 511

Adicionalmente, poderá ser consultada a nota n.º 5 às demonstrações financeiras.

11 — O activo immobilizado (corpóreo e incorpóreo) da sociedade já se encontra totalmente amortizado.

12 — Não existem activos de carácter subordinado.

13 — Não existem activos cedidos com acordo de recompra firme.

14 — O escalonamento por prazos de vencimento, dos outros créditos sobre instituições de crédito é apresentado na nota n.º 4 às demonstrações financeiras. A sociedade não apresenta no seu balanço montantes na rubrica de crédito sobre clientes.

15 — Não foram efectuadas no exercício reavaliações das imobilizações corpóreas e das imobilizações financeiras. Nos exercícios anteriores a sociedade nunca procedeu a qualquer reavaliação das imobilizações corpóreas e das imobilizações financeiras.

16 — A natureza das imobilizações incorpóreas e a sua decomposição são apresentadas na nota n.º 2.2 alínea c) às demonstrações financeiras. A sociedade não apresenta nesta rubrica quaisquer montantes relativos a trespases e despesas de investigação e desenvolvimento. No entanto as despesas de estabelecimento referem-se a custos associados à constituição da sociedade, alterações estatutárias e aumentos de capital.

17 — Não foram efectuadas correcções de valor excepcional no activo não immobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — A sociedade não apresenta no seu balanço montantes na rubrica de débitos para com instituições de crédito e a rubrica de débitos para com clientes não é aplicável à sociedade.

19 — Não existem débitos representados por títulos, incluídos na sub-rubrica 3 alínea a) do passivo.

20 — A data do balanço, não existiam débitos representados ou não por um título, perante empresas com os quais a instituição tenha uma ligação de participação, e que estejam incluídos nas rubricas 1,2, 3 e S do passivo, correspondentes á rubrica de Débitos para com instituições de crédito.

21 — Idem, sobre empresas coligadas.

22 — Não existem passivos subordinados.

23 — A sociedade não apresenta qualquer montante de compromissos.

24 — Não existiam quaisquer compromissos da sociedade referentes a pensões de reforma e respectivas coberturas.

25 — A sociedade não apresenta qualquer saldo de natureza de provisão nas demonstrações financeiras.

26 — A sociedade não apresenta títulos em carteira registados em carteira de negociação, de investimento ou a vencimento. O critério de classificação dos títulos em carteira registados em participações consta da nota n.º 2.3, alínea b) às demonstrações financeiras.

26-A — Não aplicável.

27 — A sociedade não apresenta á data do balanço saldos das contas de despesas com custo diferido e receitas com proveito diferido. Os saldos evidenciados nas rubricas de proveitos a receber e custos a pagar constam nas notas n.ºs 6 e 7 às demonstrações financeiras.

28:

a) Não aplicável.

b) Não aplicável.

c) Não aplicável.

d) Não aplicável.

29 — No presente exercício a sociedade não procedeu a aumentos do seu capital social.

30 — À data do balanço, não existiam partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis e títulos ou direitos similares.

31 — À data do balanço, a sociedade não apresenta montantes incluídos nas rubricas de outros activos e outros passivos.

32 — A sociedade não administra fundos.

33 — A sociedade não realiza operações a prazo.

34 — A sociedade apenas é constituída pelo conselho de gerência.

35 — Não existem elementos relevantes relativos aos membros dos órgãos sociais.

36 — A sociedade não presta serviços de gestão ou representação de outras instituições.

37 — A sociedade não apresenta elementos do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira.

38 — Todos os proveitos da sociedade são obtidos no mercado nacional.

39 — À data das presentes demonstrações financeiras a sociedade não apresenta montantes inscritos nas rubricas de outros custos de exploração, outros proveitos de exploração, perdas extraordinárias e ganhos extraordinários.

40 — A sociedade não apresenta passivos subordinados.

41 — As informações sobre a carga fiscal constam da nota n.º 10 às demonstrações financeiras.

42 — Idem.

43 — As contas da sociedade são objecto de consolidação pela Banco Itaú Europa, S. A., com sede na Rua Tierno Galvan, torre 3, 11.º, Amoreiras, 1099-048 Lisboa. As contas consolidadas da referida sociedade poderão ser consultadas na sede da referida sociedade.

44 — A sociedade não detém empresas filiais instaladas noutros estados-membros da União Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração de resultados.

45 — Não é aplicável a existência de operações de locação financeira no balanço da sociedade.

46 — Não aplicável.

47 — Os montantes incluídos nos resultados da sociedade provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existam relações de domínio, ou que também sejam filiais da mesma empresa-mãe, constam da nota n.º 11 às demonstrações financeiras.

48 — Não é aplicável a realização de operações de titularização pela sociedade.

49 — A sociedade não tem qualquer responsabilidade em pensões de reforma e sobrevivência.

50 — Os critérios de valorimetria aplicáveis às participações financeiras da sociedade constam na nota n.º 2.3, alínea b). A sociedade não se encontra enquadrada no definido no aviso n.º 4/2002, do Banco de Portugal, para efeitos de provisão mínimas de menos-valias latentes, apresentando-se contudo o seguinte quadro de avaliação das participações financeiras:

(Em euros)

	Valor bruto em balanço	Provisões acumuladas em balanço	Valor líquido em balanço	Valor de cotação (a)
Banco BPI, S. A.	312 274 511	—	312 274 511	472 170 424

(a) Com base na cotação de fecho em 31 de Dezembro de 2005.

51 — Quaisquer outras informações de natureza significativa que permitam uma apreciação correcta da situação financeira da sociedade poderão ser consultadas no anexo às demonstrações financeiras.

A Gerência, (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da IPI — Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, L.^{da}, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 321 606 milhares de euros e um total de capital próprio de 321 602 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 12 264 milhares de euros), as demonstrações de resultados e de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (instrução n.º 4/96, do Banco de Portugal) e outras disposições e práticas geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da gerência da sociedade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela gerência, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório do conselho de gerência com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da IPI — Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, L.^{da}, em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (instrução n.º 4/96, do Banco de Portugal) e outras

disposições e práticas geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 21 de Abril de 2006. — PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *José Manuel Henriques Bernardo*, revisor oficial de contas. 3000218115

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS, SGPS, L.^{DA}

Relatório n.º 1-H

Sede social: Rua Dr. Brito Câmara, 20, 1.º, 9000-039 Funchal, Madeira.

Capital social: 244 767 805 euros.

Pessoa colectiva n.º 511148763.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Zona Franca da Madeira sob o n.º 5872.

Relatório e contas individuais de 2005

Relatório da gerência

1 — A nossa sociedade é a empresa-mãe do Grupo Itaú na Europa por possuir a quase totalidade (99,99%) do capital social da Itaúsa Portugal, SGPS, S. A., e esta a totalidade do capital social do Banco Itaú Europa, S. A. (BIE), que concentra os investimentos do Grupo Itaú realizados a partir da Europa.

O BIE dispõe de sede em Lisboa, agência em Londres, sucursal financeira na Ilha da Madeira e detém filiais no Luxemburgo, o Banco Itaú Europa Luxembourg, S. A., e em Cayman, o BIE — Bank & Trust. O BIE possui ainda quota de 51% no capital social da IPI — Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, L.^{da}, que detinha em 31 de Dezembro de 2005, 16,1% do capital do Banco BPI, S. A., quarto maior banco privado português, com sede no Porto.

2 — A nossa sociedade registou em 2005 o resultado líquido consolidado de 41,3 milhões de euros, superior em 50,7% ao alcançado no ano anterior. Os activos consolidados ascenderam a 2 969 milhões de euros e a situação líquida atingiu 458 milhões de euros.

Nossos investimentos acham-se totalmente financiados por capitais próprios, pelo que não registava ao final do exercício social qualquer endividamento.

3 — O Banco Itaú Europa, S. A. manteve no decurso de 2005 seus elevados índices de liquidez e de solvabilidade, respectivamente, de 47,7% e de 20,6%. Durante o exercício, os fundos próprios consolidados do Banco evoluíram de 422 milhões de euros para 577 milhões de euros, dos quais 359 euros são representados por capitais próprios atribuíveis aos accionistas. O lucro líquido consolidado desta nossa instituição perfez 41,7 milhões de euros, expressivamente superiores aos 28,1 milhões de euros apurados em 2005.

4 — Finalmente, dando cumprimento ao previsto na lei e nos estatutos da sociedade, propomos que o resultado líquido de 67 712,40 de euros, registado nas contas individuais seja aplicado nos seguintes termos:

Para reserva legal	6 771,24
Para reserva livre	60 941,16

Funchal, 21 de Abril de 2006. — A Gerência, (*Assinaturas ilegíveis.*)

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

(Em milhares de euros)

Notas	2005		2004	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—	—	—
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	44	—	44	78
Outros créditos sobre instituições de crédito	—	—	—	—
Créditos sobre clientes	—	—	—	—
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—	—	—
De emissores públicos	—	—	—	—
De outros emissores	—	—	—	—

(Em milhares de euros)

	Notas	2005		2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
Acções e outros títulos de rendimento variável		—	—	—
Partes do capital em empresas associadas		—	—	—
Partes do capital em empresas filiais excluídas da consolidação		—	—	—
Partes do capital em empresas coligadas	3	244 763	—	244 763
Imobilizações incorpóreas	4	75	75	—
Imobilizações corpóreas		—	—	—
(Das quais: imóveis de serviço próprio)		—	—	—
Outros activos		100	—	100
Contas de regularização		4	—	4
<i>Total</i>		244 986	75	244 911

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

	Notas	2005	2004
Passivo:			
Débitos para com instituições da crédito		—	—
À vista		—	—
A prazo ou com pré-aviso		—	—
Débitos para com clientes		—	—
À vista		—	—
A prazo		—	—
Débitos representados por títulos		—	—
Obrigações em circulação		—	—
Outros passivos		—	—
Contas de regularização		5	11
Provisões para riscos e encargos		—	—
Outras provisões		—	—
Passivos subordinados		—	—
Interesses minoritários		—	—
Capitais próprios		—	—
Capital subscrito	5	244 768	244 768
Reservas e resultados transitados	5	70	125
Lucro/(prejuízo) do exercício	8	88	(55)
<i>Total</i>		244 911	244 849

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2005	2004
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		—	—
Compromissos		—	—

A Gerência, (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração individual dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

CUSTOS

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Juros e custos equiparados		—	—
Comissões		—	28
Prejuízos em operações financeiras		—	—
Gastos gerais administrativos		33	28
Custos com pessoal		—	—
Outros gastos administrativos		33	—

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Amortizações do exercício		—	25
Outros custos de exploração		—	—
Provisões para crédito vencido e para outros riscos		—	—
Resultado da actividade corrente		(68)	(52)
Perdas extraordinária		—	—
Impostos sobre lucros		—	—
Outros impostos		—	3
Interesses minoritários		—	—
Lucro/(prejuízo) do exercício		68	(55)
<i>Total</i>		101	1

PROVEITOS

	Notas	2005	2004
Juros e proveitos equiparados		1	1
Dos quais:			
(— de títulos de rendimento fixo)		—	—
Rendimento de títulos		100	—
Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	6	100	—
Comissões		—	—
Lucros em operações financeiras		—	—
Reposições e anulações de provisões		—	—
Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação		—	—
Outros proveitos de exploração		—	—
Ganhos extraordinários		—	—
<i>Total</i>		101	1

A Gerência, (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração individual dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2005

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Juros e proveitos equiparados	1	1
Juros a custos equiparados	—	—
Margem financeira	1	1
Provisões para riscos de crédito (específicas, gerais, incluindo risco-país)	—	—
Margem financeira líquida	1	1
Comissões líquidas	—	—
Outros resultados de exploração líquidos	—	(3)
Margem de serviços	1	(2)
Rendimentos de títulos	100	—
Resultados de operações financeiras	—	—
Provisões para depreciação de títulos	—	—
Resultado operacional antes dos custos de transformação	101	(2)
Custos com pessoal	—	—
Outros custos administrativos	(33)	(28)
Amortizações	—	(25)
Custos de transformação	(33)	(53)
Resultado operacional	68	(55)
Outros resultados extraordinários	—	—
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	68	(55)
Impostos	—	—
Resultado líquido do exercício	68	(55)

A Gerência, (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração individual de origem e aplicação de fundos em 31 de Dezembro de 2005

ORIGENS DE FUNDOS

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Geradas pelas operações:		
Lucro/(prejuízo) do exercido	68	(55)
Variação de provisões	—	—
Amortizações	—	25
	<u>68</u>	<u>(30)</u>
Aumentos do passivo:		
Débitos para com instituições de crédito	—	—
Débitos para com clientes	—	—
Débitos representados por títulos	—	—
Contas de regularização	—	7
Outros passivos	—	—
Passivos subordinados	—	—
	<u>—</u>	<u>7</u>
Reduções do activo:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	34	25
Outros créditos sobre instituições de crédito	—	—
Créditos sobre clientes	—	—
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—
Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—
Partes de capital em empresas associadas	—	—
Outras participações financeiras	—	—
Imobilizações incorpóreas	—	—
Imobilizações corpóreas	—	—
Outros activos	—	—
Contas de regularização	—	—
	<u>34</u>	<u>25</u>
Aumentos dos capitais próprios:		
Aumentos de capital	—	—
<i>Total de origens de fundos</i>	<u>102</u>	<u>2</u>

APLICAÇÕES DE FUNDOS

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Reduções do passivo:		
Débitos para com instituições de crédito	—	—
Outros passivos	—	—
Débitos representados por títulos	—	—
Passivos subordinados	—	—
Contas da regularização	6	—
	<u>6</u>	<u>—</u>
Aumentos do activo:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	—	—
Outros créditos sobre instituições de crédito	—	—
Créditos sobre clientes	—	—
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—
Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—
Partes de capital em empresas coligadas	—	—
Outras participações	—	—
Imobilizações incorpóreas	—	—
Imobilizações corpóreas	—	—
Outros activos	95	—
Contas da regularização	1	2
	<u>96</u>	<u>2</u>
Diminuição dos capitais próprios:		
Outras reservas	—	—
<i>Total de aplicações de fundos</i>	<u>102</u>	<u>2</u>

I — A sociedade Itaú Europa, Sociedade Gestora de Participações Sociais, L.^{da} (Itaú Europa — SGPS), com sede na Zona Franca da Madeira. Em 31 de Dezembro de 2005 o capital social da sociedade ascende a 68 126 milhares de euros, integralmente subscritos e realizado, encontrando-se representado por duas quotas, de valor nominal de 68 125 860,42 de euros e 139,58 de euros, detidas pelo Banco e pela Itaúsa Portugal, respectivamente. A actividade desta subsidiária consiste na gestão de participações financeiras do Banco no estrangeiro.

A Itaú Europa — SGPS detém a 100% a seguinte sociedade com sede nas Ilhas Caimão:

I.1 — O BIE — Bank & Trust Ltd., constituído em Julho de 1996 com um capital social de 21 milhões de dólares. Em 27 de Maio de 2003, o capital social, que totalizava 80 milhões de dólares, foi redenominado de dólar para euro, tendo sido atribuído o valor de 67 200 milhares de euros, com base no câmbio indicativo do Banco de Portugal da referida data. Em 31 de Dezembro de 2005, o capital social do BIE — Bank & Trust, Ltd., está representado por 80 000 000 acções de 0,84 euros/cada, integralmente subscrito e realizado pela Itaú Europa — SGPS. Este banco está licenciado para praticar todos os actos e negócios próprios das instituições bancárias e de *trust* nos termos da Banks and Trust Companies Law (1995 Revision) das Ilhas Caimão e posiciona preferencialmente a sua actividade na realização de operações de comércio externo.

O BIE — Bank & Trust detém a 100% as seguintes subsidiárias com sede nas Ilhas Caimão.

I.1.1 — A sociedade BIE — Caymart, Ltd., constituída em Abril de 1996 com um capital social realizado de um dólar, representado por uma acção. Em 31 de Dezembro de 2005 o seu capital social realizado ascende a 600 000 de dólares. O seu objecto social consiste na colocação dos seguintes de fundos de investimento:

Onix Investment Fund, Ltd.;
Kadima Investment Fund, Ltd.;
Lamed Fund Investment, Ltd.;
Guimel Fund Investment, Ltd.;
Alef Fund Investment, Ltd.;
Beit Fund Investment, Ltd.

Em 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras preliminares dos referidos fundos apresentam activos líquidos totais no montante de 334 milhões de dólares (2004: 264 milhões de dólares).

A sociedade BIE — Nominees, Ltd., constituída em Fevereiro de 1997 com um capital social realizado de um dólar, representado por uma acção. O seu objecto social consiste na prestação de serviços de Private Banking ao BIE — Bank & Trust, Ltd., ou a clientes desse banco. Os estatutos da sociedade prevêem que o seu capital social possa ser aumentado até ao montante de 50 000 dólares.

A sociedade BIE — Directora, Ltd., constituída em Fevereiro de 1997 com um capital social realizado de um dólar, representado por uma acção. O seu objecto social consiste na prestação de serviços de Private Banking ao BIE — Bank & Trust, Ltd., ou a clientes desse banco. Os estatutos da sociedade prevêem que o seu capital social possa ser aumentado até ao montante de 50 000 dólares.

II — A sociedade Itaú Europa Representações, L.^{da}, com sede em São Paulo, Brasil, foi constituída em Dezembro de 2000 com um capital social de 1 milhão de BRL (510 milhares de euros, convertidos ao câmbio histórico), representado por 1 000 000 quotas de 1 milhão de BRL cada, das quais 999 999 foram subscritas e realizadas pelo Banco e uma pela Itaúsa Export, S. A. (Grupo Itaúsa Brasil). A actividade desta subsidiária consiste na representação do Banco junto de clientes locais.

III — O Banco Itaú Europa Luxembourg, S. A. (BIE Luxemburgo), com sede no Luxemburgo, tem como principal actividade a realização de operações nas áreas do Private Banking, mercados de capitais e interbancários. O BIE Luxemburgo pode ainda realizar todas as demais operações que sejam ou possam vir a ser permitidas no âmbito das diretrizes reguladoras emitidas pelas entidades reguladoras competentes. Em 27 de Março de 2003, a Itaúsa Portugal entregou a sua participação de 99,95% no capital do BIE Luxembourg ao BIE para realização do aumento de capital em espécie desta última entidade, tendo-lhe atribuído um valor de 27,3 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2005 o capital social do BIE Luxembourg, integralmente subscrito e realizado, ascende a 20 milhões de dólares (19 milhões de euros, ao câmbio histórico de aquisição) e está representado por 2000 acções ordinárias de 10 000 dólares/cada, das quais 1399 são detidas pelo Banco e uma por entidades terceiras.

A actividade e os principais accionistas das subsidiárias do BIE Luxemburgo são como segue:

III.1 — A sociedade BIEL Holding AG com sede em Zurique, Suíça, foi constituída em 19 Dezembro de 1999 com um capital social de CHF 150 000 que foi aumentado em 23 de Dezembro de 1999 para CHF 4,12 milhões (cerca de 2649 milhares de euros, ao câmbio de 31 de Dezembro de 2005), representado por 412 quotas de CHF 10 000 cada, das quais 405 foram subscritas e realizadas pelo BIE Luxemburgo.

A actividade desta subsidiária consiste na gestão de participações sociais, sendo de salientar as seguintes entidades:

III.1.1 — A sociedade Banco Itaú Europa Fund Management Company, S. A., com sede no Luxemburgo, foi constituída em Outubro de 1995 com um capital social de LUF 5 milhões (cerca de 124 milhares de euros, convertidos ao câmbio histórico), representado por 5000 acções nominativas de LUF 1000 cada (24,79 euros, convertidas ao câmbio histórico), das quais 4999 são detidas pela BIE Holding AG e uma pela Itaúsa Portugal. A actividade desta subsidiária consiste na gestão de fundos de investimento mobiliário.

Em 31 de Dezembro de 2004, encontravam-se sob a sua gestão os seguintes fundos:

Banco Itaú Europa Fund — Global Bond;
Banco Itaú Europa Fund — International Equity;
Banco Itaú Europa Fund — US Short Bond;
Banco Itaú Europa Fund — US Equity.

Em 21 de Dezembro de 2005, três destes fundos foram liquidados pelo que, em 31 de Dezembro de 2005, encontrava-se sob a gestão desta sociedade apenas o seguinte fundo:

Banco Itaú Europa Fund — Global Bond.

As carteiras destes fundos são essencialmente constituídas por títulos de emitentes com bom *rating* e cotados na Bolsa de Nova Iorque (fundos US Short Bond e US Equity) e em mercados da OCDE (fundos Global Bond e International Equity).

Em 31 de Dezembro de 2005 as demonstrações financeiras preliminares do(s) referido(s) fundo(s) apresenta(m) activos líquidos totais no montante de 49 milhões de dólares (2004: 88 milhões de dólares).

III.1.2 — A sociedade Itaú Europa Luxembourg Advisory Holding Company, S. A., com sede no Luxemburgo, foi constituída em Janeiro de 2001 com um capital social de 100 milhares de dólares, representado por 100 acções de 1000 dólares/cada, das quais 99 são detidas pela BIEL Holding AG e uma pela Itaúsa Portugal. A actividade desta subsidiária consiste na prestação de serviços de consultoria de gestão ao fundo de investimento Luxemburguês Itaú Europe Luxembourg SICAV que, em 31 de Dezembro de 2004, era composto pelo conjunto dos seguintes fundos de investimento mobiliário:

Geo Summit Brazil Equity;
Geo Summit Brazil Hedged Fixed Income;
Geo Summit Brazil Low Leverage Derivatives;
Money Market — USD;
Money Market — EUR.

Em 11 de Maio de 2005, quatro destes fundos foram liquidados pelo que, em 31 de Dezembro de 2005, encontrava-se sob a gestão desta sociedade apenas o seguinte fundo:

Money market — USD.

Em 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras preliminares do(s) referido(s) fundo(s) apresenta(m) activos líquidos totais no montante de 7 milhões de dólares (2004: 55 milhões de dólares).

III.1.3 — A sociedade Banco Itaú Europa Luxembourg Fund Management Company, S. A., com sede no Luxemburgo, foi constituída em Dezembro de 2002 com um capital social de 125 milhares de dólares e em Janeiro de 2003 o seu capital social foi aumentado para 140 milhares de dólares, representado por 140 acções de 1000 dólares cada, das quais 139 são detidas pela BIEL Holding AG e uma pelo BIE Luxemburgo. A actividade desta subsidiária consiste na gestão dos seguintes fundos de investimento mobiliário:

Conservative class —P;
Moderate class —P.

Em 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras preliminares dos referidos fundos apresentam activos líquidos totais no montante de 22 milhões de dólares (2004: 57 milhões de dólares).

III.2 — A sociedade BIELUX Representações, L.^{da}, com sede em São Paulo, Brasil, foi constituída em 1 de Dezembro de 1999 com um capital social de BRL 1,5 milhões (cerca de 827 milhares de euros, convertidos ao câmbio histórico), representado por 1 500 000 quotas de 1 BRL cada, das quais 1 499 999 foram subscritas e realizadas pelo BIE Luxemburgo e uma pela Itáusa Export, S. A. (Grupo Itaú Brasil), A actividade desta subsidiária consiste na representação do BIE Luxemburgo junto de clientes locais.

IV — A sociedade IPI — Itáusa Portugal Investimentos, SGPS, L.^{da} (IPI), sediada na Zona Franca da Madeira, foi constituída em 22 de Fevereiro de 2000 e tem por objecto a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, em conformidade com os Decretos-Lei n.º 495/88 e n.º 318/94, de 30 de Dezembro e 24 de Dezembro, respectivamente. Na data da sua constituição, o seu capital social foi subscrito em 60% pela Itáusa Portugal e em 40% pela Afínco Américas Madeira, SGPS, L.^{da} (Afínco) (Grupo Itáusa Brasil).

Em 31 de Dezembro de 2003, a sócia Itáusa Portugal entregou a participação de 51% detida a essa data no capital da IPI ao BIE para a realização do aumento de capital em espécie desta última entidade, tendo-lhe sido atribuído um valor de 137,9 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2005, o capital social da IPI era detido em 51% pelo BIE e em 49% pela Afínco.

A data do presente balanço a IPI detinha uma participação de 16,095% no Banco BPI, S. A. (Banco BPI), sendo a actividade e os principais accionistas desta entidade como segue:

IV.1 — O Banco BPI é a entidade principal de um grupo financeiro, centrado na actividade bancária, multi-especializado, que oferece um extenso conjunto de serviços e produtos financeiros para empresas, investidores institucionais e particulares. O Banco BPI está cotado em Bolsa desde 1986.

Em 31 de Dezembro de 2005, a IPI detém uma participação de 16,095% no capital social do Banco BPI. Os restantes principais accionistas individuais do Banco BPI são o Grupo catalão La Caixa com 16%, o Grupo segurador alemão Allianz com 8,8%, o Banco Santander Central Hispano com 5,8% e o Grupo BCP com 3,1%, encontrando-se o remanescente disperso por diversas entidades financeiras nacionais e estrangeiras, empresas portuguesas e público em geral.

V — A sociedade Itaú Madeira Investimentos SGPS, L.^{da}, com sede na Zona Franca da Madeira, foi constituída em Dezembro de 2004 com um capital social de 5000 euros integralmente subscrito e realizado, encontrando-se representado por duas quotas, de valor nominal de 4900 euros e 100 euros, detidas pelo Banco e pela Itáusa Portugal, respectivamente.

2 — Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas:

2.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras individuais da Itáusa Europa foram preparadas com base nos respectivos registos contabilísticos estatutários, processados em conformidade com os princípios contabilísticos e preceitos legais estabelecidos no Plano de Contas e outras disposições e práticas em vigor em Portugal para o Sector Bancário.

2.2 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras individuais da sociedade.

a) *Especialização de exercícos.* — A sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícos em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no

que se refere aos juros das operações activas e passivas, que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

b) *Partes de capital em empresas coligadas.* — Nesta rubrica das demonstrações financeiras individuais da Itáusa Europa encontram-se registadas, pelo seu custo de aquisição, as participações directas que a sociedade detém na Itáusa Portugal (v. notas n.ºs 1 e 3).

As desvalorizações significativas com carácter permanente são provisionadas.

c) *Imobilizações incorpóreas.* — Os custos incorridos com sistemas de tratamento informático de dados e encargos com aumento de capital da sociedade são amortizados num período de três exercícos, segundo o método das quotas constantes.

d) *Operações em moeda estrangeira.* — Consideram-se operações em moeda estrangeira todas cuja moeda original não pertença a um país que integre a zona euro.

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, que prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira, sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgado pelo Banco de Portugal.

Na data de contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na respectiva posição cambial, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos expressos nessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo, e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de resultados.

Posição cambial a prazo (*forward*):

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nos diferenciais de taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os respectivos contravalores em euros às taxas contratadas e às taxas de reavaliação a prazo, que representam o proveito ou o custo de reavaliação da posição a prazo, são registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de resultados.

e) *Impostos sobre lucros.* — A Itáusa Europa está sujeita ao regime fiscal consignado no código do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC). É política da Itáusa Europa contabilizar nos custos das suas contas individuais o IRC, calculado de acordo com o normativo vigente em Portugal, no decurso do ano em que os respectivos lucros são gerados.

Impostos diferidos:

A Itáusa Europa reconhece o efeito dos impostos diferidos passivos resultantes de diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e as estimativas do resultado tributável.

3 — Partes de capital em empresas coligadas:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005		2004	
	Participação directa no capital (porcentagem)	Custos da participação	Participação directa no capital (porcentagem)	Custos da participação
Partes de capital em empresas coligadas:				
Itáusa Portugal SGPS, S. A. [v. notas n.ºs 1 e 2.2, alínea b)]	100	244 763	100	244 763

Os dados financeiros mais significativos, expressos em milhares de euros, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Itaúsa Portugal (em IAS/IFRS), são como segue:

	Itaúsa Portugal (consolidado)	
	2005	2004 Pró-forma
Activo líquido	2 969 117	2 462 615
Passivo	2 511 425	2 081 913
Capitais próprios (a)	457 692	380 702
Lucro do exercício	41 315	27 431

(a) Incluindo interesses minoritários.

4 — Movimento do imobilizado incorpóreo:

A movimentação do imobilizado incorpóreo durante o exercício de 2005 é analisada como segue:

	Valor bruto				Saldo em 31 de Dezembro de 2005
	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Aquisições	Transferências	Alienações/abates	
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de estabelecimento	75	—	—	—	75
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	—	—	—	—	—
	<u>75</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>75</u>
Imobilizações incorpóreas em curso	—	—	—	—	—
<i>Total</i>	75	—	—	—	75

	Amortizações acumuladas			Valor líquido	
	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Amortizações do exercício	Alienações/abates	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de estabelecimento	(75)	—	—	(75)	—
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	—	—	—	—	—
	<u>(50)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(75)</u>	<u>—</u>
Imobilizações incorpóreas em curso	—	—	—	—	—
<i>Total</i>	(50)	—	—	(75)	—

5 — Capitais próprios:

O movimento nas contas de capitais próprios em 2005, foi como segue:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Aumentos/reduções	Transferências	Variações cambiais e outros movimentos	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Capital subscrito	244 768	—	—	—	244 768
Reservas e resultados transitados:					
Reserva legal	17	—	—	—	17
Outras reservas	108	—	—	—	108
Resultados transitados	—	—	(55)	—	(55)
	<u>125</u>	<u>—</u>	<u>(55)</u>	<u>—</u>	<u>70</u>
Resultado do exercício:					
Exercício 2004	(53)	—	55	—	—
Exercício 2005	—	68	—	—	68
	<u>244 636</u>	<u>68</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>244 906</u>

Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 o capital social da Itaúsa Europa ascendia a 244 768 milhares de euros, integralmente subscrito e realizado, e era representado por duas quotas como segue:

	2005		2004	
	Valor da quota	Capital (porcentagem)	Valor da quota	Capital (porcentagem)
Itaúsa Export, L. ^{da} — Grupo Itaúsa	215 060	87,86	215 060	87,86
Itaúsa — Investimentos Itaú, S. A.	29 708	12,14	29 708	12,14
	<u>244 768</u>	<u>100,00</u>	<u>244 768</u>	<u>100,00</u>

Reserva legal:

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (artigo 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.

6 — Rendimento de títulos:

O valor de 100 milhares de euros refere-se aos dividendos a pagar pela Itaúsa Portugal referentes ao exercício de 2004.

7 — Carga fiscal:

O pagamento dos impostos sobre lucros apurado em entidades com sede em Portugal e nas Ilhas Caimão é efectuado com base em declarações de auto liquidação, que ficam sujeitas a inspecções e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos. No entanto, é convicção da gerência da Itaúsa Europa que não ocorrerão quaisquer liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

A reconciliação entre o resultado contabilístico e o resultado tributável estimado analisa-se como segue:

	2005	2004	2003
Resultado contabilístico antes de impostos	68	(55)	168
Rendimentos nos termos do artigo 46.º	(100)	—	—
Deduções fiscais — dupla tributação	—	—	(268)
Outras correcções ao lucro tributável	—	2	—
Resultado tributável estimado	<u>(32)</u>	<u>(53)</u>	<u>(100)</u>

A tributação da sociedade é efectuada em base individual.

8 — Relações com empresas subsidiárias e relacionadas:

Os montantes registados nas contas individuais da Itaúsa Europa provenientes de transacções realizadas com entidades subsidiárias e relacionadas decompõem-se como segue:

	2005				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Entidades subsidiárias:					
Banco Itaú Europa, S. A.	44	—	—	1	—
Itaúsa Portugal SGPS, S. A.	<u>244 863</u>	—	—	<u>100</u>	—
	<u>244 863</u>	—	—	<u>101</u>	—

	2004				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Entidades subsidiárias:					
Banco Itaú Europa, S. A.	78	—	—	1	—
Itaúsa Portugal SGPS, S. A.	<u>244 763</u>	—	—	—	—
	<u>244 763</u>	—	—	<u>1</u>	—

A Gerência, (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas individuais

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Itaúsa Europa Investimentos — SGPS, L.^{da}, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 244 911 milhares de euros e um total de capital próprio de 244 906 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 68 milhares de euros), as demonstrações de resultados, por naturezas e por

funções, e a demonstração de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal) e outras disposições e práticas geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresen-

tem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Itausa Europa Investimentos — SGPS, L.^{da}, em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, em conformidade o Plano de Contas para o Sistema Bancário (instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal) e outras disposições e práticas em vigor em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 21 de Abril de 2006. — PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *José Manuel Henrique*, revisor oficial de contas.

3000218118

Relatório n.º 1-I

Sede social: Rua Dr. Brito Câmara, 20, 1.º, 9000-039 Funchal, Madeira.
Capital social: 244 767 805 euros.
Pessoa colectiva n.º 511148763.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Zona Franca da Madeira sob o n.º 5872.

Relatório e contas consolidadas de 2005

Relatório da gerência

1 — A nossa sociedade é a empresa mãe do Grupo Itau na Europa por possuir a quase totalidade (99,99%) do capital social da Itausa Portugal, SGPS, S. A. e esta a totalidade do capital social do Banco Itau Europa, S. A. (BIE), que concentra os investimentos do Grupo Itau realizados a partir da Europa. O BIE dispõe de sede em Lisboa, agência em Londres, Sucursal Financeira na Ilha da Madeira e detém filiais no Luxemburgo, o Banco Itau Europa Luxembourg, S. A., e em Cayman, o BIE — Bank & Trust. O BIE possui ainda quota de 51% no capital social da IPI — Itausa Portugal Investimentos, SGPS, L.^{da}, que detinha, em 31 de Dezembro de 2005, 16,1% do capital do Banco BPI, S. A., quarto maior banco privado português, com sede no Porto.

2 — A nossa sociedade registou em 2005 o resultado líquido consolidado de 41,3 milhões de euros, superior em 50,7% ao alcançado no ano anterior. Os activos consolidados ascenderam a 2969 milhões de euros e a situação líquida atingiu 458 milhões de euros. Os nossos investimentos acham-se totalmente financiados por capitais próprios, pelo que não registava ao final do exercício social qualquer endividamento.

3 — O Banco Itau Europa, S. A. manteve no decurso de 2005 seus elevados índices de liquidez e de solvabilidade, respectivamente, de 47,7% e de 20,6%. Durante o exercício, os fundos próprios consolidados do Banco evoluíram de 422 milhões de euros para 577 milhões de euros, dos quais 359 euros são representados por capitais próprios atribuíveis aos accionistas. O lucro líquido consolidado desta nossa instituição perfez 41,7 milhões de euros, expressivamente superiores aos 28,1 milhões de euros apurados em 2005.

4 — Finalmente, dando cumprimento ao previsto na lei e nos estatutos da sociedade, propomos que o resultado líquido de 67 712,40 euros registado nas contas individuais seja aplicado nos seguintes termos:

Para reserva legal	6 771,24
Para reserva livre	60 941,16

Funchal, 21 de Abril de 2006. — A Gerência: (*Assinaturas ilegíveis.*)

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

Notas	2005			2004
	Valor bruto de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido de imparidade e amortizações	Pró-forma — Valor líquido de imparidade e amortizações
Activo:				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	11 020	11 020	10 520
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	24 080	24 080	40 159
Activos finan. detidos para negoc. e ao justo valor através de resultados	8	39 589	39 859	32 440
Activos financeiros disponíveis para venda	10	228 178	228 178	32 440
Aplicações em instituições de crédito	11	1 363 608	1 363 608	1 174 997
Crédito a clientes	12	1 102 147	(1 797)	642 258
Derivados de cobertura		—	—	2 715
Outros activos tangíveis	13	6 604	(2 753)	3 105
Activos intangíveis	14	4 141	(1 504)	3 239
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	15	190 152	190 152	164 350
Activos por impostos correntes	16	17	17	1 035
Activos por impostos diferidos	16	179	179	1 387
Outros activos	17	5 190	5 190	29 991
<i>Total do activo</i>		<u>2 975 175</u>	<u>(6 054)</u>	<u>2 969 121</u>
Passivo:				
Passivos finan. detidos para negoc. e ao justo valor através de resultados	18	166 412	166 412	7 199
Recursos de outras instituições de crédito	19	1 375 053	1 375 053	1 281 075

(Em milhares de euros)

	Notas	2005			2004
		Valor bruto de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido de imparidade e amortizações	Pró-forma Valor líquido de imparidade e amortizações
Recursos de clientes e outros empréstimos	20	275 631	—	275 631	196 913
Responsabilidades representadas por títulos	21	552 863	—	552 863	534 708
Derivados de cobertura		—	—	—	5 300
Provisões	25	150	—	150	6 495
Passivos por impostos correntes	21	1 589	—	1 589	—
Passivos por impostos diferidos	22	2 046	—	2 046	—
Passivos subordinados	23	120 327	—	120 927	37 231
Outros passivos	24	16 711	—	16 711	12 375
<i>Total do passivo</i>		<u>2 511 286</u>	<u>—</u>	<u>2 511 286</u>	<u>2 081 846</u>
Capitais próprios:					
Capital	26	244 768	—	244 768	144 768
Reservas de reavaliação de justo valor	27	1 284	—	1 284	—
Outras reservas e resultados transitados	28	72 655	—	72 655	29 444
Resultado líquido consolidado		41 282	—	41 282	27 400
<i>Total dos capitais próprios atribuíveis aos accionistas do Grupo</i>		<u>359 999</u>	<u>—</u>	<u>359 999</u>	<u>301 612</u>
Interesses minoritários	29	97 836	—	97 836	79 165
<i>Total dos capitais próprios</i>		<u>457 835</u>	<u>—</u>	<u>457 835</u>	<u>330 777</u>
<i>Total do passivo e dos capitais próprios</i>		<u>2 969 121</u>	<u>—</u>	<u>2 969 121</u>	<u>2 462 623</u>
Rubricas extrapatrimoniais:					
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	30	—	—	471 483	322 674
Compromissos	30	—	—	224 697	139 095
Responsabilidades por prestação de serviços	30	—	—	2 304 250	1 649 719

A Gerência: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstrações dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
			Pró-forma
Juros e rendimentos similares		88 728	55 968
Juros e encargos similares		(52 415)	(33 897)
Margem financeira	31	36 313	22 071
Comissões recebidas		21 022	13 706
Comissões pagas		(3 459)	(1 145)
Comissões líquidas	32	17 563	12 561
Rendimentos e receitas operacionais		824	702
Encargos e gastos operacionais		(358)	(359)
Outros impostos		(990)	(778)
Ganhos e perdas não correntes	33	(524)	(435)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		(9 231)	(4 155)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		2 156	325
Resultados de reavaliação cambial		2 126	16
Outros resultados em operações financeiras		1 619	198
Resultados em operações financeiras	34	(3 330)	(3 616)
Produto bancário		50 022	311 571
Custos com pessoal	35	(12 886)	(8 657)
Gastos gerais administrativos		(10 602)	(6 349)
Depreciações e amortizações		(1 343)	(1 024)
Custos de estrutura		(24 831)	(16 030)
Imparidade e outras provisões líquidas	25	(616)	(1 133)
Resultado antes de impostos		<u>24 575</u>	<u>13 408</u>

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004 — Pró-forma
Impostos sobre os lucros	36	—	—
Impostos correntes		(1 730)	(684)
Impostos diferidos		(2 123)	1 133
Resultado de empresas consolidadas (equivalência patrimonial)	15	40 370	25 602
Resultado consolidado global		61 092	39 459
Resultado atribuível a interesses minoritários	29	(19 810)	(12 059)
Resultado consolidado do Grupo		41 282	27 400

A Gerência: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstrações das alterações do capital próprio em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Capital	Reservas de reavaliação de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total de capitais próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2003 (PCSB)	244 768	—	(8 248)	36 211	75 755	348 500
Alteração de políticas contabilísticas para IAS/IFRS (nota n.º 4):						
Impacto à introdução IAS/IFRS em empresas associadas	—	—	(48 925)	—	—	(48 925)
Activos intangíveis	—	—	(92)	—	—	(92)
Impostos diferidos	—	—	255	—	—	255
Provisões para garantias e compromissos	—	—	(18)	—	—	(18)
Diferença positiva de primeira consolidação — <i>badwill</i>	—	—	34 733	—	—	34 733
Saldos em 31 de Janeiro de 2004 (pró-forma IAS/IFRS)	244 768	—	(22 295)	36 211	75 775	334 459
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2003	—	—	36 211	(36 211)	—	—
Resultado gerado no exercício de 2004	—	—	—	29 308	—	29 308
Interesses minoritários	—	—	—	—	19 986	19 986
Constituição de provisões risco-país sobre o investimento do BIE no BIE — Bank & Trust	—	—	(6 850)	—	—	(6 850)
Variações cambiais e outros movimentos	—	—	(13 867)	—	—	(13 867)
Alteração de políticas contabilísticas para IAS/IFRS (nota n.º 4):						
Impacto à introdução IAS/IFRS em empresas associadas	—	—	17 799	(2 743)	—	15 056
Activos intangíveis	—	—	1 850	(253)	—	1 598
Impostos diferidos	—	—	(1)	1 133	—	1 132
Provisões para garantias e compromissos	—	—	—	(45)	—	(45)
Interesses minoritários	—	—	16 596	—	(16 596)	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2004 (pró-forma IAS/IFRS)	244 768	—	29 444	27 400	79 165	380 777
Primeira aplicação do IAS 32 e IAS 39 (nota n.º 4):						
Impacto à introdução do IAS 32, 39 e do IFRS 4 em empresa associada	—	—	(3 409)	—	—	(3 409)
Periodificação de comissões	—	—	(683)	—	—	(683)
Reservas de reavaliação de justo valor	—	5 251	—	—	—	5 251
Imparidade do crédito e saldos a receber	—	—	12 333	—	—	12 333
Desreconhecimento de contabilidade de cobertura — derivados e instrumentos cobertos	—	—	54	—	—	54
Interesses minoritários	—	—	1 670	—	(1 670)	—
Saldos em 1 de Janeiro de 2005 (IAS/IFRS)	244 768	5 251	39 409	27 400	77 495	394 323
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2004	—	—	27 400	(27 400)	—	—
Resultado gerado no exercício de 2005	—	—	—	41 282	—	41 282
Interesses minoritários	—	—	—	—	20 341	—
Reavaliação de activos disponíveis para venda	—	(3 967)	—	—	—	(3 967)
Variações cambiais e outros movimentos	—	—	5 856	—	—	5 856
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	244 768	1 284	72 665	41 282	97 836	457 835

A Gerência: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004 — Pró-forma
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidos	104 203	81 359
Juros e comissões pagos	(53 099)	(46 566)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(21 912)	(12 046)
Recuperação de crédito e juros anulados em anos anteriores	—	—
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais	29 192	22 747
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda	119 006	(63 727)
Aplicações em instituições de crédito	(187 219)	(21 310)
Depósitos em bancos centrais	(497)	(166)
Créditos sobre clientes	(447 467)	(44 470)
Outros activos operacionais	354	(12 845)
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais:		
Passivos financeiros detidos para negociação	159 213	—
Recursos de outras instituições de crédito	91 723	(166 707)
Recursos de clientes e outros empréstimos	78 134	68 648
Responsabilidades representadas por títulos	47 084	212 819
Outros passivos operacionais	791	(721)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes do pagamento de impostos sobre os lucros.....	(109 686)	(5 732)
Impostos pagos sobre os lucros	877	(7 214)
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</i>	<u>(108 809)</u>	<u>(12 946)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Compra de participações	—	—
Dividendos recebidos	12 232	11 024
Valores recebidos na venda de imobilizações	77	1 774
Compra de imobilizações	(1 743)	(207)
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</i>	<u>10 566</u>	<u>12 591</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Dividendos pagos	—	—
Emissões de dívida subordinada	100 000	—
Amortizações de dívida subordinada	(15 000)	—
Aquisições e vendas de subordinada própria	(4 800)	—
Juros pagos das actividades de financiamento	(1 119)	(1 020)
Aumento de capital próprio	—	14 700
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</i>	<u>79 081</u>	<u>13 680</u>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em calva e seus equivalentes	3 086	(2 757)
Aumento/(diminuição) em caixa e seus equivalentes	(16 076)	10 568
Caixa e seus equivalentes no início do período	40 164	29 596
Caixa e seus equivalentes no fim do período	24 088	40 164
	<u>(16 076)</u>	<u>10 568</u>

A Gerência: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005

(Valores expressos em milhares de euros)

1 — Actividade e estrutura:

A sociedade, com sede na Zona Franca da Madeira, foi constituída por escritura pública celebrada em 23 de Fevereiro de 2001, com a denominação de Custode — Consultores, Serviços, L.ª (Custode), e um capital social de 5 milhares de euros, repartido em duas quotas iguais.

O objecto da Custode consistia na prestação de serviços nas áreas contabilística, económica, da informática, da engenharia civil, da arqui-

tectura, construção, promoção e comercialização de empreendimentos imobiliários turísticos e hoteleiros, consultoria nas referidas áreas e na criação e desenvolvimento de empresas de âmbito internacional, importação e exportação por grosso ou a retalho, comissões e consignações, prospecção de mercados, serviços de promoção e marketing, aquisição, exploração e transferência de patentes, marcas e direitos de autor, compra de imóveis para revenda e gestão da carteira de títulos próprios.

Em 28 de Dezembro de 2001 a Itaúsa — Investimentos Itaú, S. A. e a Itaúsa Export, S. A., ambas com sede no Brasil, adquiriram a totalidade do capital social da Custode aos anteriores sócios, respectivamente por 2,5 milhares de euros cada. Nessa mesma data, os referidos sócios procederam a um aumento do capital social de 5 milhares

I — A sociedade Itaú Europa, Sociedade Gestora de Participações Sociais, L.^{da} (Itaú Europa — SGPS), com sede na Zona Franca da Madeira. Em 31 de Dezembro de 2005 o capital social da sociedade ascende a 68 126 milhares de euros, integralmente subscritos e realizado, encontrando-se representado por duas quotas, de valor nominal de 68 125 860,42 euros e 139,58 euros, detidas pelo Banco e pela Itaúsa Portugal, respectivamente. A actividade desta subsidiária consiste na gestão de participações financeiras do Banco no estrangeiro.

A Itaú Europa — SGPS detém a 100% a seguinte sociedade com sede nas Ilhas Caimão:

I.1 — O BIE — Bank & Trust, Ltd., constituído em Julho de 1996 com um capital social de 21 milhões de dólares. Em 27 de Maio de 2003, o capital social, que totalizava 80 milhões de dólares, foi redenominado de dólar para euro, tendo sido atribuído o valor de 67 200 milhares de euros, com base no câmbio indicativo do Banco de Portugal da referida data. Em 31 de Dezembro de 2005, o capital social do BIE — Bank & Trust, Ltd. está representado por 80 000 000 acções de 0,84 euros cada, integralmente subscrito e realizado pela Itaú Europa, SGPS. Este banco está licenciado para praticar todos os actos e negócios próprios das instituições bancárias e de *trust* nos termos da Banks and Trust Companies Law (1995 Revision) das ilhas Caimão e posiciona preferencialmente a sua actividade na realização de operações de comércio externo.

O BIE — Bank & Trust detém a 100% as seguintes subsidiárias com sede nas Ilhas Caimão:

I.1.1 — A sociedade BIE — Cayman, Ltd., constituída em Abril de 1996 com um capital social realizado de 1 dólar, representado por uma acção. Em 31 de Dezembro de 2005 o seu capital social realizado ascende a 600 000 dólares. O seu objecto social consiste na colocação dos seguintes de fundos de investimento:

Onix Investment Fund, Ltd.;
Kadima Investment Fund, Ltd.;
Lamed Fund Investment, Ltd.;
Guimel Fund Investment, Ltd.;
Alef Fund Investment, Ltd.;
Beit Fund Investment, Ltd.

Em 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras preliminares dos referidos fundos apresentam activos líquidos totais no montante de 334 milhões de dólares (2004: 264 milhões de dólares).

I.1.2 — A sociedade BIE — Nominees, Ltd., constituída em Fevereiro de 1997 com um capital social realizado de 1 dólar, representado por uma acção. O seu objecto social consiste na prestação de serviços de *private banking* ao BIE — Bank & Trust, Ltd., ou a clientes desse banco. Os estatutos da sociedade prevêm que o seu capital social possa ser aumentado até ao montante de 50 000 dólares.

I.1.3 — A sociedade BIE — Directors, Ltd., constituída em Fevereiro de 1997 com um capital social realizado de 1 dólar, representado por uma acção. O seu objecto social consiste na prestação de serviços de *Private Banking* ao BIE — Bank & Trust, Ltd., ou a clientes desse banco. Os estatutos da sociedade prevêm que o seu capital social possa ser aumentado até ao montante de 50 000 dólares.

II — A sociedade Itaú Europa Representações, L.^{da}, com sede em São Paulo, Brasil, foi constituída em Dezembro de 2000 com um capital social de BRL 1 milhão (510 milhares de euros, convertidos ao câmbio histórico), representado por 1 000 000 quotas de 1 BRL cada, das quais 999 999 foram subscritas e realizadas pelo Banco e uma pela Itaúsa Export, S. A. (Grupo Itaúsa Brasil). A actividade desta subsidiária consiste na representação do Banco junto de clientes locais.

III — O Banco Itaú Europa Luxembourg, S. A. (BIE Luxembourg), com sede no Luxemburgo, tem como principal actividade a realização de operações nas áreas do *private banking*, mercados de capitais e interbancários. O BIE Luxembourg pode ainda realizar todas as demais operações que sejam ou possam vir a ser permitidas no âmbito das diretrizes reguladoras emitidas pelas entidades reguladoras competentes. Em 27 de Março de 2003, a Itaúsa Portugal entregou a sua participação de 99,95% no capital do BIE Luxembourg ao BIE para realização do aumento de capital em espécie desta última entidade, tendo-lhe atribuído um valor de 27,3 milhões de dólares. Em 31 de Dezembro de 2005 o capital social do BIE Luxembourg, integralmente subscrito e realizado, ascende a 20 milhões de dólares (19 milhões de dólares, ao câmbio histórico de aquisição) e está representado por 2000 acções ordinárias de 10 000 dólares cada, das quais 1999 são detidas pelo Banco e uma por entidades terceiras.

A actividade e os principais accionistas das subsidiárias do BIE Luxembourg são como segue:

III.1 — A sociedade BIEL Holding AG com sede em Zurique, Suíça, foi constituída em 19 Dezembro de 1999 com um capital social de 150 000 CHF que foi aumentado em 23 de Dezembro de 1999 para 4,12 milhões de CHF (cerca de 2649 milhares de euros, ao câmbio de 31 de Dezembro de 2005), representado por 412 quotas de 10 000 CHF cada, das quais 405 foram subscritas e realizadas pelo BIE Luxembourg.

A actividade desta subsidiária consiste na gestão de participações sociais, sendo de salientar as seguintes entidades:

III.1.1 — A sociedade Banco Itaú Europa Fund Management Company, S. A., com sede no Luxemburgo, foi constituída em Outubro de 1995 com um capital social de 5 milhões de LUF (cerca de 124 milhares de euros, convertidos ao câmbio histórico), representado por 5000 acções nominativas de 1000 LUF cada (24,79 euros, convertidas ao câmbio histórico), das quais 4999 são detidas pela BIE Holding AG e uma pela Itaúsa Portugal. A actividade desta subsidiária consiste na gestão de fundos de investimento mobiliário.

Em 31 de Dezembro de 2004, encontravam-se sob a sua gestão os seguintes fundos:

O Banco Itaú Europa Fund — Global Bond;
Banco Itaú Europa Fund — International Equity;
Banco Itaú Europa Fund — US Short Bond;
Banco Itaú Europa Fund — US Equity.

Em 21 de Dezembro de 2005, três destes fundos foram liquidados pelo que, em 31 de Dezembro de 2005, encontrava-se sob a gestão desta sociedade apenas o seguinte fundo:

Banco Itaú Europa Fund — Global Bond.

As carteiras destes fundos são essencialmente constituídas por títulos de emitentes com bom *rating* e cotados na Bolsa de Nova Iorque (fundos US Short Bond e US Equity) e em mercados da OCDE (fundos Global Bond e International Equity).

Em 31 de Dezembro de 2005 as demonstrações financeiras preliminares do(s) referido(s) fundo(s) apresenta(m) activos líquidos totais no montante de 49 milhões de dólares (2004: 88 milhões de dólares).

III.1.2 — A sociedade Itaú Europa Luxembourg Advisory Holding Company, S. A., com sede no Luxemburgo, foi constituída em Janeiro de 2001 com um capital social de 100 milhares de dólares, representado por 100 acções de 1000 dólares cada, das quais 99 são detidas pela BIEL Holding AG e uma pela Itaúsa Portugal. A actividade desta subsidiária consiste na prestação de serviços de consultoria de gestão ao fundo de investimento Luxemburguês Itaú Europe Luxembourg SICAV que, em 31 de Dezembro de 2004, era composto pelo conjunto dos seguintes fundos de investimento mobiliário:

Geo Summit Brazil Equity;
Geo Summit Brazil Hedged Fixed Income;
Geo Summit Brazil Low Leverage Derivatives;
Money Market — USD;
MoneyMarket — EUR.

Em 11 de Maio de 2005, quatro destes fundos foram liquidados pelo que, em 31 de Dezembro de 2005, encontrava-se sob a gestão desta sociedade apenas o seguinte fundo:

Money Market — USD.

Em 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras preliminares do(s) referido(s) fundo(s) apresenta(m) activos líquidos totais no montante de 7 milhões de dólares (2004: 55 milhões de dólares).

III.1.3 — A sociedade Banco Itaú Europa Luxembourg Fund Management Company, S. A., com sede no Luxemburgo, foi constituída em Dezembro de 2002 com um capital social de 125 milhares de dólares e em Janeiro de 2003 o seu capital social foi aumentado para 140 milhares de dólares, representado por 140 acções de 1000 dólares cada, das quais 139 são detidas pela BIEL Holding AG e uma pelo BIE Luxembourg. A actividade desta subsidiária consiste na gestão dos seguintes fundos de investimento mobiliário:

Conservative Class -P-;
Moderate Class -P-.

Em 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras preliminares dos referidos fundos apresentam activos líquidos totais no montante de 22 milhões de dólares (2004: 57 milhões de dólares).

III.2 — A sociedade Bielux Representações, L.^{da}, com sede em São Paulo, Brasil, foi constituída em 1 de Dezembro de 1999 com um capital social de 1,5 milhões de BRL (cerca de 827 milhares de euros, convertidos ao câmbio histórico), representado por 1 500 000 quotas de 1 BRL cada, das quais 1 499 999 foram subscritas e realizadas pelo BIE Luxemburgo e uma pela Itáusa Export, S. A. (Grupo Itaú Brasil). A actividade desta subsidiária consiste na representação do BIE Luxemburgo junto de clientes locais.

IV — A sociedade IPI — Itáusa Portugal Investimentos — SGPS, L.^{da} (IPI), sediada na Zona Franca da Madeira, foi constituída em 22 de Fevereiro de 2000 e tem por objecto a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, em conformidade com os Decretos-Lei n.º 495/88 e n.º 318/94, de 30 de Dezembro e 24 de Dezembro, respectivamente. Na data da sua constituição, o seu capital social foi subscrito em 60% pela Itáusa Portugal e em 40% pela Afínco Américas Madeira — SGPS, L.^{da} (Afínco) (Grupo Itaú Brasil).

Em 31 de Dezembro de 2003, a sócia Itáusa Portugal entregou a participação de 51% detida a essa data no capital da IPI ao BIE para a realização do aumento de capital em espécie desta última entidade, tendo-lhe sido atribuído um valor de 137,9 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2005, o capital social da IPI era detido em 51% pelo BIE e em 49% pela Afínco.

À data do presente balanço a IPI detinha uma participação de 16,095% no Banco BPI, S. A. (Banco BPI), sendo a actividade e os principais accionistas desta entidade como segue:

IV.1 — O Banco BPI é a entidade principal de um Grupo Financeiro, centrado na actividade bancária, multi-especializado, que oferece um extenso conjunto de serviços e produtos financeiros para empresas, investidores institucionais e particulares. O Banco BPI está cotado em Bolsa desde 1986.

Em 31 de Dezembro de 2005, a IPI detém uma participação de 16,095% no capital social do Banco BPI. Os restantes principais accionistas individuais do Banco BPI são o Grupo catalão La Caixa com 16,0%, o Grupo segurador alemão Allianz com 8,8%, o Banco Santander Central Hispano com 5,8% e o Grupo BCP com 3,1%, encontrando-se o remanescente disperso por diversas entidades financeiras nacionais e estrangeiras, empresas portuguesas e público em geral.

V — A sociedade Itaú Madeira Investimentos — SGPS, L.^{da}, com sede na Zona Franca da Madeira, foi constituída em Dezembro de 2004 com um capital social de 5000 euros integralmente subscrito e realizado, encontrando-se representado por duas quotas, de valor nominal de 4900 euros e 100 euros, detidas pelo Banco e pela Itáusa Portugal, respectivamente.

2 — Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas:

2.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas com base nos respectivos registos contabilísticos da Itáusa Europa e das suas subsidiárias e associadas, processados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards — IAS/IFRS), adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

Até 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) estabelecido pelo Banco de Portugal através da instrução n.º 4/96, de 17 de Junho. Em 2005, o Grupo apresenta pela primeira vez as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração definidos pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia.

Os principais impactos decorrentes da introdução dos IAS/IFRS nas demonstrações financeiras do Grupo Itaúsa Europa são apresentados na nota n.º 4.

2.2 — Comparabilidade da informação (IFRS 1):

Com o objectivo de assegurar a comparabilidade com o ano anterior, as demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2004 foram convertidas para IAS/IFRS (demonstrações financeiras pró-forma),

conforme definido pela IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, excepto no que respeita à IAS 32 — Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação, IAS 39 — Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e IFRS 4 — Contratos de seguro.

As normas IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 foram aplicadas pela primeira vez em 1 de Janeiro de 2005. Nas demonstrações financeiras pró-forma de 31 de Dezembro de 2004, os activos e passivos foram distribuídos de modo a permitir a sua comparabilidade, contudo, os critérios de reconhecimento e mensuração dos activos e passivos financeiros seguem o PCSB definido pelo Banco de Portugal.

Assim, a comparabilidade entre as demonstrações dos dois exercícios apresenta as seguintes limitações, decorrentes da aplicação da IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 apenas em 1 de Janeiro de 2005:

Em 2005, os títulos incluídos na carteira de disponíveis para venda são registados ao justo valor, as respectivas mais e menos valias potenciais são reconhecidas nos capitais próprios, na rubrica reserva de reavaliação de justo valor, e as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. A carteira de títulos disponíveis para venda inclui essencialmente títulos que, em 2004, de acordo com o PCSB, estavam classificados na carteira de investimento, cujas menos-valias potenciais eram provisionadas através de resultados enquanto que as mais-valias potenciais não eram reconhecidas;

Em 2005, todos os derivados financeiros são registados ao justo valor e as respectivas mais e menos valias potenciais são reconhecidas em resultados;

Em 2005, a imparidade na carteira de crédito é avaliada como descrito na nota n.º 2.3.4. No âmbito do PCSB, a carteira de crédito estava sujeita à constituição de provisões específicas para crédito vencido e para crédito de cobrança duvidosa e de provisões para riscos gerais de crédito e para risco-país, nos termos do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

2.3 — Principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, excepto no que respeita às normas IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 em 2004, conforme descrito no ponto anterior.

2.3.1 — Bases de consolidação:

a) Participações financeiras em subsidiárias (IAS 27):

As participações financeiras em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral, desde o momento em que o Grupo assume controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As transacções e os saldos mais significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados neste processo. O valor do capital, das reservas e dos resultados correspondente à participação de terceiros nestas empresas é apresentado na rubrica de interesses minoritários.

b) Participações financeiras em empresas associadas (IAS 23):

As participações financeiras em empresas associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não o controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, o Grupo pode exercer influência significativa através da participação na gestão ou na composição dos conselhos de administração com poderes executivos.

Pelo método da equivalência patrimonial, o valor do investimento inicialmente reconhecido como custo é ajustado pela alteração pós-aquisição do valor dos activos líquidos da empresa associada, na proporção detida pelo Grupo. Os resultados do Grupo incluem os resultados da associada, na proporção detida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo no total dos capitais próprios e dos resultados reconhecidos pela associada indirecta Banco BPI (v. nota n.º 15).

c) Diferenças de consolidação e de reavaliação — *goodwill*:

Para as empresas subsidiárias, as diferenças de consolidação negativas — *goodwill*, correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data da primeira consolidação, são registadas como activo e sujeitas a testes de imparidade.

Para as empresas associadas, o *goodwill* é incluído no valor de balanço da participação. O valor de balanço das empresas associadas (incluindo *goodwill*) é sujeito a teste de imparidade nos termos das IAS 36 e IAS 39.

Para as empresas subsidiárias e para as associadas, as diferenças de consolidação positivas — *badwill*, são imediatamente reconhecidas em resultados.

d) Entidades de finalidade especial — SPEs (SIC 12):

O Grupo consolida pelo método integral determinadas SPEs quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

As actividades das SPEs estão a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do seu funcionamento;

O Grupo tem os poderes de tomada de decisão, para obter a maioria dos benefícios das actividades das SPEs;

O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios das SPEs e consequentemente estar exposto a riscos inerentes às suas actividades;

O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos às SPEs ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

A actividade das SPEs controladas pelo Grupo consiste essencialmente no financiamento à exportação de diversas empresas brasileiras. As SPEs emitem papel comercial para financiar as operações e redistribuir o risco relacionado. O papel comercial é colocado em diversas contrapartes, sendo que o Grupo tem o compromisso de tomada firme. O Grupo está exposto à maioria dos benefícios e riscos do negócio destas SPEs, o que indica que as controla, pelo que são consolidadas integralmente pelo Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2005, estes SPEs têm activos e passivos no montante de 207,6 milhões de euros (2004: 133,6 milhões de euros).

e) Empresas subsidiárias e associadas em moeda estrangeira (IAS 21):

As demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para euros, com base no câmbio de divisas divulgada a título indicativo pela Banco de Portugal, sendo que:

A conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio à data do balanço;

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio ponderado do exercício;

As diferenças cambiais associadas à conversão para euros são reconhecidas directamente nos capitais próprios.

2.3.2 — *Activos e passivos financeiros (IAS 32 e IAS 39)*. — Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos e passivos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efectuar essa transacção. Na data de contratação ou de início de uma operação, o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

Preços de um mercado activo.

Métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacente:

Cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; Preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de um forma regular. Em geral, existem bons preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsa.

a) Activos financeiros da negociação e ao justo valor através de resultados e passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados:

Os activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados incluem essencialmente:

Títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável classificados como detidos para negociação, ou seja, que foram adquiridos com objectivo de venda num futuro próximo;

Títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos e que o Grupo optou, no reconhecimento inicial, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados;

Derivados de negociação.

Os passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados incluem essencialmente:

Passivos financeiros suportados com o objectivo de recompra num futuro próximo;

Credit Linked Notes que o Grupo optou, no reconhecimento inicial, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados;

Derivados de negociação.

A avaliação destes activos e passivos é efectuada diariamente com base no justo valor. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados.

b) Activos financeiros disponíveis para venda:

Esta rubrica inclui:

Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como títulos de negociação nem como crédito;

Títulos de rendimento variável disponíveis para venda.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor. Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica de reservas de reavaliação de justo valor, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, até que o activo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa efectiva.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida em resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidades relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não dispõe de activos financeiros disponíveis para venda designados como activos cobertos.

c) Créditos e outros valores a receber:

Esta rubrica abrange os créditos concedidos pelo Grupo a clientes e a instituições de crédito, participações em empréstimos sindicados e

créditos tituladas (papel comercial e obrigações emitidas por empresas) que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito. Posteriormente, são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Grupo classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital e juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não dispõe de créditos designados como activos cobertos.

2.3.3 — Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis. — As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

2.3.4 — Imparidade:

O Grupo gere o risco de crédito através de um conjunto de procedimentos de análise, aprovação e acompanhamento das operações de crédito, sendo de salientar, entre outros, os seguintes:

Todas as operações são sujeitas a uma análise detalhada pelo Departamento de Crédito;

Encontram-se estabelecidos limites máximos de exposição (incluindo garantias concedidas) por entidade e por maturidade;

É constituído e mantido um processo de crédito actualizado para cada cliente; Este processo inclui diversa informação sobre o cliente, nomeadamente demonstrações financeiras, artigos de imprensa, *rating* interno, etc;

É atribuído um *rating* interno de acordo com um conjunto alargado de parâmetros quantitativos e qualitativos de elevado critério prudencial;

A exposição ao risco de crédito é regularmente aferida pelo acompanhamento da situação financeira dos clientes e pela revisão periódica dos *ratings* atribuídos;

Todas as operações são alvo de aprovação prévia pela Comissão de Crédito (inclui os membros do conselho de administração);

As operações que ultrapassem determinados níveis de exposição são adicionalmente aprovadas pela Comissão Superior de Crédito (inclui outros membros do conselho de administração, residentes no Brasil, com suporte técnico dos competentes órgãos de gestão de crédito do conglomerado Itaú);

Em algumas situações, o risco de crédito é igualmente mitigado através da obtenção de garantias adicionais;

É analisada a concentração da sua exposição ao risco de crédito por grupo económico, sector de actividade, tipo de produto e *rating*.

Pressupostos de cálculo:

Considera-se que os factores que influenciam a quantificação do risco de crédito implícito na carteira de crédito são, entre outros, os seguintes:

Grau de incumprimento histórico do cliente;

Nível médio ponderado de *rating* (entenda-se *rating* interno e/ou externo);

Qualidade das garantias recebidas no âmbito das operações de crédito;

Índice de concentração do crédito por grupo económico, sector de actividade e tipo de produto;

Prazo residual das operações;

Índice de correlação sectorial e empresarial dos diferentes créditos.

Para apuramento da perda esperada na carteira de crédito, e por forma a obter uma melhor correlação do histórico de perdas nos clientes face à informação existente no mercado, a análise foi baseada nos seguintes dados: Expected Default Frequency (EDF) e Recovery Rate (RR) calculadas pelo modelo da Moodys KMV (este modelo é utilizado pela grande maioria das instituições financeiras).

Os indicadores utilizados são fornecidos pela Moodys KMV e traduzem a análise, através de modelos financeiros, das informações das empresas. São utilizadas algumas rubricas das demonstrações financeiras

e outros factores relevantes, como o país, sector, *rating* e histórico de incumprimentos.

O modelo do KMV baseia-se no cenário de equivalência entre a elaboração de um empréstimo bancário e o lançamento de uma opção de venda sobre os activos da empresa que pede o empréstimo.

O EDF (Expected Default Frequency) corresponde à avaliação da qualidade do crédito, traduzida quantitativamente numa probabilidade de incumprimento (entre 0,02% e 20%). Este cálculo consiste na aplicação do modelo de Merton para determinar a distância entre o valor dos activos e o endividamento da contraparte.

A *recovery rate* corresponde à percentagem do capital em risco, que ainda é possível recuperar, caso se verifique incumprimento por parte da empresa.

Esta estimativa é calculada tendo como base o valor dos activos e passivos da empresa associados ao tipo de crédito e senioridade da dívida e colateral.

Metodologia de cálculo:

São inventariadas todas as operações sujeitas ao presente cálculo e os parâmetros relevantes para o efeito, nomeadamente o montante, o prazo residual até ao vencimento, o cliente, a garantia, os respectivos *ratings* internos e indicadores financeiros combinados com a informação de carácter qualitativo, indicando a severidade com que o cliente deve ser tratado, quer no momento do estabelecimento do limite de crédito quer na posterior monitorização do risco.

Para cada uma das operações é calculada a perda mediante o produto do montante da operação pela percentagem de incumprimento (já deduzida da taxa de recuperação que lhe correspondia), obtendo-se o valor total de perda esperada da carteira de crédito, pelo somatório das perdas esperadas de todas as operações.

Para o cálculo das operações que são garantidas, são utilizados os EDFs e RRs dos respectivos garantidores, como forma de mitigar o risco. No caso da operação ser garantida por mais do que um garantidor, apenas é considerada, por motivos prudenciais a garantia do titular do pior EDF.

2.3.5 — Dívida titulada emitida pelo Grupo. — As emissões de obrigações do Grupo estão registadas nas rubricas de passivos subordinados, responsabilidades representadas por títulos e passivos financeiros detidos para negociação (no caso dos *credit linked notes*).

Exceptuando os *credit linked notes*, as obrigações emitidas são relevadas, na data de emissão, pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e comissões de transacção, sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os *credit linked notes* são registados inicialmente ao justo valor excluindo custos de transacção (que são reconhecidos de imediato como custos) e subsequentemente também pelo justo valor com as respectivas variações reconhecidas em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não dispõe de obrigações designadas como passivos cobertos.

2.3.6 — Contabilidade de cobertura. — O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento.

Pela IAS 39 — instrumentos financeiros — reconhecimento e mensuração, uma relação de cobertura existe quando:

À data de início da relação existe documentação formal da cobertura;

Se espera uma cobertura altamente eficaz;

A eficácia da cobertura pode ser fielmente mensurada;

A cobertura é altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não utiliza a contabilidade de cobertura para registar os seus instrumentos financeiros derivados.

2.3.7 — Activos e passivos financeiros em moeda estrangeira. — Os activos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial:

Posição à vista:

A posição à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos expressos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo

que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de resultados.

Posição a prazo (*forward*):

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nos diferenciais de taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os respectivos contravalores em euros às taxas contratadas e as taxas de reavaliação a prazo, que representam o proveito ou o custo de reavaliação da posição a prazo, são registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de resultados.

2.3.8 — *Activos tangíveis (IAS 16)*. — Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidades.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso (em percentagem):

	Taxa
Imóveis de serviço próprio	2
Mobiliário e material	12,5
Equipamento informático	25
Instalações interiores	10 a 20
Material de transporte	25
Outro equipamento	8,3 a 33,3

A movimentação dos activos tangíveis encontra-se apresentada na nota n.º 13.

2.3.9 — *Activos intangíveis (IAS 38)*. — O Grupo regista nesta rubrica essencialmente as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

A movimentação dos activos intangíveis encontra-se apresentada na nota n.º 14.

2.3.10 — *Caixa e equivalentes de caixa (IAS 7)*. — Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

2.3.11 — *Impostos sobre os lucros (IAS 12)*. — A Itaúsa Europa e as suas subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Porém, a subsidiária indirecta Itaú Europa — SGPS e as Sucursais do BIE sediadas na Zona Franca da Madeira beneficiam de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo do artigo 33.º do estatuto dos Benefícios Fiscais.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, nos países onde o Grupo tem presença, para o período a que reportam os resultados.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados excepto os que se relacionam com valores registados directamente em capitais próprios (nomeadamente títulos disponíveis para venda).

2.3.12 — *Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas*:

Na elaboração das demonstrações financeiras do Grupo, são utilizadas estimativas e valores futuros esperados, nomeadamente nas seguintes áreas:

a) Imparidade do crédito:

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em estimativas do valor a recuperar.

b) Justo valor de derivados e de activos financeiros não cotados:

O justo valor dos derivados e dos activos financeiros não cotados é estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

c) Impostos diferidos:

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor para as empresas do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

2.3.13 — *Responsabilidades com pensões de reforma*. — Em virtude de não ter aderido ao Acordo Colectivo de Trabalho do sector bancário, o Grupo não tem responsabilidades relativas a pensões de reforma dos seus empregados e administradores, os quais estão abrangidos pelo regime de segurança social.

3 — Gestão do risco financeiro:

3.1 — Estratégia na utilização de instrumentos financeiros:

Pela sua natureza, as actividades do Grupo estão principalmente relacionadas com o uso de instrumentos financeiros, incluindo derivados.

O Grupo aceita depósitos de instituições financeiras e de clientes, a taxas fixas e variáveis e por períodos diversos, e procura obter margens acima da média investindo estes fundos em activos de elevada qualidade. O Grupo procura aumentar estas margens consolidando fundos de curto prazo e emprestando por períodos mais longos a taxas de juro mais elevadas, enquanto assegura liquidez suficiente para fazer face às responsabilidades.

O Grupo também procura aumentar as suas margens através da concessão de crédito a clientes. Estas exposições envolvem também garantias e outros compromissos.

O Grupo transacciona instrumentos financeiros incluindo derivados, para beneficiar de movimentos cambiais de curto prazo, variações de taxas de juro e de preços. A comissão executiva impõe limites ao nível de exposição ao mercado que pode ser assumida *overnight* e *intraday*.

3.2 — Risco de crédito:

O Grupo assume exposição ao risco de crédito, ou seja, ao risco de que a contraparte não cumpra com o serviço da dívida. A imparidade representa as perdas incorridas à data de balanço. Contudo, mudanças significativas na economia ou num determinado segmento em que esteja concentrado crédito concedido pelo Grupo, poderão resultar em perdas distintas das evidenciadas à data de balanço. Assim sendo, a comissão executiva regula criteriosamente a sua exposição ao risco de crédito.

Os activos financeiros que potencialmente expõem o Grupo a concentrações de risco de crédito consistem essencialmente no crédito a clientes, nas aplicações em outras instituições financeiras, nas obrigações e outros títulos de rendimento fixo e nos derivados. Estes activos expõem o Grupo a concentrações geográficas de risco de crédito, devido à concentração destes activos com instituições financeiras e clientes brasileiros (13,20%) e portugueses (17,48%). O risco de crédito remanescente é composto maioritariamente por activos junto de instituições financeiras e clientes de outros países da OCDE.

O Grupo estrutura os níveis de risco de crédito que assume através da colocação de limites ao risco aceite em relação a um cliente ou grupo

de clientes, a um segmento de negócio e a instituições financeiras e clientes brasileiros. Estes riscos são acompanhados numa base recorrente e sujeitos a revisão periódica. A comissão executiva aprova limites ao nível de risco de crédito.

A exposição ao risco de crédito é gerida através de uma análise regular da capacidade dos clientes para cumprir com as suas responsabilidades de pagamento de capital e juros, da alteração dos limites de financiamento sempre que necessário, e pela obtenção de colaterais e garantias.

A análise às carteiras de negociação, de títulos disponíveis para venda e de crédito encontra-se nas notas n.ºs 8,10 e 12.

3.3 — Risco de mercado:

O Grupo assume exposição a riscos de mercado, ou seja, a riscos provenientes de posições em aberto em taxas de juro, moeda estrangeira, a outros produtos expostos a movimentos gerais e específicos do mercado.

O Grupo estima as perdas potenciais que poderão advir de alterações nas condições de mercado. O Grupo aplica a metodologia de VaR — *value at risk* — *stress testing*, que se baseia em modelos estatísticos que estimam o risco de perda através de padrões históricos de preços e volatilidade. A abordagem utiliza conceitos estatísticos que estimam a probabilidade do valor de um instrumento financeiro situar-se acima ou abaixo de determinado montante. A comissão executiva determina limites para o valor do risco que pode ser aceite, sendo monitorizado numa base diária.

O Grupo utiliza o VaR paramétrico com um intervalo de confiança de 99% e um *holding period* de 90 dias. O Grupo também calcula o

99% DeaR (*daily earnings at risk*). Estes indicadores são calculados pelo Departamento de Gestão de Risco e monitorizados pela comissão executiva numa base regular.

Em 31 de Dezembro de 2005, os riscos de mercado em termos consolidados apresentavam um DeaR (perda potencial esperada (VaR) para um dia, calculado com um intervalo de confiança de 99%), conforme segue (em euros):

	Actividades		Total
	Negociação	Investimento	
Risco de taxa de juro	95 567	46 506	142 073
Risco cambial	20 409	22 243	42 652
<i>Total</i>	115 976	68 749	184 725

3.4 — Risco cambial:

O Grupo assume exposição aos efeitos de flutuações cambiais nas suas posições financeiras e *cash flows*.

Aplicações e recursos de instituições financeiras, títulos, crédito a clientes e derivados de moeda expõem o Grupo a risco cambial. O Grupo gere este risco colocando limites ao *mismatch* entre activos, passivos e extrapatrimoniais em cada moeda. A comissão executiva aprova os limites ao nível de exposição ao risco cambial.

Em 31 de Dezembro de 2005, os activos, passivos e extrapatrimoniais do Grupo denominados em moeda estrangeira apresenta-se como segue:

	2005		
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total
Activo líquido:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	3	6
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14 383	2 303	17 136
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através da resultados	10 756	100	10 656
Activos financeiros disponíveis para venda	39 191	1 462	40 653
Aplicações em instituições de crédito	812 112	17 888	830 000
Crédito a clientes	709 880	8 656	718 462
Derivados de cobertura	—	—	—
Outros activos tangíveis	531	14	545
Activos intangíveis	1 141	—	1 141
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	—	—	—
Activos por impostas correntes	—	—	—
Activos por impostos diferidos	—	—	—
Outros activos	456	72	528
	<u>1 588 880</u>	<u>30 498</u>	<u>1 619 376</u>
Passivo:			
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	85 375	58 973	144 348
Recursos da outras instituições de crédito	784 566	8 336	792 904
Recursos de clientes e outros empréstimos	253 276	9 787	263 063
Responsabilidades representadas por títulos	29 686	—	29 636
Derivados de cobertura	—	—	—
Provisões	—	—	—
Passivos por impostos correntes	—	—	—
Passivos por impostos diferidos	—	—	—
Passivos subordinados	47 455	—	47 455
Outros passivos	1 327	906	2 233
	<u>1 201 687</u>	<u>78 002</u>	<u>1 279 689</u>
Rubricas extrapatrimoniais:			
<i>Currency options</i>	(13 577)	—	(13 577)
<i>Currency futures</i>	—	(2 462)	(2 462)
<i>Foreign exchange forwards</i>	(43 928)	63 903	19 974
<i>Currency swaps</i>	(312 173)	(6 702)	(318 875)
Posição global operacional	17 515	9 596	27 211

Em 31 de Dezembro de 2004, os activos, passivos e extrapatrimoniais do Grupo denominados em moeda estrangeira apresenta-se como segue:

	2004		Total
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	
Activo líquido:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	2	3
Disponibilidades em outras instituições de crédito	9 365	2 521	11 888
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	11 928	—	11 926
Activos financeiros disponíveis para venda	26 073	157	26 231
Aplicações em instituições de crédito	681 326	10 565	691 691
Crédito a clientes	431 363	2 054	433 417
Derivados de cobertura	1 411	—	1 411
Outros activos tangíveis	163	7	170
Activos intangíveis	1 634	—	1 634
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	—	—	—
Activos por impostos correntes	—	—	—
Activos por impostos diferidos	—	—	—
Outros activos	2 735	290	3 025
	<u>1 163 264</u>	<u>15 307</u>	<u>1 178 571</u>
Passivo:			
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	2 078	1 131	3 209
Recursos de outras instituições de crédito	713 507	162	713 669
Recursos de clientes e outros empréstimos	146 101	11 343	157 444
Responsabilidades representadas por títulos	27 011	—	27 311
Derivados de cobertura	(1 123)	—	(1 123)
Provisões	—	—	—
Passivos por impostos correntes	—	—	—
Passivos por impostos diferidos	—	—	—
Passivos subordinados	22 084	—	22 084
Outros passivos	1 198	(47)	1 151
	<u>911 657</u>	<u>12 589</u>	<u>924 246</u>
Rubricas extrapatrimoniais:			
<i>Foreign exchange forwards</i>	440	(1 206)	(766)
<i>Currency swaps</i>	(186 930)	(2 128)	(189 058)
Posição global operacional	65 117	(616)	64 501

3.5 — Risco de taxa de juro:

Risco de taxa de juro é o risco de flutuação a que estão sujeitos os *cash-flows* de um instrumento financeiro, devido a alterações nas taxas de juro do mercado.

Aplicações e recursos em instituições financeiras, crédito a clientes, obrigações e outros títulos de rendimento fixo e derivados de taxa de juro estão sujeitos a risco de taxa de juro.

O Grupo gere o seu risco de taxa de juro colocando limites no nível de *mismatch* de refixação de taxa de juro que pode ser suportado. A comissão executiva aprova limites ao nível de exposição a risco de taxa de juro.

O quadro seguinte resume a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro, em 31 de Dezembro de 2005. Incluídos no quadro estão os activos e passivos do Grupo ao valor de balanço, categorizados pela mais recente entre as datas de refixação de taxa de juro e de maturidade. Os valores de balanço dos instrumentos financeiros derivados, que são essencialmente utilizados para reduzir a exposição do Grupo a movimentos de taxa de juro, estão incluídos nas rubricas de activos financeiros detidos para negociação e de passivos financeiros detidos para negociação, sob o título sem rentabilidade.

	2005						Total
	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Sem rentabilidade	
Activos:							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—	—	—	—	11 020	11 020
Disponibilidades em outras instituições de crédito	—	—	—	—	—	24 080	24 080
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	1 680	5 297	14 042	—	1 076	17 784	39 859
Activos financeiros disponíveis para venda	3 925	61 800	113 796	43 102	5 080	475	228 178
Aplicações em instituições de crédito	1 241 783	50 139	58 264	13 422	—	—	1 363 508
Crédito a clientes	219 302	86 722	312 284	409 930	71 559	463	1 100 350
Outros activos	—	—	—	—	—	202 026	202 026
<i>Total de activos</i>	<u>1 456 670</u>	<u>203 958</u>	<u>498 388</u>	<u>488 454</u>	<u>77 825</u>	<u>255 848</u>	<u>2 989 121</u>

	2005						Total
	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Sem rendibilidade	
Passivos:							
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	12 059	71 249	21 019	38 252	—	23 833	166 412
Recursos de outras instituições de crédito	786 377	240 701	147 390	200 556	—	34	1 375 058
Recursos de clientes e outros empréstimos	114 514	20 131	10 258	—	—	130 728	275 631
Responsabilidades representadas por títulos	41 871	—	133 003	371 920	8 080	(2 012)	552 862
Passivos subordinados	—	—	—	25 542	95 285	—	120 827
Outros passivos	—	—	—	—	—	20 496	20 498
<i>Total de passivos</i>	<u>954 821</u>	<u>332 081</u>	<u>311 670</u>	<u>636 270</u>	<u>103 365</u>	<u>173 079</u>	<u>2 511 286</u>
Gap de liquidez	611 849	(128 123)	186 696	(169 816)	(25 540)		

Em 31 de Dezembro de 2005, a taxa de juro máxima, para activos e passivos em euros é de 12% e de 3,04%, respectivamente. A taxa de juro mínima, para activos e passivos em euros é de 2,15% e de 1,25%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005, a taxa de juro máxima, para activos e passivos em dólares é de 9,4% e de 18%, respectivamente. A taxa de juro mínima, para activos e passivos em dólares é de 2,96% e de 3%, respectivamente.

3.6 — Risco de liquidez:

O Grupo está exposto a risco de liquidez. A comissão executiva, estabelece limites à proporção mínima de fundos disponíveis para cobrir níveis inesperados de procura.

O quadro seguinte analisa os activos e passivos do Grupo por grupos relevantes de maturidade, baseados no prazo residual até a maturidade:

	2005						Total
	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Sem rendibilidade	
Activos:							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11 020	—	—	—	—	—	11 020
Disponibilidades em outras instituições de crédito	24 080	—	—	—	—	—	24 080
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	960	7 001	111	16 916	14 416	456	39 859
Activos financeiros disponíveis para venda	—	16 939	5 383	194 362	11 038	476	228 179
Aplicações em instituições de crédito	1 241 783	50 139	13 427	58 259	—	—	1 363 608
Crédito a clientes	210 788	78 266	285 245	450 748	74 323	—	1 100 350
Outros activos	—	—	5 386	—	196 640	—	202 026
<i>Total de activos</i>	<u>1 488 511</u>	<u>152 345</u>	<u>310 532</u>	<u>720 285</u>	<u>296 416</u>	<u>932</u>	<u>2 959 121</u>
Passivos:							
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	17 924	20 785	22 619	104 768	—	316	166 412
Recursos de outras instituições de crédito	786 377	240 701	147 390	200 590	—	—	1 375 058
Recursos de clientes e outros empréstimos	244 753	20 245	10 633	—	—	—	275 631
Responsabilidades representadas por títulos	41 871	—	133 003	371 548	5 440	—	552 862
Passivos subordinados	—	—	—	25 542	95 285	—	120 827
Outros passivos	—	—	20 496	—	—	—	20 496
<i>Total de passivos</i>	<u>1 090 925</u>	<u>281 731</u>	<u>334 141</u>	<u>702 448</u>	<u>101 725</u>	<u>316</u>	<u>2 511 286</u>
Gap de liquidez	397 886	(129 386)	(23 609)	17 837	194 691	316	457 835

3.7 — Justo valor de activos e passivos financeiros:

O justo valor dos activos e passivos financeiros é estimado com base nos preços de mercado disponíveis. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos instrumentos financeiros é medido utilizando o método do *net present value* (NPV) e modelos de cálculo do preço de opções que envolvem parâmetros verificados no mercado.

	2005		
	Justo valor	Valor contabilístico	Diferença
Activos financeiros:			
Aplicações em instituições de crédito	1 363 300	1 363 508	(308)
Crédito a clientes	1 098 680	1 100 350	(1 670)

	2005		
	Justo valor	Valor contabilístico	Diferença
Passivos financeiros:			
Recursos de instituições de crédito e da clientes	1 651 255	1 650 689	566
Responsabilidade representadas por títulos	554 095	552 862	1 233
Passivos subordinados	120 810	120 827	(17)

a) Aplicações em instituições de crédito:

O justo valor de aplicações a taxa variável e depósitos *overnight* é o seu valor de balanço. O justo valor estimado para os depósitos a taxa fixa é baseado nos *cash-flows* descontados às taxas de mercado monetário prevalecentes para aplicações com risco de crédito e prazo residual semelhante.

b) Crédito a clientes:

O crédito a clientes apresenta-se líquido da imparidade. O justo valor estimado do crédito representa o montante descontado dos *cash-flows* futuros cujo recebimento é expectável. Os *cash-flows* esperados são descontados a taxas actuais de mercado para determinar o justo valor.

c) Recursos de instituições de crédito e de clientes:

O justo valor estimado dos depósitos sem maturidade definida, que incluem depósitos à ordem, é o montante de reembolso. O justo valor estimado dos depósitos a taxa fixa é baseado em *cash-flows* descontados utilizando taxas de juro para novos depósitos com prazo residual similar.

d) Responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados:

O justo valor estimado das emissões representa o valor descontado dos *cash flows* esperados a serem pagos. Os *cash flows* esperados são descontados a taxas actuais de mercado para determinar o justo valor.

e) Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não tem instrumentos financeiros mensurados ao justo valor utilizando uma técnica de

valorização não suportada por preços ou taxas observáveis no mercado.

3.3 — Actividade fiduciária:

Através da sua subsidiária BIE Bank & Trust, o Grupo desenvolve actividades fiduciárias que resultam na detenção e/ou colocação de activos de particulares, *trusts* e outras instituições. Estes activos, bem como o resultado por eles gerado, estão excluídos destas demonstrações financeiras, dado que não se tratam de activos do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2005, encontravam-se sob gestão do BIE Bank & Trust 31 *trusts*, com o valor total de 107 milhões de euros (2004: 32 *trusts*, 111 milhões de euros).

4 — Introdução das normas internacionais de relato financeiro (IAS/IFRS):

4.1 — Impacto nos capitais próprios e nos resultados de 31 de Dezembro de 2004 da transição para IAS/IFRS:

A aplicação das IAS/IFRS nas demonstrações financeiras consolidadas teve um impacto global positivo nos capitais próprios do Grupo em 1 de Janeiro de 2005 no valor de 17 239 milhares de euros em relação ao valor apresentado nas últimas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o PCSB (incluindo interesses minoritários):

As alterações com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2004 traduziram-se num aumento dos capitais próprios de 31 de Dezembro de 2004 no valor de 3693 milhares de euros;

Adicionalmente, a introdução da IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 em 1 de Janeiro de 2005 teve um impacto positivo de 13 546 milhares de euros.

Ajustamentos de transição	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2004	Lucro em 2004	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004
Valores de acordo com o PCSB (a)	348 608	29 308	377 084
Alterações resultantes da introdução das IAS/IFRS:			
IFRS 1 — Impacto de introdução IAS/IFRS em empresa associada	(48 925)	(2 743)	(33 869)
IAS 38 — Activos e intangíveis	(92)	(253)	1 505
IAS 12 — Impostos diferidos	255	1 133	1 387
IAS 37 — Provisões para garantias e compromissos	(18)	(45)	(63)
IAS 28, IFRS 3 — Diferença positiva da primeira consolidação — <i>badwill</i>	34 733	—	34 733
	(14 047)	(1 908)	3 693
Valores de acordo com as IAS/IFRS	334 459	27 400	380 777
Alterações resultantes da introdução da IAS 32, 39 e IFRS 4 em 1 de Janeiro de 2005:			
IAS 32, IAS 38 e IFRS 4 — Impacto da introdução em empresa associada			(3 409)
IAS 39 — Periodificação de comissões			(553)
IAS 39 — Reserva de reavaliação de justo valor			5 251
IAS 39 — Imparidade do crédito e saldos a receber			12 333
IAS 39 — Desreconhecimento contabilidade cobertura — derivados e instrumentos cobertos			64
			13 546
Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2005, incluindo IAS 32, IAS 39 e IFRS 4			394 323

(a) Capitais próprios incluindo interesses minoritários. No PCSB os interesses minoritários eram registados numa rubrica autónoma.

Impacto das alterações das IAS/IFRS em 2004:

i) Impacto da introdução IAS/IFRS em empresa associada:

Os impactos da introdução das IAS/IFRS (excluindo IAS 32, 39 e IFRS 4) em 2004 na associada Banco BPI justificam a quase totalidade do impacto registado nas contas do Grupo na mesma data. Tais impactos ascenderam no Banco BPI a uma diminuição líquida dos seus capitais

próprios de 210 milhões de euros e respeitam essencialmente ao reconhecimento de responsabilidades com pensões de reforma, impostos diferidos e ajuste no *goodwill* e *badwill* de associadas.

ii) Activos intangíveis:

O impacto da introdução da IAS 38 no Grupo ao nível dos activos intangíveis é resumido da seguinte forma:

Activos intangíveis	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2004	Lucro em 2004	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004
Reconhecimento de imobilizado intangível	—	(309)	1 540
Desreconhecimento de imobilizado intangível	(92)	56	(35)
	(92)	(253)	1 505

Na sequência da aquisição do BBA — Creditanstalt Bank Limited (BBA) pelo Banco Itaú, S. A., em 2004, o Banco Itaú Europa Luxemburgo (BIEL) ficou com a gestão da carteira de clientes do BBA, contra o pagamento de direitos a essa instituição. Dado que o custo deste activo havia sido identificado como *goodwill*, foi amortizado directamente por contrapartida de reservas no consolidado preparado em base PCSB. No entanto, de acordo com as IAS/IFRS tal activo qualifica-se como um activo intangível segundo o definido no IAS 33. No contrato de aquisição deste activo está explícita a possibilidade da estimativa inicial de benefícios esperados (3497 milhares de dólares) poder ser ajustada caso se conclua que existe imparidade. A análise de imparidade é apreciada tendo em conta os activos de clientes do BBA efectivamente transferidos para o BIEL. No final de 2004, o valor líquido de balanço deste activo ascendia a 2157 milhares de dólares (1540 milhares de euros).

Os demais ajustes são relacionados com activos que não são reconhecidos como intangíveis de acordo com IAS/IFRS, nomeadamente despesas de instalação e programas informáticos.

iii) Impostos diferidos:

De acordo com o PCSB não eram reconhecidos impostos diferidos activos. Na transição para as IAS/IFRS, foram reconhecidos impostos diferidos activos e passivos associados aos ajustamentos de transição e impostos diferidos activos não reconhecidos de acordo com as regras do PCSB.

As taxas de imposto utilizadas foram as relevantes para as participadas do Grupo sujeitas à constituição de impostos diferidos: 27,5% em Portugal Continental e 29,63% para o Luxemburgo.

Os principais impactos são resumidos no quadro abaixo:

Impostos diferidos	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2004	Lucro em 2004	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004
Diferenças temporárias de activos derivados	235	312	546
Créditos fiscais apurados em 2004	—	832	832
Desreconhecimento de imobilizado intangível	18	(9)	9
Imposto diferido de provisões para garantias e compromissos	2	(2)	—
	255	1 133	1 387

iv) Diferença positiva de primeira consolidação — *badwill*:

De acordo com o normativo anterior, as diferenças positivas de primeira consolidação, correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data da primeira consolidação, eram registadas por contraparte da rubrica de passivo. Na transição para as IAS/IFRS, e de acordo com a IFRS 3 — Concentrações de negócios, a diferença positiva da primeira consolidação atrás referida foi desreconhecida, com correspondente ajuste no balanço de abertura por contrapartida da rubrica de outras reservas e resultados transitados (capitais próprios).

Impacto das alterações da IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 em 1 de Janeiro de 2005:

i) Introdução da IAS 32 e IAS 39 e da IFRS 4 em empresa associada:

A introdução da IAS 32 e IAS 39 e da IFRS 4 no Banco BPI teve um impacto negativo de 21,2 milhões de euros nas contas desta associada. Este impacto deveu-se essencialmente à contabilização das acções próprias detidas de acordo com o IAS 32, à aplicação da IAS 39 à carteira de títulos e ao cálculo da imparidade para os activos financeiros.

ii) Periodificação de comissões:

De acordo com as IAS/IFRS, os proveitos e custos associadas a activos e passivos financeiros ao custo amortizado devem ser periodificados ao longo da vida das operações.

As comissões totalmente contabilizadas como proveito até 31 de Dezembro de 2004, mas que, de acordo com as IAS/IFRS deveriam ser reconhecidas ao longo da vida das operações, foram abatidas a resultados transitados em 1 de Janeiro de 2005 (632 milhares de euros antes de impostos).

iii) Reserva de reavaliação de justo valor:

A IAS 39 determina que os activos financeiros disponíveis para venda devem ser reavaliados ao justo valor e as respectivas mais e menos-valias potenciais (líquidas de impostos) reconhecidas numa rubrica dos capitais próprios denominada reserva de reavaliação de justo valor.

Em 1 de Janeiro de 2005 o valor líquido da reserva de reavaliação de justo valor ascendia a 5251 milhares de euros antes de impostos diferidos.

iv) Desreconhecimento da contabilidade de cobertura:

De acordo com as IAS/IFRS todos os derivados, sejam estes de cobertura ou embutidos em outros instrumentos, devem ser reconhecidos ao seu justo valor. A relação de cobertura tem de ser formalmente documentada, sendo a eficácia testada em cada período. Quando existe uma relação de cobertura de justo valor, a variação do justo valor do instrumento coberto é igualmente reconhecida em resultados (na proporção coberta).

Em 1 Janeiro de 2005, o Grupo decidiu desreconhecer as contabilidades de cobertura existentes no PCSB, seguindo os preceitos de desreconhecimento definidos na IAS 39. Esta reavaliação teve um impacto líquido de 74 milhares de euros antes de impostos diferidos.

v) Imparidade do crédito e saldos a receber:

De acordo com as IAS/IFRS as perdas por imparidade são calculadas com base na estimativa do valor que se espera recuperar do crédito, após custos de recuperação, actualizado à taxa de juro efectiva durante o período correspondente entre a data de cálculo de imparidade e a data prevista para a recuperação.

No normativo PCSB a imparidade resultava da constituição de provisões para crédito vencido e cobrança duvidosa e de provisões para riscos gerais de crédito e risco-país nos termos do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

Em 1 de Janeiro de 2005, a imparidade da carteira de crédito e saldos a receber do Grupo era inferior em 13 milhões de euros, antes de impostos diferidos, ao total das provisões específicas e genéricas registadas no PCSB. A diferença líquida de impostos diferidos ascendeu a 12,3 milhares de euros e foi adicionada aos capitais próprios do Grupo.

4.2 — Principais diferenças entre as demonstrações financeiras PCSB e IAS:

Em 31 de Dezembro de 2004, o balanço consolidado do Grupo de acordo com o PCSB e de acordo com as IAS/IFRS tem a seguinte composição:

Balanço		
	2004 (pró-forma)	2004 PCSB
Activo:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	10 520	10 520
Disponibilidades em outras instituições de crédito	40 159	40 159
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	32 440	450 891
Activos financeiros disponíveis para venda	356 427	—
Aplicações em instituições de crédito	1 174 997	1 173 981
Crédito a clientes	642 258	503 669
Derivados de cobertura	2 715	—
Outros activos tangíveis	3 105	3 105
Activos intangíveis	3 239	1 735
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	164 350	198 219
Activos por impostos correntes	1 035	—
Activos por impostos diferidos	1 387	—
Outros activos	29 991	47 453
<i>Total do activo</i>	<u>2 462 623</u>	<u>2 429 732</u>
Passivo:		
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	7 159	—
Recursos de outras instituições de crédito	1 281 075	1 277 149
Recursos de clientes e outros empréstimos	196 913	196 496
Responsabilidades representadas por títulos	534 708	473 626
Derivados de cobertura	5 300	—
Provisões	6 495	6 432
Passivos por impostos correntes	—	—
Passivos por impostos diferidos	—	—
Passivos subordinados	37 281	37 025
Outros passivos	12 875	61 920
<i>Total do passivo</i>	<u>2 081 846</u>	<u>2 052 648</u>
Capitais próprios:		
Capital	244 768	244 768
Reservas de reavaliação de justo valor	—	—
Outras reservas e resultados transitados	29 444	7 247
Resultado líquido consolidado	27 400	29 308
<i>Total dos capitais próprios atribuíveis aos accionistas do grupo</i>	<u>301 612</u>	<u>281 323</u>
Interesses minoritários	79 165	95 761
<i>Total dos capitais próprios</i>	<u>380 777</u>	<u>377 084</u>
<i>Total do passivo e dos capitais próprios</i>	<u>2 462 623</u>	<u>2 429 732</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a demonstração de resultados consolidados do Grupo de acordo com o PCSB e de acordo com as IAS/IFRS tem a seguinte composição:

Demonstração dos resultados		
	2004 (pró-forma)	2004 PCSB
Juros e rendimentos similares	60 657	55 968
Juros e encargos similares	(43 159)	(33 697)
Margem financeira	17 498	22 071
Comissões recebidas	13 831	13 706
Comissões pagas	(1 145)	(1 145)
Comissões líquidas	12 686	12 561
Rendimentos e receitas operacionais	693	702
Encargos e gastos operacionais	(307)	(359)
Outros impostos	(653)	(778)
Ganhos e perdas não correntes	(267)	(435)

	2004 (pró-forma)	2004 PCSB
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	412	(4 165)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	325	325
Resultados de reavaliação cambial	16	16
Outros resultados em operações financeiras	171	198
Resultados em operações financeiras	—	(3 626)
Produto bancário	30 841	30 571
Custos com pessoal	(8 657)	(3 657)
Gastos gerais administrativos	(6 348)	(6 349)
Depreciações e amortizações	(772)	(1 024)
Custos de estrutura	(16 777)	(16 030)
Imparidade e outras provisões líquidas	(1 088)	(1 133)
Resultados extraordinários líquidos	(507)	—
Resultado antes de impostos	13 363	13 408
Impostos sobre os lucros:		
Impostos correntes	(217)	(664)
Impostos diferidos	—	1 133
Resultado de empresas consolidadas (equivalência patrimonial)	30 351	25 602
Resultado consolidado global	44 003	39 459
Resultado atribuível a interesses minoritários	(14 695)	(12 059)
Resultado consolidado do Grupo	29 303	27 400

5 — Relato por segmentos:

5.1 — Segmentos de negócio:

Os segmentos de negócio constituem a base de segmentação principal das demonstrações financeiras consolidadas, coincidente com o primeiro nível de desagregação da gestão e da informação do Grupo.

Um segmento de negócio é uma componente identificável do grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um conjunto de produtos ou serviços relacionados, e que está sujeita a riscos e benefícios diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo encontra-se organizado nos seguintes segmentos de negócio:

Tesouraria e mercado de capitais — o segmento de tesouraria e mercado de capitais agrupa todas as actividades desenvolvidas pelo Grupo nos mercados financeiros, de capitais e derivados, quer para suprir as necessidades de financiamento das restantes actividades do Grupo quer desenvolvendo actividades de intermediação financeira e de gestão de activos próprios. Tais actividades envolvem nomeadamente a captação e aplicação de fundos nos mercados interbancários, a emissão de títulos de dívida e produtos estruturados de captação próprios, a intermediação (montagem e distribuição) de títulos de dívida por conta de clientes, sobretudo grandes empresas e grupos brasileiros, o investimento e negociação por conta própria de títulos, derivados e produ-

tos estruturados, quer com investidores institucionais quer com empresas clientes.

Banca comercial — o segmento de banca comercial apoia as necessidades financeiras de empresas com actividade e presença internacional, sendo um importante *player* no nicho de mercado das operações financeiras internacionais associadas ao financiamento das relações comerciais e de investimento entre o Brasil e a Europa. Entre os diversos serviços prestados destaca-se a originação de operações de financiamento estruturadas, o financiamento de exportações entre as melhores empresas brasileiras e empresas europeias, a prestação de serviços de consultoria e financiamento a empresas europeias que investem no Brasil, assim como a empresas brasileiras no seu processo de internacionalização.

Private banking — a área de *private banking* internacional está sediada no Luxemburgo, desenvolvida pelo Banco Itaú Europa Luxembourg, S. A., consiste na prestação de serviços financeiros e de gestão dos patrimónios de clientes com elevado poder aquisitivo, nomeadamente disponibilizando uma base diversificada e especializada de fundos de investimento, negociando e administrando por sua conta títulos e outros instrumentos financeiros assim como gerindo *trusts* e *investment companies* por conta dos clientes.

Outros — o segmento outros é um segmento residual que engloba, entre outros, a participação financeira no Banco BPI.

	2005					Total
	Tesouraria e mercados de capitais	Banca comercial	<i>Private banking</i>	Outros	Eliminações	
Proveitos externos	15 827	43 574	25 944	—	—	85 349
Proveitos intra-segmento	2 562	—	547	—	(3 109)	—
Total de proveitos	18 389	43 574	26 491	—	(3 109)	35 345
Custos do segmento	(5 456)	(25 638)	(7 114)	(224)	3 109	(35 323)
Resultado do segmento	12 933	17 936	19 377	(224)	—	50 022
Custos não alocados	—	—	—	—	—	(25 447)
Resultado antes de impostos	—	—	—	—	—	24 575
Impostos sobre os lucros	—	—	—	—	—	(3 853)
Resultados da associada	—	—	—	—	—	40 370
Resultado consolidado global	—	—	—	—	—	61 092

	2005					Total
	Tesouraria e mercados de capitais	Banca comercial	Private banking	Outros	Eliminações	
Resultado atribuível a interesses minoritários	—	—	—	—	—	(19 810)
Resultado consolidado do Grupo	—	—	—	—	—	41 282
Activos por segmento	1 656 745	1 030 305	71 730	190 152	—	2 958 932
Activos não alocados	—	—	—	—	—	10 189
Total de activos	1 696 745	1 030 305	71 730	130 152	—	2 989 121
Passivos por segmento	1 541 470	552 862	275 631	120 627	—	2 490 790
Passivos não alocados	—	—	—	—	—	20 496
Total de passivos	1 541 470	552 862	275 831	120 927	—	2 511 286
Outros itens por segmento:						
Investimento em capital fixo	—	—	311	1 132	—	1 743
Amortizações do exercício	—	—	(554)	(789)	—	(1 343)

5.2 — Segmentos geográficos:

Um segmento geográfico é uma componente identificável do grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um conjunto de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico, e que está sujeita a riscos e benefícios diferenciáveis de outras que operem em ambientes económicos diferentes.

O reporte de segmentos geográficos do Grupo é baseado na localização geográfica dos clientes/activos e reparte-se da seguinte forma:

	2005				
	Total de activos	Total de passivos	Extrapatri- moniais	Proveitos	Investi- mento em capital fixo
Portugal	449 395	343 583	43 384	15 105	1 128
Resto da União Europeia	1 342 864	572 522	104 610	24 652	611
Resto da Europa	15 340	13	17 355	1 746	—
América do Norte	132 723	97 589	191 152	9 273	—
América Central e Caraíbas	404 913	384 968	8 477	16 310	—
América do Sul	424 303	175 476	330 100	17 072	4
Resto do mundo	3 572	(a) 616 268	1 102	1 187	—
Investimentos em associadas	190 152	—	—	—	—
Activos/passivos não alocados	5 839	20 867	—	—	—
<i>Total</i>	2 969 121	2 511 235	696 180	85 345	1 743

(a) Este saldo corresponde a títulos colocados em múltiplos países.

6 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Caixa	8	5
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	6 602	7 353
Depósitos à ordem em bancos centrais estrangeiros	4 210	3 162
	11 020	10 520

A rubrica de depósitos à ordem em bancos centrais inclui, essencialmente, depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal e no Banco do Luxemburgo, efectuados, respectivamente, pelo BIE e BIE Luxemburgo, e que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais de disponibilidades mínimas de caixa.

7 — Disponibilidades em outras instituições de crédito:

Quanto a sua natureza, as disponibilidades em outras instituições de crédito analisam-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:		
Depósitos à ordem	946	792

	2005	2004 (pró-forma)
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	23 134	39 367
	24 080	40 159

8 — Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Activos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de dívida:		
Obrigações de outros emissores nacionais:		
Dívida subordinada	2 474	—
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	1 655	6 492
Obrigações de outros emissores estrangeiros:		
Dívida não subordinada	13 884	21 036
Dívida subordinada	4 062	—
	22 075	27 528
Instrumentos derivados com justo valor positivo (nota n.º 9)	17 784	4 912
	39 859	32 440

O detalhe dos activos financeiros detidos para negociação é apresentado de seguida:

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor de aquisição	Valor de balanço/ justo valor	Mercado organizado relevante
			Nominal	Cotação/preço (porcentagem)			
Cotados:							
De outros residentes:							
Outros:							
Dívida subordinada:							
Obrigações:							
Banif Lisboa — 4,399% (29-12-2049)	EUR	1 373	1 000	103,00	1 414	1 416	Luxemburgo
Banif Lisboa — 2,944% (29-12-2014)	EUR	1 080	1 000	100,70	1 057	1 058	Luxemburgo
					2 474	2 474	
Emitidos por não residentes:							
De emissores públicos estrangeiros:							
Obrigações:							
Federal Republic of Brazil — 8,5% (24-9-2012)	EUR	1 400	1 000	115,84	1 618	1 655	Múltiplos
					1 618	1 655	
De outros não residentes:							
Dívida não subordinada:							
Obrigações:							
Petrobrás São Paulo — 8,825% (5-11-2007)	ITL	40	2 852	108,85	109	110	Luxemburgo
NUON — 4,125% (17-12-2014)	EUR	2 000	1 000	102,53	2 044	2 054	Múltiplos
Merck — 3,75% (7-12-2012)	EUR	1 000	1 000	100,18	997	1 004	Múltiplos
GFW Capital — 6% (29-12-2049)	EUR	1 000	1 000	100,30	993	1 005	Múltiplos
France Telecom — 6,75% (14-3-2008)	EUR	2 800	1 000	107,49	2 708	2 823	Múltiplos
Daimler Chrysler AG — 3,625% (10-11-2010)	EUR	1 000	1 000	99,70	998	1 002	Múltiplos
Telstra Corp. Ltd. — 3% (28-8-2010)	EUR	1 000	1 000	88,00	996	885	Londres
Telecom Itália Finance — 5,875% (24-1-2008)	EUR	1 500	1 000	105,18	1 617	1 660	Múltiplos
Telecom Itália Finance — 6,125% (30-7-2008)	EUR	1 000	1 000	109,71	1 125	1 123	Múltiplos
Cimpor Financial Operations BV — 4,5% (27-5-2011)	EUR	2 000	1 000	102,70	2 083	2 108	Luxemburgo
					13 868	13 884	

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor de aquisição	Valor de balanço/ justo valor	Mercado organizado relevante
			Nominal	Cotação/ preço (porcentagem)			
Divida subordinada:							
Obrigações:							
Nykredit Bank Copenhagen — 4,901% (29-9-2049)	EUR	1 000	1 000	106,25	1 056	1 076	Luxemburgo
BNP Paribas Paris — 4,875% (29-10-2049)	EUR	1 000	1 000	94,85	965	969	Luxemburgo
Svenska Handelsbanken Stockholm — 4,194% (18-12-2048)	EUR	2 000	1 000	101,17	2 000	2 027	Luxemburgo
					<u>4 011</u>	<u>4 082</u>	
					21 768	22 075	

9 — Derivados de negociação:

O Grupo contraía derivados financeiros no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes ou cobrindo posições de natureza estrutural.

O Grupo transacciona derivados financeiros, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, taxas de juro, acções ou índices de acções, sobre a inflação ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC — Over The Counter) e em mercados organizados.

A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação própria desses mercados.

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral *standard*, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes.

Todos os derivados são reconhecidos contabilisticamente pelo seu valor de mercado, que corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço (v. notas n.ºs 8 e 18) e tem impacto imediato em resultados.

O valor nocional é o valor de referência para efeito de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação e é registado em contas extrapatrimoniais.

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005			2004 (pró-forma)		
	Valor nocional	Valor de balanço		Valor nocional	Valor de balanço	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Contratos sobre taxa de juro:						
<i>Swaps</i>	857 623	1 249	(8 603)	167 176	1 655	(3 580)
Futuros:						
Compra	—	88	—	—	362	—
Venda	(121 387)			(450 608)		
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Opções:						
Compra	1 102	40	(58)	—	—	—
Venda	(14 679)			—		
<i>Forwards</i> :						
Compra	167 877	14 583	(3 399)	142 204	2 879	(3 515)
Venda	(138 007)			(142 890)		
<i>Swaps</i> :						
Compra	306 695	85	(11 068)	320 325	16	(3)
Venda	(318 375)			(295 254)		
Futuros:						
Compra	2 500	1	—	—	—	—
Venda	(2 462)			—		
Contratos sobre cotações:						
Opções:						
Compra	—	—	(629)	—	—	—
Venda	(4 331)			—		
Contratos sobre outro tipo de subjacente:						
<i>Credit default swaps</i>	61 889	1 780	(85)	—	—	—
		<u>17 784</u>	<u>(23 833)</u>		<u>4 912</u>	<u>(7 199)</u>

10 — Activos financeiros disponíveis para venda:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Instrumentos de dívida:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	151 143	165 150
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	15 627	18 404
Obrigações de outros emissores nacionais:		
Dívida não subordinada	13 097	119 602
Dívida subordinada	—	4 230
Obrigações de outros emissores estrangeiros:		
Dívida não subordinada	45 547	47 774
Dívida subordinada	2 081	2 394
Provisão para depreciação de títulos e risco-país	—	(1 303)
Instrumentos de capital:		
Acções	—	38
Outros títulos:		
Unidades de participação	633	138
	<u>228 178</u>	<u>356 427</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, os cupões mínimo e máximo observados na carteira de títulos disponíveis para venda são de 2,42% e 12%, respectivamente, para os seguintes títulos: Lisnave Estaleiros (30 de Maio de 2007) e Federal Republic of Brazil (17 de Novembro de 2006).

O detalhe dos activos financeiros disponíveis para venda é apresentado de seguida:

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor de aquisição	Valor de balanço/ justo valor	Mercado organizado relevante
			Nominal	Cotação/ preço (porcentagem)			
Instrumentos de dívida:							
Emitidos por residentes:							
De dívida pública portuguesa:							
Obrigações do Tesouro:							
Direcção-Geral do Tesouro — 5,5% — Fevereiro de 1999-2008	EUR	1 521 333 586	0,010	100,95	17 894	18 593	Euronext
Direcção-Geral do Tesouro — 5,85% — Maio de 2000-2010	EUR	1 000 000 000	0,010	111,11	10 105	11 473	Euronext
Direcção-Geral do Tesouro — 3,95% — Novembro de 1999-2009	EUR	8 000 000 000	0,010	103,09	70 978	83 940	Euronext
Direcção-Geral do Tesouro — 6,625% — Fevereiro de 1999-2007	EUR	3 556 478 888	0,010	104,35	37 747	39 137	Euronext
					<u>136 724</u>	<u>151 143</u>	
De outros residentes:							
Outros:							
Dívida não subordinada:							
Obrigações:							
Sonae Indústria — 3,279% — 2-4-2009	EUR	1 000 000	10,000	100,32	10 000	10 092	Euronext
Banif Lisboa — 3,425% — 30-4-2015	EUR	3 000	1 000,000	99,95	2 999	2 999	Luxemburgo
Listanave Estaleiros — 30-5-2007	EUR	2 194 711	0,003	98,23	6	6	Euronext
					<u>13 005</u>	<u>13 097</u>	
Emitidos por não residentes:							
De emissores públicos estrangeiros:							
Obrigações:							
Federal Republic of Brazil — 11,5% — 2-4-2009	EUR	3 620 000	0,830	121,45	3 620	3 802	Múltiplos
Federal Republic of Brazil — 8% — 28-2-2007	DEM	10 633 000	0,480	105,18	10 633	5 725	Múltiplos
Federal Republic of Brazil — 12% — 17-11-2008	EUR	3 562 610	0,900	107,82	3 583	3 514	Múltiplos
Federal Republic of Brazil — 8,5% — 24-9-2012	EUR	2 427 800	0,870	115,84	2 428	2 481	Múltiplos
Kingdom of Denmark	USD	6 000	0,850	100,48	5	5	Múltiplos
					<u>20 249</u>	<u>15 827</u>	
De outros não residentes:							
Outros:							
Dívida não subordinada:							
Obrigações:							
CVRD Finance — 15-10-2007	USD	2 000	378,000	100,04	785	783	Luxemburgo
CVRD Finance, Ltd. — 15-10-2007	USD	452 080	0,850	103,34	383	403	Luxemburgo

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor de aquisição	Valor de balanço/ justo valor	Mercado organizado relevante
			Nominal	Cotação/ preço (porcentagem)			
Arcel Finance, Ltd. — 2-2-2009	USD	6 005	537,00	102,170	3 442	3 313	Não cotado
Telesp Celular International, Ltd. — 5,888% — 29-7-2007	USD	30 000 000	0,85	100,000	25 430	26 079	Não cotado
Daimler Chrysler AG — 10-9-2007	USD	1 500	848,00	100,270	1 275	1 279	Múltiplos
LPG International — 21-12-2015	USD	1 185 000	0,88	99,120	1 004	1 011	Luxemburgo
Sdison, SPA — 20-7-2007	EUR	1 000	1 000,00	106,351	1 100	1 087	Múltiplos
France Telecom — 23-12-2009	EUR	2 000	1 000,00	113,130	2 322	2 266	Múltiplos
Unibanco São Paulo — 9,375% — 30-4-2012	USD	2 535 000	0,80	104,950	2 234	2 258	Múltiplos
BCO Itaú BBA CLN — 8% — 22-12-2008	USD	2 700 000	0,85	100,000	2 264	2 293	Não cotado
BCO Itaú Cayman — 4,375% — 31-1-2008	USD	8 000	0,85	98,250	7	7	Múltiplos
BCO Itaú Cayman 6M + 285 — 22-4-2008	USD	125 000	0,85	117,970	123	126	Não cotado
BCO Itaú Cayman 6M + 200 RN 143 — 22-9-2008	USD	417 000	0,85	100,000	353	300	Não cotado
BCO Itaú CD — 0% — 30-5-2005	USD	110 000	0,85	98,350	92	92	Não cotado
BCO Itaú CLN — 4% — 20-12-2008	USD	400 000	0,85	100,000	334	339	Não cotado
BCO Itaú/PBRA RC — 27-3-2008	USD	408 231	0,85	100,000	346	348	Não cotado
Banco Bradesco — 3,5% — 2-9-2005	USD	80 000	0,85	99,030	42	42	Não cotado
Banco Nacional de Desenvolvimento — 4,75% — 22-8-2008	JPY	208 700 000	0,01	101,380	2 835	1 462	Não cotado
Banif Finance, Ltd. Cayman — 2,714% — 5-8-2009	EUR	2 000	1 000,00	100,140	1 993	2 011	Luxemburgo
					<u>48 124</u>	<u>45 547</u>	
Divida subordinada:							
Obrigações:							
Caixa Geral de Depósitos Cayman — 29-12-2049	EUR	2 000	1 000,00	103,900	2 093	2 081	Luxemburgo
					<u>2 093</u>	<u>2 081</u>	
Outros instrumentos:							
Emitidos por não residentes:							
Unidades de participação:							
Unibanco GDR Repr. 8 Units	USD	2 700	0,85	—	145	145	Não cotado
FGG Fairfield Investment Fund -USD-	USD	1	0,28	—	—	—	Não cotado
ILS Money Market USD	USD	1	2 055,81	107,980	2	2	Não cotado
ILS Money Market USD	USD	18	2 101,38	100,000	38	38	Não cotado
Itaucorp Plus Referenciado DI FICFI	USD	837	277,19	124,930	232	290	Não cotado
Itaucorp Plus DI — 40135/001	BRL	763	—	—	—	208	Não cotado
					<u>417</u>	<u>683</u>	
					<u>218 622</u>	<u>228 178</u>	

Em 31 de Dezembro de 2005, os títulos disponíveis para venda que se encontram dados como garantia apresentam-se detalhados abaixo:

Títulos	Quantidade
Direcção-Geral do Tesouro 9,5% — Fevereiro de 1999-2006	1 500 000 000
Direcção-Geral do Tesouro 5,85% — Maio de 2000-2010	500 000 000
Direcção-Geral do Tesouro 3,95% — Novembro de 1999-2009	7 531 238 800
Direcção-Geral do Tesouro 6,625% — Fevereiro de 1999-2007	2 140 000 000
	<u>11 671 238 800</u>

11 — Aplicações em instituições de crédito:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Aplicações em instituições de crédito no País:		
Mercado monetário interbancário/depósitos a prazo	49 511	61 200
Juros a receber	233	67
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Mercado monetário interbancário/depósitos a prazo	1 311 641	1 106 863
Reverse repos	—	5 918
Juros a receber	2 223	949
	<u>1 363 608</u>	<u>1 174 997</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, a taxa de juro máxima e mínima, para aplicações em euros, é de 2,52% e de 2,15%, respectivamente.
Em 31 de Dezembro de 2005, a taxa de juro máxima e mínima, para aplicações em dólares, é de 8,64% e de 4,05%, respectivamente.

12 — Crédito a clientes:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Crédito não titulado:		
Crédito interno:		
Créditos em conta corrente a curto prazo	2 262	5 010
Empréstimos a médio e longo prazo	13 000	36 818
Créditos a empregados	6 223	6 729
Juros a receber	104	297
	<u>21 589</u>	<u>48 854</u>
Crédito ao exterior:		
Desconto de saque à importação	45 119	25 607
Créditos em conta corrente a curto prazo	269 040	170 519
Empréstimos a médio e longo prazo	565 226	398 413
Juros a receber	10 222	5 277
	<u>889 607</u>	<u>599 816</u>
Crédito e juros vencidos	402	132
Crédito titulado:		
Emitido por residentes:		
Obrigações	12 000	—
Papel comercial	159 397	—
Receitas com proveito diferido	(751)	—
	<u>170 646</u>	<u>—</u>
Emitido por não residentes:		
Obrigações	15 000	—
Papel comercial	4 238	—
Juros a receber	202	—
	<u>19 440</u>	<u>—</u>
Comissões a receber	463	—
Valor bruto do crédito a clientes	<u>1 102 147</u>	<u>648 802</u>
Imparidade do crédito	(1 797)	—
Provisões para créditos vencidos e de cobrança duvidosa e para risco-país	—	(6 544)
Valor líquido do crédito a clientes	<u>1 100 350</u>	<u>642 258</u>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a estrutura sectorial da carteira de crédito a clientes do Grupo (excluindo crédito e juros vencidos, juros e comissões a receber e receitas com proveito diferido) é a seguinte:

	2005	Porcentagem	2004 (pró-forma)	Porcentagem
Energia	29 752	2,7	10 607	1,6
Indústria siderúrgica e metalúrgica	158 958	14,6	108 754	15,9
Distribuição	33 865	3,1	5 500	0,9
Alimentação, bebidas e tabaco	132 459	12,1	90 578	14,1
Minação	25 430	2,3	22 025	3,4
Transportes e telecomunicações	63 510	5,8	16 054	2,5
Automóvel	51 722	4,7	43 554	6,8
Celulose	151 045	13,8	103 176	16,0
Indústria química e petroquímica	87 165	8,0	48 874	7,6
Comércio por grosso	42 522	3,9	11 332	1,8
Construção civil	59 255	5,4	18 954	2,9
Fabricação e comércio de material eléctrico	9 148	0,8	24 971	3,9
Têxtil e calçado	28 743	2,6	15 701	2,4
Reparação naval/const. aeronaves	33 973	3,1	17 620	2,7
Holdings e serviços	42 951	3,9	14 559	2,3
Crédito a particulares <i>private banking</i>	75 445	6,9	64 071	10,0
Outros sectores	65 562	6,0	26 766	4,2
	1 091 505	100,0	643 096	100,0

Em 31 de Dezembro de 2005, o crédito concedido a taxa variável e a taxa fixa é de 737 793 milhares de euros e 353 713 milhares de euros, respectivamente.

13 — Outros activos tangíveis:

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis durante o exercício de 2005 foi o seguinte:

	Valor bruto					Saldo em 31 de Dezembro de 2005
	Saldo em 31 de Dezembro de 2004 (pró-forma)	Aquisições	Transferências	Alienações/abates	Variação cambial	
Outros activos tangíveis:						
Imóveis de serviço próprio	2 500	434	110	(10)	—	3 034
Mobiliário e material	834	174	—	(219)	—	709
Máquinas e ferramentas	51	435	—	(4)	—	483
Equipamento informático	1 360	245	—	(473)	—	1 133
Instalações interiores	822	9	—	(95)	—	736
Material de transporte	400	68	—	(139)	—	329
Equipamento de segurança	42	—	—	—	—	42
Outro equipamento	38	21	—	—	—	59
Em curso	110	—	(110)	—	—	—
<i>Total</i>	6 157	1 387	—	(940)	—	6 604

	Amortizações acumuladas					Valor líquido	
	Saldo em 31 de Dezembro de 2004 (pró-forma)	Amortizações do exercício	Transferências	Alienações/abates	Variação cambial	Saldo em 31 de Dezembro de 2005	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Outros activos tangíveis:							
Imóveis de serviço próprio	(507)	(109)	—	6	—	(610)	1 993
Mobiliário e material	(689)	(46)	—	186	(71)	(620)	145
Máquinas e ferramentas	67	(104)	—	4	46	13	118
Equipamento informático	(1 242)	(103)	—	441	—	(904)	118
Instalações interiores	(395)	(77)	—	82	(1)	(391)	427
Material de transporte	(249)	(71)	—	125	(2)	(197)	151
Equipamento de segurança	(22)	(6)	—	—	—	(28)	20
Outro equipamento	(15)	(1)	—	—	—	(16)	23
Em curso	—	—	—	—	—	—	110
<i>Total</i>	(3 062)	(517)	—	844	28	(2 753)	3 105

14 — Activos intangíveis:

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2005 foi o seguinte:

	Valor bruto					Saldo em 31 de Dezembro de 2005
	Saldo em 31 de Dezembro de 2004 (pró-forma)	Aquisições	Transferências	Alienações/abates	Variação cambial	
Activos intangíveis:						
Despesas de estabelecimento	210	—	—	(64)	—	146
Custos plurianuais	430	—	—	(199)	—	231
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	811	—	—	(739)	—	72
Outras	3 882	356	—	(546)	—	3 692
<i>Total</i>	5 333	356	—	(1 548)	—	4 141

	Amortizações acumuladas					Valor líquido	
	Saldo em 31 de Dezembro de 2004 (pró-forma)	Amortizações do exercício	Transferências	Alienações/abates	Variação cambial	Saldo em 31 de Dezembro de 2005 (pró-forma)	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Activos intangíveis:							
Despesas de estabelecimento	(208)	—	—	42	—	(166)	(20)
Custos plurianuais	(324)	—	—	189	—	(135)	96
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	(793)	(9)	—	740	—	(62)	10
Outras	(769)	(817)	—	445	—	(1 141)	2 551
<i>Total</i>	(2 094)	(826)	—	1 416	—	(1 504)	2 637

15 — Investimentos em associadas:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	Participação efectiva (percentagem)		Valor de balanço		Resultado de equivalência patrimonial	
	2005	2004 (pró-forma)	2005	2004 (pró-forma)	2005	2004 (pró-forma)
	Banco BPI	8,21	8,21	190 152	164 350	40 370

Os dados financeiros mais significativos, expressos em milhares de euros, extraídos das demonstrações financeiras da associada indirecta Banco BPI, preparadas segundo as normas IAS/IFRS, são como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Activo líquido	30 158 708	25 783 185
Passivo	28 671 042	24 527 099
Capitais próprios (a)	1 487 666	1 256 086
Lucro do exercício	250 816	159 298

(a) incluindo interesses minoritários.

Em 31 de Dezembro de 2005 o valor de mercado da participação de 16,095% detida pela IPI no Banco BPI ascende a 472 milhões de euros (2004: 365 milhões de euros).

A certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005, foi emitido pelo revisor oficial de contas do Banco BPI em 10 de Março de 2006 e inclui um parágrafo de ênfase onde é referido que:

Conforme divulgado na nota n.º 2 do anexo às demonstrações financeiras, em 2005 o Banco adoptou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS) na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano de Contas para o Sistema Bancário) para

as IAS/IFRS, o Banco seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS 1), tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004. Consequentemente, a informação financeira com referência a 31 de Dezembro de 2004 e ao exercício então findo, anteriormente apresentada de acordo com o PCSB, foi reexpressa para as IAS/IFRS para efeitos de comparabilidade, excepto quanto às IAS 32 — Instrumentos financeiros — divulgação e apresentação, IAS 39 — Instrumentos financeiros — reconhecimento e mensuração e IFRS 4 — Contratos de seguro, que foram adoptadas pela primeira vez no exercício económico iniciado em 1 de Janeiro de 2005, tal como permitido pelo IFRS 1. Na nota n.º 3 do anexo às demonstrações financeiras são apresentadas as divulgações exigidas relativamente ao processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

16 — Activos por impostos:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Activos por impostos correntes:		
IRC a recuperar	17	1 035
Activos por impostos diferidos:		
Por diferenças temporárias	179	555
Por prejuízos fiscais	—	832
	<u>179</u>	<u>1 387</u>

17 — Outros activos:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Devedores e outras aplicações:		
Estado e outros entes públicos	58	235
Outros devedores	453	508
	<u>511</u>	<u>743</u>
Rendimentos a receber:		
Por serviços bancários prestados	1 834	767
Outros rendimentos a receber	—	242
	<u>1 834</u>	<u>1 009</u>
Despesas com encargo diferido:		
Por serviços bancários recebidos	641	652
Rendas e alugueres	65	32
Seguros	6	8
Outras despesas com encargo diferido	112	55
	<u>824</u>	<u>747</u>
Outras contas de regularização:		
Operações a regularizar	1 886	2 004
Operações cambiais	—	25 139
Outras	135	349
	<u>2 021</u>	<u>27 492</u>
	<u>5 190</u>	<u>29 991</u>

18 — Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Passivos financeiros detidos para negociação:		
<i>Credit linked notes</i>	142 579	—
Instrumentos derivados com justo valor negativo (nota n.º 9)	23 833	7 199
	<u>166 412</u>	<u>7 199</u>

O detalhe dos passivos financeiros detidos para negociação é apresentado de seguida:

Entidade/designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão (euros)	Recompras	Juro corrido
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	18-11-2004	USD	5 000	5 000 000	4 238	(475)	35
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	22-11-2004	USD	6 500	8 500 000	5 510	—	32
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	30-11-2004	USD	5 000	5 000 000	4 238	—	25
BIE Bank & Trust EMTSN Programme BRL Range Credit Linked Global Note (a)	24-11-2004	USD	3 000	3 000 000	2 543	—	14
BIE Bank & Trust EMTSN Programme BRL Range Credit Linked Global Note (a)	20-12-2004	USD	4 500	4 500 000	3 815	—	6
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Brazilian Foreign Exchange Indexed Note	18-2-2005	EUR	10 000	10 000 000	10 000	(9 108)	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	25-2-2005	USD	5 000	5 000 000	4 238	—	9
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	28-2-2005	USD	5 000	5 000 000	4 238	(8)	9
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Brazilian Foreign Exchange Indexed Note	18-3-2005	BRL	135 225	135 225 000	49 280	—	6 601
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Brazilian Foreign Exchange Indexed Note	11-4-2005	EUR	5 000	5 000 000	5 000	(3 500)	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	5-5-2005	USD	4 810	4 810 000	4 077	—	69
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	5-5-2005	USD	5 200	5 200 000	4 408	—	43
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	10-5-2005	USD	10 000	10 000 000	8 473	—	61
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	24-8-2005	USD	5 000	5 000 000	4 238	—	93
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	6-9-2005	USD	3 000	3 000 000	2 543	—	48
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Callable Fixed Coupon Note (a)	18-9-2005	USD	6 000	6 000 000	5 086	—	92
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	24-10-2005	USD	5 000	5 000 000	4 238	—	52
BIE Bank & Trust Knock la Reverse Convertible Note	29-9-2005	USD	1	2 500 500	2 120	—	72
BIE Bank & Trust Knock la Reverse Convertible Note	7-10-2005	USD	1 228	2 609 500	2 212	—	85
BIE Bank & Trust Registered Global Note	20-12-2005	USD	1 261	1 261 260	1 069	—	—
BIE Londres Acindar Duplo ARS e USD	3-10-2005	USD	5 000	5 000 000	4 238	—	50
BIE Londres Acindar Duplo ARS e USD	7-12-2005	USD	7 054	7 053 667	5 979	—	—
BIE Londres Acindar Duplo ARS e USD	13-12-2005	USD	5 080	5 080 297	4 305	—	20

Entidade/designação	Mais/(menos)-valias	Saldo em 31 de Dezembro de 2005	Taxa do juro (percentagem)		Maturidade	Periodicidade do pagamento de juros	Cotação em bolsa
			Cupão	Taxa actuarial			
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	(17)	3 781	1.º ano: 4,25; 2.º ano: 5	4,25	21-10-2006	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	(25)	6 508	1.º ano: 4,25; 2.º ano: 5,15	4,25	20-11-2006	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	(1)	4 262	1.º ano: 4,25; 2.º ano: 5,25	4,25	20-11-2006	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme BRL Range Credit Linked Global Note (a)	—	2 557	1.º ano: 3 + 2 unit — target	—	—	—	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme BRL Range Credit Linked Global Note (a)	—	3 828	USD/BRL: 3,15; 2.º ano: 5 (b)	5,00	20-11-2006	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme BRL Range Credit Linked Global Note (a)	—	—	1.º ano: 3 + 2 unit — target	—	—	—	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme BRL Range Credit Linked Global Note (a)	—	—	USD/BRL: 3,15; 2.º ano: 5 (b)	5,00	20-12-2006	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Brazilian Foreign Exchange Indexed Note	455	1 347	18,10	18,10	15-2-2006	Anual	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	83	4 330	US Libor 3 m + 2	5,89	20-3-2006	Trimestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	60	4 299	US Libor 3 m + 1,75	5,64	20-3-2008	Trimestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Brazilian Foreign Exchange Indexed Note	243	58 1214	16,85	16,80	13-3-2007	Anual	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Brazilian Foreign Exchange Indexed Note	632	2 132	17,75	17,75	15-2-2006	Anual	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	275	4 421	US Libor 6 m + 3,55	8,31	20-4-2010	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	298	4 749	US Libor 6 m + 3,95	7,38	20-5-2010	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	528	9085	US Libor 6 m + 3,81	7,22	20-5-2010	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	60	4 391	US Libor 6 m + 2	6,05	20-9-2008	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	35	2 626	US Libor 6 m + 2	5,85	20-9-2008	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Callable Fixed Coupon Note (a)	12	5 190	6,25	6,25	20-9-2008	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	80	4 350	US Libor 6 m + 2	6,37	20-10-2008	Semestral	—
BIE Bank & Trust Knock la Reverse Convertible Note	(62)	2 130	13,00	13,00	28-10-2008	Na maturidade	—

Entidade/designação	Mais/(menos)- valias	Saldo em 31 de Dezembro de 2005	Taxa do juro (percentagem)		Maturidade	Periodicidade do pagamento de juros	Cotação em bolsa
			Cupão	Taxa actuarial			
BIE Bank & Trust Knock la Reverse Convertible Note	(512)	1 791	18,00	18,00	9-1-2006	Na maturidade	-
BIE Bank & Trust Registered Global Note	11	1 080	Dependente da cotação de um cabaz de moedas (JPY, CAD, EUR, GBP, AUD), em relação ao USD	-	28-12-2006	Na maturidade	-
BIE Londres Acindar Duplo ARS e USD	-	4 288	6,60: USD 5 000 000 (se: ARS/USD < 2,0182); 12,80: ARS/USD > 2,0182) (c)	8,60	6-1-2006	Na maturidade	-
BIE Londres Acindar Duplo ARS e USD	-	5 979	14 890 000 (se: ARS/USD > 3,0187) (c)	7,00: USD 7 053 066,67 (se: ARS/USD < 2,9995); 14,30: ARS 21 030 507,17 (se: ARS/USD > 2,9995) (c)	6-1-2006	Na maturidade	-
BIE Londres Acindar Duplo ARS e USD	-	4 329	7,50: USD 5 080 292,11 (se: ARS/USD < 3,0443); 14,10: ARS 15 291 679,25 (se: ARS/USD > 3,0443) (c)	7,50	14-2-2006	Na maturidade	-
		142 579					

(a) O Montante global do programa é de 1 000 000 000 de dólares.

(b) Onde BRL/USD significa a taxa spot BRL/USD em todos os momentos durante o período de avaliação.

(c) Onde ARS/USD significa a taxa spot ARS/USD na maturidade.

19 — Recursos de outras instituições de crédito:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Recursos de instituições de crédito no País:		
Mercado monetário interbancário/dépósitos a prazo	327 482	208 228
Empréstimos sindicados	13 500	-
Juros a pagar	409	260
	<u>341 391</u>	<u>208 486</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro:		
Dépósitos à ordem	91	39
Mercado monetário interbancário/dépósitos a prazo	733 775	790 021
Empréstimos sindicados	186 500	105 000
Operações de venda com acordo de recompra	107 472	152 344
Juros a pagar	5 777	3 666
	<u>1 033 615</u>	<u>1 051 070</u>
Outros recursos	52	21 519
	<u>1 375 058</u>	<u>1 281 075</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, a taxa de juro máxima e mínima, para recursos de outras instituições de crédito em euros, é de 2,86% e de 1,84%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005, a taxa de juro máxima e mínima, para recursos de outras instituições de crédito em dólares, é de 4,88% e de 3,54%, respectivamente.

20 — Recursos de clientes e outros empréstimos:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Recursos de clientes no País:		
Dépósitos à vista	1 443	400
Dépósitos a prazo	-	615
Juros a pagar	-	44
Recursos de clientes no estrangeiro:		
Dépósitos à vista	123 179	117 929
Dépósitos a prazo	145 007	72 361
Juros a pagar	1 002	374
Venda de títulos a descoberto	-	5 190
	<u>275 631</u>	<u>196 913</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de recursos de clientes no estrangeiro — depósitos a prazo, inclui um depósito no montante de 1040 milhares de dólares que se encontra a colateralizar um crédito.

21 — Responsabilidades representadas por títulos:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Euro medium term notes	497 922	445 941
Credit linked notes	-	27 685
Papel comercial	54 647	59 544
Juros a pagar	2 304	2 061
Despesas com as emissões	(2 011)	(523)
	<u>552 962</u>	<u>534 708</u>

O detalhe das responsabilidades representadas por títulos é apresentado de seguida:

Responsabilidades representadas por títulos em 31 de Dezembro de 2005:

Entidade emitente/designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão (euros)	Recompras
BIE — SFE EMTN Programme (a)	Julho de 2004	EUR	200 000	200 000 000	200 000	(27 900)
BIE — SFE EMTN Programme (a)	Junho de 2005	EUR	200 000	200 000 000	200 000	(1 528)
BIE — SFE Rate Notes Duo 2006 (b)	Julho de 2003	EUR	150 000	150 000 000	150 000	(30 650)
BIE — SFE EMTN Programme (a)	Fevereiro de 2005	EUR	8 000	8 000 000	8 000	—
Fin Trade (SPE) papel comercial (c)	Outubro de 2005	USD	60 000	60 000 000	50 860	(38 145)
Brazcomp (SPE) papel comercial (d)	Outubro de 2005	EUR	24 981	24 981 000	24 961	—
Brazcomp (SPE) papel comercial (d)	Outubro de 2005	USD	35 000	35 000 000	26 689	(12 698)

Entidade emitente/designação	Saldo em 31 de Dezembro de 2005	Taxa de juro			Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Cotação em bolsa
		Indexante	Spread (porcentagem)	Taxa actual (porcentagem)			
BIE — SFE EMTN Programme (a) ...	172 100	Euribor 3 m	+ 0,45	2,84	Trimestral	Julho de 2007	Luxemburgo
BIE — SFE EMTN Programme (a) ...	198 472	Euribor 3 m	+ 0,375	2,86	Trimestral	Julho de 2010	Luxemburgo
BIE — SFE Rate Notes Duo 2006 (b) ...	119 350	Euribor 3 m	+ 0,55	2,74	Trimestral	Julho de 2006	—
BIE — SFE EMTN Programme (a) ...	8 000	Euribor 3 m	+ 0,47	2,63	Semestral	Fevereiro de 2012	Luxemburgo
	<u>497 922</u>						
Fin Trade (SPE) papel comercial (c)	12 715	USLibor 6 m	+ 1,26	5,61	Semestral	Abril de 2006	—
Brazcomp (SPE) papel comercial (d)	24 961	—	—	(e) —	Trimestral	Janeiro de 2006	—
Brazcomp (SPE) papel comercial (d)	16 971	—	—	(f) —	Trimestral	Janeiro de 2006	—
	<u>54 647</u>						

(a) O montante global do Euro Medium Term Note Programme é de 750 milhões de euros.

(b) O montante global do programa é de 150 milhões de euros.

(c) O montante total do programa de papel comercial da Fin Trade é de 350 milhões de dólares.

(d) O montante total do programa de papel comercial da Brazcomp é de 350 milhões de dólares.

(e) Cupão implícito: 2,632% (Euribor 3 m + 0,44%).

(f) Cupão implícito: 4,56% USLibor 3 m + 0,43%.

Responsabilidades representadas por títulos em 31 de Dezembro de 2004:

Entidade emitente/designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão (euros)	Recompras
BIE — SFE Rate Notes Duo 2006 (a)	Julho de 2003	EUR	150 000	150 000 000	150 000	—
BIE — SFI EMTN Programme (b)	Março de 2002	EUR	125 000	125 000 000	125 000	(28 875)
BIE — SFE EMTN Programme (c)	Julho de 2004	EUR	200 000	200 000 000	200 000	(184)

Entidade emitente/designação	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Taxa de juro			Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Cotação em bolsa
		Indexante	Spread (porcentagem)	Taxa actual (porcentagem)			
BIE — SFE Rate Notes Duo 2006 (a)	150 000	Euribor 3 m	+ 0,55	2,70	Trimestral	Julho de 2005	—
BIE — SFI EMTN Programme (b)	98 125	Euribor 3 m	+ 0,55	2,72	Trimestral	Março de 2005	Luxemburgo
BIE — SFE EMTN Programme (c)	199 816	Euribor 3 m	+ 0,45	2,60	Trimestral	Julho de 2007	Luxemburgo
	<u>445 941</u>						

Entidade emitente/designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão (euros)	Recompras
BIE — SFE EMTSN Programme (d)	Outubro de 2004	USD	11 779	11 779 000	8 648	—
BIE — SFE EMTSN Programme (d)	Outubro de 2004	USD	1 930	1 930 000	1 417	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d)	Novembro de 2004	USD	5 000	5 000 000	3 871	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d)	Novembro de 2004	USD	6 500	6 500 000	4 772	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d)	Novembro de 2004	USD	5 000	5 000 000	3 671	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d)	Novembro de 2004	USD	3 000	3 000 000	2 202	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d)	Dezembro de 2004	USD	4 500	4 500 000	3 304	—

Entidade emitente/designação	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Taxa de juro			Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Cotação em bolsa
		Cupão	Taxa actual (porcentagem)				
BIE — SFE EMTSN Programme (d)	8 648	3 + 2 n/NT — <i>target</i> USD/BRL 3,15 (e)	5,00000		Anual	Outubro de 2005	—
BIE — SFE EMTSN Programme (d)	1 417	3 + 2 n/NT — <i>target</i> USD/BRL 3,10 (e)	5,00000		Anual	Outubro de 2005	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d)	3 871	1.º ano: 4,25; 2.º ano: 5,00	4,25		Semestral	Novembro de 2005	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d)	4 772	1.º ano: 4,25; 2.º ano: 5,15	4,25		Semestral	Novembro de 2005	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d)	3 671	1.º ano: 4,25; 2.º ano: 5,25	4,25		Semestral	Novembro de 2005	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d)	2 202	1.º ano: 3 + 2 n/NT — <i>target</i> USD/BRL 3,15; 2.º ano: 5,00 (e)	5,00000		Semestral	Novembro de 2005	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d)	3 304	1.º ano: 3 + 2 n/NT — <i>target</i> USD/BRL 3,15; 2.º ano: 5,00 (e)	5,00000		Semestral	Dezembro de 2005	—
	27 685						

Entidade emitente/designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão (euros)	Recompras
Fin Trade (SPE) papel comercial (f)	Outubro de 2004	USD	60 000	60 000 000	44 050	(25 696)
Brazcomp (SPE) papel comercial (g)	Outubro de 2004	EUR	8 920	8 920 000	8 920	—
Brazcomp (SPE) papel comercial (g)	Outubro de 2004	USD	54 030	54 030 000	39 667	(7 398)

Entidade emitente/designação	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Taxa de juro			Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Cotação em bolsa
		Indexante	Spread (porcentagem)	Taxa actual (porcentagem)			
Fin Trade (SPE) papel comercial (f)	18 346	USLibor 6 m	—	3,49	Semestral	Abril de 2005	—
Brazcomp (SPE) papel comercial (g)	8 920	—	—	(h) —	Trimestral	Janeiro de 2005	—
Brazcomp (SPE) papel comercial (g)	32 270	—	—	(i) —	Trimestral	Janeiro de 2005	—
	59 544						

(a) O montante global do Programa é de 150 milhões de euros.

(b) O montante global do Euro Medium Term Note Programme é de 500 milhões de dólares.

(c) O montante global do Euro Medium Term Note Programme é de 750 milhões de euros.

(d) O montante global do Euro Medium Term Structured Note Programme é de 1 000 milhões de dólares.

(e) Em que n/NT é o *ratio* entre o número de dias de negociação em que a PTAX 800 (ask) USD/BRL, é igual ou menor que o *target* e o número de dias de negociação das PTAX 800 USD/BRL no período.

(f) O montante global do Programa de Papel Comercial da Fin Trade é de 350 milhões de dólares.

(g) O montante global do Programa de Papel Comercial da Brazcomp é de 350 milhões de dólares.

(h) Cupão implícito: 2,646% (Euribor 3 m + 0,50%).

(i) Cupão implícito: 2,558% (USLibor 3 m + 0,49%).

22 — Passivos por impostos:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Passivos por impostos correntes:		
IRC a pagar	1 589	—
Passivos por impostos diferidos:		
Por diferenças temporárias	2 046	—

23 — Passivos subordinados:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Emissões subordinadas	120 630	37 025
Juros a pagar	197	256
	120 827	37 281

O detalhe dos passivos subordinados é apresentado de seguida:

Passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2005:

Entidade emitente/designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão (euros)	Recompras
BIE — SFI Madeira — Subordinated Floating Rate Notes (a)	Dezembro de 2005	EUR	100 000	100 000 000	100 000	(4 600)
BIE — SFE Madeira — Subordinated Floating Rate Notes (b)	Novembro de 1998	USD	30 000	30 000 000	25 430	—

Entidade emitente/designação	Saldo em 31 de Dezembro de 2005	Taxa de juro			Cupão	Maturidade	Call options aos cupões	Cotação em bolsa
		Indexante	Spread (porcentagem)	Taxa actual (porcentagem)				
BIE — SFI Madeira — Subordinated Floating Rate Notes (a)	95 200	Euribor 3 m	+ 0,550	3,03900	1.º ao último	Dez./2015	10.º e segs.	Luxemburgo
BIE — SFE Madeira — Subordinated Floating Rate Notes (b)	25 430	Libor 6 m	+ 0,375	4,95500	1.º ao último	Mar./2008	10.º e segs.	—
	120 630							

(a) Estes títulos foram colocados e tomados firme por um sindicato bancário, constituído pelo Bayerische Hypo-Verelorsbank AG, BIE Bank & Trust, Ltd., and Landasback Baden-wildemberg.

(b) Estes títulos foram subscritos por uma instituição de crédito pertencente ao Grupo Itaúsa (Brasil).

Passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2004:

Entidade emitente/designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão (euros)	Recompras
BIE — Lisboa — Obrig. da caixa subordinadas — Banco Itaú Europa/99 (a)	Fevereiro de 1989	EUR	15 000	15 000 000	15 000	—
BIE — SFE Madeira — Subordinated Floating Rate Notes (b)	Novembro de 1988	USD	30 000	30 000 000	22 025	—

Entidade emitente/designação	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Taxa de juro			Cupão	Maturidade	Call options aos cupões	Cotação em bolsa
		Indexante	Spread (porcentagem)	Taxa actual (porcentagem)				
BIE — Lisboa — Obrigações de caixa subor. — Banco Itaú Europa/99 (a)	15 050	Euribor 6 m	+ 1,500	3,75050	1.º ao último	Fev./2009	10.º e segs.	Lisboa
BIE — SFE Madeira — Subordinated Floating Rate Notes (b)	22 025	Libor 6 m	+ 0,375	3,00500	1.º ao último	Nov./2008	10.º e segs.	—
	37 025							

(a) Estes títulos foram colocados e tomados firme por um sindicato bancário, constituído pelo Banco BPI, S. A., Caixa Geral de Depósitos, S. A., BCP Investimento, S. A., e Banco Espírito Santo, S. A.

(b) Estes títulos foram subscritos por uma instituição de crédito pertencente ao Grupo Itaúsa (Brasil).

24 — Outros passivos:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Credores e outros recursos:		
Estado e outros entes públicos	444	497
Outros credores	2 063	1 708
	<u>2 512</u>	<u>2 205</u>
Encargos a pagar:		
Gastos com pessoal	3 258	1 254
Serviços bancários prestados por terceiros	225	120
Outros serviços prestados por terceiros	1 851	209
Outros encargos a pagar	2 313	3 950
	<u>7 647</u>	<u>5 533</u>

	2005	2004 (pró-forma)
Receitas com rendimento diferido:		
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	1 378	434
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	241	292
Outras receitas com rendimento diferido	23	44
	<u>1 642</u>	<u>770</u>
Outras contas de regularização:		
Operações a regularizar	4 187	4 112
Outras	723	255
	<u>4 910</u>	<u>4 367</u>
	<u>16 711</u>	<u>12 875</u>

25 — Provisões e imparidade:

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões do Grupo durante o exercício de 2005 foi o seguinte:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2004 (pró-forma)	IAS 32 e 38	Aumentos	Repo- sições/ rever- sões	Utili- zações	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Activo:						
Imparidade em crédito a clientes (nota n.º 12)	8 544	(5 746)	529	—	—	1 797
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda	1 303	(1 303)	—	—	—	—
	<u>7 847</u>	<u>(6 579)</u>	<u>529</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>1 797</u>
Passivo:						
Provisões para garantias e compromissos assumidos	63	—	87	—	—	150
Outras provisões	6 432	(6 432)	—	—	—	—
	<u>6 495</u>	<u>(6 432)</u>	<u>87</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>150</u>
<i>Total</i>	<u>14 342</u>	<u>(13 011)</u>	<u>87</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>1 947</u>

26 — Capital:

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 o capital social da Itaúsa Europa ascidia a 244 768 milhares de euros, integralmente subscrito e realizado, e era representado por duas quotas como segue:

	2005		2004	
	Valor da quota	Percen- tagem do capital	Valor da quota	Percen- tagem do capital
Itaúsa Export, L. ^{da} — Grupo Itaúsa	215 060	67,36	215 060	87,86
Itaúsa — Investimentos Itaú, S. A.	29 708	12,14	29 708	12,14
	<u>244 768</u>	<u>100,00</u>	<u>244 768</u>	<u>100,00</u>

27 — Reservas de reavaliação de justo valor:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Reservas da reavaliação de justo valor:		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda:		
Instrumentos de dívida	1 750	—
Impostos diferidos passivos	(466)	—
	<u>1 284</u>	<u>—</u>

28 — Outras reservas e resultados transitados:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Reserva legal	36 840	27 560
Outras reservas e resultados transitados	35 825	1 884
	<u>72 665</u>	<u>29 444</u>

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (artigo 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.

29 — Interesses minoritários:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	Balanço		Demonstração de resultados	
	2005	2004 (pró-forma)	2005	2004 (pró-forma)
Accionistas minoritários de:				
Itaúsa Portugal — SGPS, S. A.	14	11	2	1
IPI — Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, L.ª	97 745	79 093	19 797	12 053
BIEL Holding AG	55	46	7	(4)
BIE Luxembourg, S. A.	22	15	4	4
	<u>97 836</u>	<u>79 165</u>	<u>19 810</u>	<u>12 059</u>

30 — Contas extrapatrimoniais:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Garantias recebidas:		
Garantias e avales	1 064 115	529 564
Cartas de crédito <i>stand-by</i>	8 749	—
Créditos documentários	1 373	—
	<u>1 074 237</u>	<u>529 564</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
Subscrição de títulos	14 500	9 408
Títulos dados em garantia	123 039	167 764
Garantias bancárias	273 017	137 443
Outros	60 927	8 059
	<u>471 483</u>	<u>322 674</u>
Compromissos:		
Linhas de crédito irrevogáveis	216 220	106 057
Residentes	11 738	1 815
Não residentes	204 482	104 242
Subscrição de títulos	8 477	33 038
	<u>224 697</u>	<u>139 095</u>
Responsabilidades por prestação de serviços:		
Depósito e guarda de valores	2 094 660	1 530 970
Valores administrados pela instituição	209 590	118 749
	<u>2 304 250</u>	<u>1 649 719</u>

31 — Margem financeira:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Juros e rendimentos similares:		
Juros de disponibilidades	493	251
Juros de aplicações em instituições de crédito	27 326	14 056

	2005	2004 (pró-forma)
Juros de crédito	36 970	20 699
Juros de crédito vencido	2	75
Juros de títulos detidos para negociação	1 202	3 541
Juros de títulos disponíveis para venda	17 317	15 299
Juros de immobilizações financeiras	2	757
Outros juros e rendimentos similares	5 416	1 290
	<u>88 728</u>	<u>55 958</u>
Juros e encargos similares:		
Juros de recursos:		
De outras instituições de crédito	(30 203)	(17 887)
Depósitos de clientes	(3 684)	(1 062)
Débitos representados por títulos	(13 460)	(12 083)
Juros de vendas a descoberto	(53)	—
Juros de passivos subordinados	(1 060)	(1 020)
Outros juros e encargos similares	(3 950)	(1 845)
	<u>(52 415)</u>	<u>(33 897)</u>
Margem financeira	36 313	22 071

32 — Comissões líquidas:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Comissões recebidas:		
Por garantias prestadas	820	177
Por compromissos assumidos perante terceiros	4 003	2 763
Por serviços bancários prestados	5 873	3 309
Por operações realizadas por conta de terceiros	9 389	6 441
Outras	937	1 016
	<u>21 022</u>	<u>13 706</u>
Comissões pagas:		
Por garantias prestadas	(756)	(70)
Por compromissos assumidos perante terceiros	(45)	(11)
Por serviços bancários prestados	(896)	(683)
Por operações realizadas por conta de terceiros	(771)	(362)
Outras	(991)	(19)
	<u>(3 459)</u>	<u>(1 145)</u>
Comissões líquidas	17 563	12 561

33 — Ganhos e perdas não correntes:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Rendimentos e receitas operacionais:		
Proveitos pela prestação de serviços	76	216
Reembolso de despesas	598	—
Outros proveitos	150	486
	<u>824</u>	<u>702</u>
Encargos e gastos operacionais:		
Quotizações e donativos	(117)	(142)
Outros gastos operacionais	(241)	(217)
	<u>(358)</u>	<u>(359)</u>
Outros impostos:		
Impostos indirectos	(936)	(736)
Impostos directos	(54)	(42)
	<u>(990)</u>	<u>(778)</u>
	<u>(524)</u>	<u>(435)</u>

34 — Lucros líquidos em operações financeiras:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através da resultados:		
Resultados de activos financeiros detidos para negociação	(1 237)	919
Resultados de passivos financeiros detidos para negociação	532	—
Resultados de instrumentos derivados	(8 576)	(5 084)
	<u>(9 231)</u>	<u>(4 165)</u>
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda:		
Títulos de dívida	1 971	267
Títulos de capital	18	15
Outros títulos	167	43
	<u>2 156</u>	<u>325</u>
Resultados de reavaliação cambial	<u>2 126</u>	<u>16</u>
Outros resultados em operações financeiras:		
Resultados de alienação de crédito a clientes	1 676	172
Outros resultados	(57)	26
	<u>1 619</u>	<u>199</u>
	<u>(3 330)</u>	<u>(3 626)</u>

35 — Custos com o pessoal:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	(1 773)	(1 391)
Remuneração de empregados	(9 247)	(6 145)
Encargos sociais	(1 249)	(1 106)
Outros custos com o pessoal	(617)	(15)
	<u>(12 886)</u>	<u>(8 657)</u>

Os membros dos órgãos sociais e os empregados ao serviço do Grupo distribuem-se pelas seguintes categorias como segue:

	2005	2004
Órgãos sociais:		
Administração	26	20
Conselho fiscal	2	2
Quadro de pessoal:		
Direcção	27	21
Técnicos e chefias intermédias	59	61
Administrativos	27	15
Auxiliares	4	3
	<u>145</u>	<u>122</u>

36 — Impostos sobre os lucros:

O pagamento dos impostos sobre os lucros apurados em entidades com sede em Portugal é efectuado com base em declarações de auto-liquidação, que ficam sujeitas a inspecções e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do ano a que respeitam os impostos apurados. No entanto, é convicção da administração que não ocorrerão quaisquer liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a sociedade reconheceu como dedução à base tributável de IRC, nas respectivas demonstrações de resultados individuais, os montantes calculados com base nos valores a pagar e/ou pagos em Portugal, os quais incluem o respectivo encargo do lucro gerado no período pela subsidiária sediada nas Ilhas Caimão. Adicionalmente, o encargo acima referido incluía o efeito inerente às deduções fiscais reportáveis, as quais resultam de situações de dupla tributação. A análise comparativa do encargo com IRC é como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Impostos correntes:		
Da subsidiária nas Ilhas Caimão	(1 964)	(1 870)
Do resultado sujeito a tributação do exercício em análise	(21 079)	(4 199)
De deduções fiscais — dupla tributação	20 837	5 852
Outros	426	(497)
	<u>(1 730)</u>	<u>(684)</u>
Impostos diferidos:		
Prejuízos fiscais reportáveis	(832)	832
Instrumentos financeiros derivados	(1 154)	312

	2005	2004 (pró-forma)
Activos intangíveis	(8)	(9)
Imparidade	(25)	—
Comissões	(4)	—
Provisões para crédito	(118)	—
Provisões para garantias e compromissos	18	(2)
	<u>(2 123)</u>	<u>1 133</u>

Durante os anos de 2005 e 2004, como consequência da intenção da administração de distribuir, antes do final dos respectivos exercícios, os resultados em exercícios anteriores gerados e distribuídos à subsidiária Itaú Europa — SGPS pela subsidiária nas Ilhas Caimão, a sociedade reconheceu nos seus lucros individuais e consolidados, o efeito do respectivo IRC anteriormente contabilizado e pago.

37 — Partes relacionadas:

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Grupo regista os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2005					
	Activos	Passivos	Garantias prestadas	Garantias prestadas	Proveitos	Custos
Grupo BPI	32 257	55 572	35 730	5 000	380	1 315
Grupo Itaúsa (Brasil) (a)	<u>144 162</u>	<u>409 165</u>	<u>106 760</u>	<u>88 610</u>	<u>1 143</u>	<u>7 810</u>
	<u>175 419</u>	<u>464 737</u>	<u>145 510</u>	<u>93 610</u>	<u>1 523</u>	<u>9 125</u>
	2004					
	Activos	Passivos	Garantias prestadas	Garantias prestadas	Proveitos	Custos
Grupo BPI	40 229	19 574	8 463	—	1 136	1 072
Grupo Itaúsa (Brasil) (a)	<u>933</u>	<u>223 977</u>	<u>18 574</u>	<u>51 006</u>	<u>152</u>	<u>1 424</u>
	<u>41 182</u>	<u>248 551</u>	<u>27 040</u>	<u>51 006</u>	<u>1 233</u>	<u>2 496</u>

(a) Inclui as empresas Afíncio Américas Madeira, Banco Itaú BBA Nassau, Banco Itaú BBA São Paulo, Banco Itaú Cayman, Banco Itaú New York, Banco Itaú São Paulo, Itaú Bank Cayman, Zux Madeira e Itaú Securities.

38 — Eventos subsequentes:

Aquisição de acções do Banco BPI:

Em 27 de Janeiro de 2006, a subsidiária IPI aumentou a sua participação no Banco BPI para 16,40% através da aquisição de 2 300 000 acções ao preço médio unitário de cerca de 4,20 euros.

Aumento de capital:

A 6 de Fevereiro de 2006 realizou-se um aumento de capital na subsidiária IPI, no montante de 60 000 milhares de euros. Este aumento de capital foi integralmente subscrito e realizado pelos sócios, mantendo-se inalterada a respectiva proporção da participação.

Lançamento de uma OPA ao Banco BPI:

A 13 de Março de 2006 a subsidiária IPI tomou conhecimento de uma oferta pública de aquisição sobre as acções do Banco BPI pelo valor de 5,70 euros cada, por parte do Banco Comercial Português.

Novas emissões de *credit linked notes*:

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: BRL 113 550 000 Brazilian Foreign Exchange Index Linked Notes due 2009;
Montante em moeda: BRL 113 550 000;
Data de emissão: 20 de Janeiro de 2006;
Maturidade: 2 de Fevereiro de 2009;
Taxa de juro: 14,1%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Descrição: Registered Global Note — Knock-In Reverse Convertible Note;

Montante em moeda: USD 1 054 200;
Data de emissão: 27 de Janeiro de 2006;

Maturidade: 27 de Abril de 2006;
Taxa de juro: 18,2%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Descrição: Registered Global Note — Knock-In Reverse Convertible Note;
Montante em moeda: USD 1 138 440;
Data de emissão: 31 de Janeiro de 2006;
Maturidade: 2 de Maio de 2006;
Taxa de juro: 16%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Descrição: Registered Global Note — Knock-In Reverse Convertible Note;
Montante em moeda: USD 2 503 446;
Data de emissão: 6 de Fevereiro de 2006;
Maturidade: 9 de Maio de 2006;
Taxa de juro: 14%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;
Descrição: USD 2 130 000 Worst of Reverse Convertible;
Montante em moeda: USD 2 130 000;
Data de emissão: 9 de Fevereiro de 2006;
Maturidade: 19 de Maio de 2006;
Taxa de juro: 23%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;
Descrição: USD 1 781 611 Knock-In Reverse Convertible;
Montante em moeda: USD 1 731 611;
Data de emissão: 10 de Fevereiro de 2006;
Maturidade: Maio 10,2006
Taxa de juro: 20%, Taxa fixa.

Emitente: BIE — Sucursal de Londres;
Descrição: Foreign Exchange Indexed Note;
Montante em moeda: USD 5 116 241,57;

Data de emissão: 14 de Fevereiro de 2006;
Maturidade: 17 de Março de 2006;
Taxa de juro: A nota não paga juros. O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* ARS/USD na maturidade.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 200 966 Knock-In Reverse Convertible;
Montante em moeda: USD 1 200 966;
Data de emissão: 18 de Fevereiro de 2006;
Maturidade: 17 de Maio de 2006;
Taxa de juro: 20%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 002 456 Knock-In Reverse Convertible;
Montante em moeda: USD 1 002 456;
Data de emissão: 21 de Fevereiro de 2006;
Maturidade: 22 de Maio de 2006;
Taxa de juro: 15,5%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 137 815 Knock-In Reverse Convertible;
Montante em moeda: USD 1 137 815;
Data de emissão: 23 de Fevereiro de 2006;
Maturidade: 23 de Maio de 2006;
Taxa de juro: 16%. Taxa fixa.

Emitente: BIE — Sucursal de Londres;
Descrição: Foreign Exchange Indexed Note;
Montante em moeda: USD 5 000 000;
Data de emissão: 28 de Fevereiro de 2006;
Maturidade: 26 de Abril de 2006;
Taxa de juro: A nota não paga juros. O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* ARS/USD na maturidade.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 500 000 Leveraged Shark Notes;
Montante em moeda: USD 500 000;
Data de emissão: 3 de Março de 2006;
Maturidade: 23 de Fevereiro de 2007;
Taxa de juro: A nota não paga juros. O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* BRL/USD em qualquer momento durante o período da nota.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 500 000 Leveraged Shark Notes;
Montante em moeda: USD 500 000;
Data de emissão: 9 de Março de 2006;
Maturidade: 13 de Março de 2007;
Taxa de juro: A nota não paga juros. O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* BRL/USD em qualquer momento durante o período da nota.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 420 000 Leveraged Shark Notes;
Montante em moeda: USD 420 000;
Data de emissão: 15 de Março de 2006;
Maturidade: 10 de Março de 2007;
Taxa de juro: A nota não paga juros, O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* BRL/USD em qualquer momento durante o período da nota.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 581 565 Knock-In Reverse Convertible;
Montante em moeda: USD 1 581 565;
Data de emissão: 27 de Março de 2006;
Maturidade: 26 de Junho de 2006;
Taxa de juro: 24%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 963 249,6 Knock-In Reverse Convertible;
Montante em moeda: USD 1 963 249,6;
Data de emissão: 23 de Março de 2006;
Maturidade: 26 de Junho de 2006;
Taxa de juro: 24%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 300 000 Leveraged Shark Notes;
Montante em moeda: USD 300 000;
Data de emissão: 23 de Março de 2006;
Maturidade: 23 de Março de 2007;
Taxa de juro: A nota não paga juros. O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* BRL/USD em qualquer momento durante o período da nota.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 398 667 Knock-In Reverse Convertible;
Montante em moeda: USD 1 368 667;
Data de emissão: 4 de Abril de 2006;
Maturidade: 3 de Julho de 2006;
Taxa de juro: 15%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 000 000 Worst of Reverse Convertible;
Montante em moeda: USD 1 000 000;
Data de emissão: 17 de Abril de 2006;
Maturidade: 13 de Julho de 2006;
Taxa de juro: 32%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 500 000 Leveraged Shark Notes;
Montante em moeda: USD 500 000;
Data de emissão: 27 de Abril de 2006;
Maturidade: 24 de Abril de 2007;
Taxa de juro: A nota não paga juros. O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* BRL/USD em qualquer momento durante o período da nota.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 000 000 Leveraged Shark Notes;
Montante em moeda: USD 1 000 000;
Data de emissão: 27 de Abril de 2006;
Maturidade: 24 de Abril de 2007;
Taxa de juro: A nota não paga juros. O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* BRL/USD em qualquer momento durante o período da nota.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 775 000 Knock-In Reverse Convertible;
Montante em moeda: USD 775 000 Knock-In Reverse Convertible;
Data de emissão: 28 de Abril de 2006;
Maturidade: 27 de Julho de 2006;
Taxa de juro: 21,15%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 3 470 000 Worst of Reverse Convertible;
Montante em moeda: USD 3 470 000;
Data de emissão: 28 de Abril de 2006;
Maturidade: 26 de Julho de 2006;
Taxa de juro: 21%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 085 000 Worst of Reverse Convertible;

Montante em moeda: USD 1 085 000;
Data de emissão: 28 de Abril de 2006;
Maturidade: 26 de Julho de 2006
Taxa de juro: 21,6%. Taxa fixa.

A Gerência: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Itaúsa Europa Investimentos — SGPS, L.^{da}, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 2 969 121 milhares de euros e um total de capital próprio de 359 999 milhares de euros, incluindo interesses minoritários de 97 836 milhares de euros e um resultado líquido de 41 282 milhares de euros), a demonstração consolidada de resultados, a demonstração de alterações ao capital próprio consolidado e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da sociedade (*i*) a preparação do relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (*ii*) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia; (*iii*) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e (*iv*) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (*i*) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas

constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão respectivo, utilizadas na sua preparação; (*ii*) a verificação das operações de consolidação; (*iii*) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (*iv*) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (*v*) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado do conselho da administração com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Itaúsa Europa Investimentos — SGPS, L.^{da} em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

8 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no ponto 7 acima, salientamos que conforme referido nas notas n.ºs 2.1 e 2.2 das notas explicativas, em 2005 a sociedade adoptou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 — adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2004. Consequentemente, a informação financeira com referência a 31 de Dezembro de 2004 e ao exercício então findo, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as IAS/IFRS para efeitos de comparabilidade, excepto quanto às IAS 32 — Instrumentos financeiros — divulgação e apresentação, IAS 39 — Instrumentos financeiros — reconhecimento e mensuração e IFRS 4 — Contratos de seguro, que foram adoptadas pela primeira vez no exercício económico iniciado em 1 de Janeiro de 2005, tal como permitido pela IFRS 1. Na nota n.º 3 das notas explicativas são apresentadas as divulgações relativamente ao processo de transição para as IAS/IFRS tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 21 de Abril de 2006. — PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *José Manuel Henriques Bernardo*, revisor oficial de contas.

3000218121

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750